

LEITURA: *Teoria & Prática*

REVISTA QUADRIMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL

Volume 35 • n.71 • 2017 ISSN 0102-387X

71



LEITURA:

Teoria & Prática

COMISSÃO EXECUTIVA EDITORIAL

Coordenação: Davina Marques (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Hortolândia, São Paulo, Brasil). Comissão: Adriana Lia Frizman de Laplane (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Alik Wunder (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Ana Lúcia Horta Nogueira (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Claudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Gabriela Fiorin Rigotti (Faculdades Integradas Maria Imaculada, Mogi Guaçu, São Paulo, Brasil); Lavinia Lopes Salomão Magiolino (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Lillian Lopes Martin da Silva (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Marcus Pereira Novaes (Colégio Educap, Campinas, São Paulo, Brasil).

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Águeda Bernardete Bittencourt (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Alda Regina Tognini Romaguera (Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil); Ana Luiza Bustamante Smolka (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Antônio Augusto Gomes Batista (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil); Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); António Manuel da Costa Guedes Branco (Universidade do Algarve, Algarve, Portugal); Charly Ryan (University of Winchester, Winchester, Inglaterra); Edilaine Buin-Barbosa (Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil); Edmir Perrotti (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil); Elenise Cristina Pires de Andrade (Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, Brasil); Eliana Kefalás Oliveira (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil); Francisca Izabel Pereira Maciel (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil); Giovana Scareli (Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil); Guilherme do Val Toledo Prado (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Héctor Rubén Cucuzza (Universidad Nacional de Luján e Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina); Henrique Silvestre Soares (Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil); João Wanderley Geraldi (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Joaquim Brasil Fontes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Kátia Maria Kasper (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil); Leandro Belinaso Guimarães (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil); Lívia Suassuna (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil); Luciane Moreira de Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Luiz Percival Leme Brito (Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil); Magda Becker Soares (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil); Maria do Rosário Longo Mortatti (Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil); Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Maria Lúcia Castanheira (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil); Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo (Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil); Marly Amarilha (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil); Max Butlen (Université de Cergy-Pontoise, Instituts Universitaires de Formation des Maîtres, Versailles, França); Norma Sandra de Almeida Ferreira (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Núbio Delanne Ferraz Mafra (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil); Raquel Salek Fiad (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil); Regina Aída Crespo (Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México); Regina Zilberman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil); Roberval Teixeira e Silva (Universidade de Macau, Macau, China); Rosa Maria Hessel Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil); Rosana Horio Monteiro (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil); Sônia Kramer (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil).



DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL

Presidente: Alik Wunder

Vice-presidente: Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

1ª secretária: Claudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto

2ª secretária: Davina Marques

1º tesoureiro: Marcus Pereira Novaes

2º tesoureira: Lavinia Lopes Salomão Magiolino

Obs.: Além da diretoria, a ALB conta com um Colegiado Nacional de Representantes.

APOIO

Faculdade de Educação

Universidade Estadual de Campinas



Revisão: Leda M. de Souza F. Farah e Davina Marques

Projeto Gráfico: Negrito Produção Editorial

Editores: Nelson Silva

Capa: Gravura de Rodrigo Mafra

LEITURA: *Teoria & Prática*

REVISTA QUADRIMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL

ISSN 0102-387X (IMPRESSA) - ISSN 2317-0972 (ON-LINE)

DOI [HTTPS://DOI.ORG/10.34112/2317-0972A2017V35N71](https://doi.org/10.34112/2317-0972A2017V35N71)

Volume 35 • Número 71 • 2017



REDAÇÃO

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA - ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL

Caixa Postal 6117 – Anexo II - FE/UNICAMP -CEP: 13083-970 – Campinas – SP – Brasil

Fone +55 XX 19 3521-7960

E-mail: ltp@alb.com.br - Home page: <http://ltp.emnuvens.com.br/ltp>

A Revista **Leitura: Teoria & Prática** solicita colaborações, mas se reserva o direito de publicar ou não as matérias enviadas para a redação. Todos os textos deverão seguir as regras de publicação expressas ao final da revista.

Catálogo na fonte elaborada pela
Biblioteca da Faculdade de Educação / UNICAMP

Leitura: Teoria & Prática / Associação de Leitura do Brasil.
Campinas, SP, ano 1, n.o, 1982.

v.35, n.71, 2017.

Revista Quadrimestral da Associação de Leitura do Brasil

ISSN: 0102-387X (impressa) – ISSN: 2317-0972 (on-line)

DOI: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71>

1. Leitura – Periódicos. 2. Educação – Periódicos. 3. Línguas – Estudo e ensino – Periódicos. 4. Literatura – Periódicos. 5. Biblioteca – Periódicos – I. Associação de Leitura do Brasil.

CDD – 418.405

Indexada em:

Educ@ - Periódicos online de Educação / Edubase (FE/UNICAMP) / Linguistics and Language Behavior Abstracts (LLBA) / Clase (México, DF) / BBE (INEP/SIBEC)

Impresso no Brasil - 2017

© by autores



Editada pela ALB - Associação de Leitura do Brasil (Campinas, São Paulo, Brasil).

Atualmente a Revista faz um total de 55 permutas. A ALB tem interesse em estabelecer permuta de sua revista *Leitura: Teoria & Prática* com outros periódicos congêneres nacionais ou estrangeiros. Os interessados devem entrar em contato com a Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP para estabelecer a permuta através do endereço abaixo:

Biblioteca da Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas

Rua Bertrand Russell, 801 - Cidade Universitária - Caixa Postal: 6120

13083-970 Campinas - SP - Brasil

Tel +55 XX 19 3521-5571 - Fax +55 XX 19 3521-5570

E-mail: bibfe@unicamp.br

URL: <http://www.fe.unicamp.br/biblioteca>

Obra atualizada conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Direitos Reservados.

Sumário

EDITORIAL

- Um dossiê para a Leitura: Teoria & Prática 9
Davina Marques

DOSSIÊ

- Apresentação – A longa história do livro..... 13
Alexandro Henrique Paixão • André Luiz Paulilo
- Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e
apagamento17
Roger Chartier
- Lendo milhares de páginas em um dia: uma análise digital de textos críticos
produzidos entre os séculos XVIII e XIX 31
Márcia Abreu • Adiel Mittmann
- Livro de combate: O caso Em câmara lenta e sua repercussão pública no contexto
da ditadura civil-militar 49
Mário Augusto Medeiros
- “Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o
tradutor.....73
Norma Sandra de Almeida Ferreira • Maria das Dores Soares Maziero

D'Os mistérios de Paris aos mistérios no Prata: tradução, imitação e invenção.	101
<i>Nelson Schapochnik</i>	
Escravos: escrita, leitura e liberdade	115
<i>Atilio Bergamini</i>	
Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880	137
<i>Alexandro Henrique Paixão • André Luiz Paulilo</i>	
PARECERISTAS AD HOC DA LTP EM 2017	163
DIVULGAÇÃO	
21° COLE	165
Associe-se à ALB	166
NORMAS EDITORIAIS – ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES	167

Contents

EDITORIAL

- A dossier for the journal *Leitura: Teoria & Prática*. 9
Davina Marques

DOSSIER

- Presentation – The long history of the book. 13
Alexandro Henrique Paixão • André Luiz Paulilo
- New technologies and the history of written culture. Book, reading, memory and erasure. 17
Roger Chartier
- Reading thousands of pages in one day: a digital analysis of critiques produced between the 18th and 19th centuries 31
Márcia Abreu • Adiel Mittmann
- Combat book: the case *Em câmara lenta* and its public repercussion in the context of the civil-military dictatorship 49
Mário Augusto Medeiros
- “Then, let no one suppose that I ignore the author’s name”: João Köpke, the translator 73
Norma Sandra de Almeida Ferreira • Maria das Dores Soares Maziero

From The mysteries in Paris to the mysteries in Prata: translation, imitation and invention	101
<i>Nelson Schapochnik</i>	
Slaves: writing, reading and freedom	115
<i>Atilio Bergamini</i>	
From academies to small grocery stores: the circulation of novels in Colégio Pedro II and in the Portuguese Subscription Library between 1850 and 1880	137
<i>Alexandro Henrique Paixão • André Luiz Paulilo</i>	
 PARECERISTAS AD HOC DA LTP EM 2017	 163
 NEWS	
21° COLE	165
Join ALB.....	166
 GUIDANCE FOR AUTHORS	 167

Um dossiê para a *Leitura: Teoria & Prática*

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p9-10>

DAVINA MARQUES¹

QUASE NÃO CABE UM EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO DA NOSSA *Leitura: Teoria & Prática*. A Associação de Leitura do Brasil (ALB) fecha os 35 anos deste seu periódico com o dossiê *A longa história do livro*. Deixaremos o texto dos organizadores Alexandro Henrique Paixão e André Luiz Paulilo fazerem a sua devida apresentação. A mim cabe reafirmar, mais uma vez, a alegria de chegarmos até aqui, publicando estudos e reflexões de noss@s colaborador@s, sempre debruçados sobre esses objetos de leitura, nossa materialidade primeira, de maior interesse: livros, jornais, textos..., matéria escrita que se faz matéria lida e multiplica percepções de mundo.

Agradecemos a parceria nesta publicação.

Em tempo, aproveitamos para anunciar o projeto do Congresso de Leitura do Brasil, de 2018. O sítio já está funcionando em <http://cole-alb.com.br/21cole.html> e as inscrições estão abertas. Em sua 21ª edição, o tema do COLE de 2018, *Leituras dissonantes*, instiga-nos a imaginar uma possível leitura de vozes, sons e sentidos em estado de nascença. Convida-nos a voltar a nossa atenção a línguas outras, na tentativa de buscar algo que brota. Queremos levar a pensar em e com línguas dissonantes que nos fertilizam a vida com sabores, saberes e tempos outros... Atentar para a língua dos bebês, dos surdos, dos velhos, para as línguas juvenis, línguas dos

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Hortolândia, SP, Brasil.

estrangeiros, dos refugiados, línguas dos povos indígenas, línguas afro-brasileiras, africanas, línguas ainda sem nome..., a fim de experimentarmos leituras e escritas também outras, que dão às palavras a possibilidade de ressoarem na diferença, nos hiatos entre sons e sentidos. Entendemos que as múltiplas línguas e as dos pássaros, das pedras, dos rios, têm a potência de fissurar e romper barreiras. No ano difícil e singular na nossa história de brasileir@s, o COLE propõe-nos buscar formas de resistir às pulsões homogeneizadoras e autoritárias do mundo com a afirmação das forças germinais ainda sem forma, da vontade de nascer, em nós e no mundo.

E a renovada crença no múltiplo se faz presente entre nós neste final do conturbado ano de 2017.

Boas e abertas leituras em 2018!

Dossiê

Apresentação – A longa história do livro

Presentation – The long history of the book

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p13-16>

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO

ANDRÉ LUIZ PAULILO

O CONJUNTO DE REFLEXÕES QUE REUNIMOS AQUI SOB O TÍTULO *A longa história do livro* trata o livro como protagonista de diferentes histórias entre os anos 1830 e 2010. A concentração de estudos acerca do século XIX, sobre a transição dos séculos XIX para o XX e a respeito da contemporaneidade do livro na era digital, reflete o interesse de muitas pesquisas pelo momento de afirmação do mercado editorial. No entanto, esses quase três séculos de história não são mais que uma ou duas frações do ciclo de vida de um artefato da cultura que tanto se consolidou como símbolo de status das classes educadas quanto circulou em meios populares desde a invenção da imprensa por Gutemberg no século XV.

Ainda que assim, o período é profícuo em temas e perspectivas de análises. A pesquisa sobre a história do livro atraiu pesquisadores de muitas áreas e matizes. Reconhecida por todos aqueles que hoje se dedicam à compreensão do livro e das práticas de leitura, as diferentes possibilidades de estudo, suas múltiplas preocupações, estão na ordem do dia ou melhor na “ordem dos livros”. Mesmo na amostragem que se segue aqui, a variedade de abordagens testemunha o quão fértil é historiar o livro. Desde as mudanças das práticas de leitura e dos modos de catalogação dos livros até as trincheiras que o livro pode abrir no combate contra diferentes tipos de opressão. Muitas outras práticas somam-se a essas quando se toma o livro como fonte de pesquisa. Além da leitura, da escrita, da edição ou

catalogação, têm-se em torno do livro a tradução, o comércio, o empréstimo, o aluguel, as anotações de margem e a digitalização. Há mais modos de lidar com os livros: a distribuição, a censura, o contrabando ou mesmo o roubo.

As perspectivas que o conjunto agora publicado privilegiou são as da história, da sociologia, da literatura e da educação, das suas interfaces e conexões. Da longa história dos livros recortaram-se, além de uma ou duas frações do seu ciclo de vida e de um conjunto de práticas, espaços da sua presença. A tela do computador, o banco de dados, as redações de revistas ou chefaturas de polícia, as livrarias, os gabinetes de leitura, as bibliotecas e as escrivadinhas de muitos públicos atestam a multiplicidade de lugares por onde os livros circularam ou ainda circulam. Do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Pernambuco a Paris e Lisboa, passando por Uruguai e Argentina, Estados Unidos e Inglaterra, emergem reflexões sobre as ligações que os livros entretecem entre imigrantes, tradutores, instituições e, enfim, leitores de diferentes países. De fato, por entre práticas e espaços de circulação, o livro envolve pessoas. Este dossiê também se ocupa delas.

Na longa história dos livros, homens, mulheres, crianças mudaram práticas, papéis sociais, espaços de circulação do escrito e o sentido e significado do ler e do escrever. Os “*digital natives*” de que fala Chartier, os tradutores observados por Norma Sandra de Almeida Ferreira, Maria das Dores Soares Maziero e Nelson Schapochnik, “os homens de letras” sobre os quais trabalharam Márcia Abreu e Adiel Mittmann, os presos políticos que emergem da análise de Mario Augusto da Silva Medeiros, os escravos alfabetizados apresentados por Atilio Bergamini, os caixeiros, professores e estudantes que das arcadas do colégio às vendas de secos e molhados habitavam espaços de leitura e saber atestam mudanças de muitos tipos, conforme atesta o último artigo dessa longa história, de autoria dos organizadores deste dossiê. Em três blocos de artigos sobre a presença do livro em diferentes momentos da história da cultura impressa, são dessas pessoas e das antigas e novas tecnologias que empregaram nas suas práticas do livro, por onde circulavam e de quais meios sociais provinham que este dossiê se ocupa.

O primeiro bloco, então, é formado por três artigos que recolocam a necessidade de compreender as antigas e novas tecnologias empregadas nas práticas do livro, leitor e leitura. O artigo de Roger Chartier, “Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e apagamento”, além de discutir as características das novas tecnologias no século XXI, as mutações na forma de ler e escrever e os sentidos da memória e do apagamento dos registros digitais “deletados”, nos

mostra como a revolução digital, ao mesmo tempo em que modificou os suportes da escrita, as técnicas de reprodução e disseminação, conservou até hoje certas maneiras de ler que vieram da Idade Média. Nessa direção, o artigo de Márcia Abreu e Adiel Mittmann nos apresenta o universo das “Humanidades Digitais”, permitindo conhecer novas tecnologias, como o DLNotes2, que oferecem um suporte decisivo para a leitura de textos do passado, dando testemunho de que a “revolução digital” modificou profundamente os suportes da escrita e leitura, mas as formas de ler, a “leitura humana”, para usar um termo dos autores, não foi substituída. Antes, segundo eles, as novas tecnologias tornaram mais “atenta e aguçada” a leitura e interpretação de textos conhecidos, sobretudo aqueles que foram alvo de crítica de câmaras censórias de séculos atrás, mas que sobreviveram até nossos dias. E por falar em livro censurado, com o artigo de Mario Augusto da Silva Medeiros “Livro de combate: o caso *Em Câmera Lenta* e sua repercussão pública no contexto da ditadura militar”, somos apresentados para o terror contemporâneo da censura através do livro de Renato Tapajós. Esse artigo nos apresenta a intrincada tecnologia da censura no período da ditadura militar brasileira, mostrando como as formas de ler podem gerar processos de humanização ou de perseguição, tanto que um único leitor de *Em Câmera Lenta*, o Coronel Erasmo Dias, contrário a todo o público leitor da época, nacional e internacional, criou outro universo de sentido sobre o livro, aprisionando o autor num oceano de acusações infundadas e aparatos jurídicos, que testemunham que as tecnologias de censura e o medo do livro permanecem.

Como vemos até aqui, diferentes tecnologias condicionam a existência do livro e suas práticas. Já com o segundo bloco de textos, recuaremos um pouco no tempo e no espaço e encontraremos dois artigos dedicados a discutir como a “circulação transatlântica dos impressos” cria novas condições para o livro, o leitor e a leitura no Brasil e na América Latina a partir das traduções. O artigo de Norma Sandra de Almeida Ferreira e Maria das Dores Soares Maziero, intitulado “Que ninguém supporá que eu ignore o nome dos escriptos: João Köpke, o tradutor”, como o próprio título apresenta, discute o itinerário de tradução de João Köpke, convidando-nos a adentrar a trama de conhecidos autores de prosas ficcionais de língua inglesa e suas diferentes traduções para o vernáculo. Trata-se de um momento da história da cultura nacional e internacional que ajudou a realizar todo o comércio transatlântico do livro, com suas editoras, tradutores, consumidores, os mais diferentes “mediadores culturais”, entre o final do século XIX e início do século XX. Ainda no contexto do comércio transatlântico de prosas ficcionais, o artigo de Nelson Schapochnik, “Dos Mistérios de Paris

aos mistérios no Prata: tradução, imitação e invenção”, apresenta-nos “as formas de circulação e os modos de edição sob os quais o romance de Eugène Sue chegou [ou não] às mãos de leitores”, sobretudo aqueles reunidos nas capitais banhadas pelo Rio da Prata. O artigo adentra o mundo dos catálogos de livros de bibliotecas latino-americanas e nos mostra como a “apropriação” de um livro se dá por diferentes vias, pois *Os Mistérios de Paris* parecem ter inspirado muitos autores para além do território francês, mesmo quando não havia vestígios do romance no rodapé dos jornais argentinos e uruguaios, mistério de recepção que o artigo desvenda para nós.

O terceiro e último bloco de textos recoloca a tese de que as práticas do livro, do leitor e da leitura no século XIX brasileiro não são patrimônio das elites locais, antes foram engendradas por frações de estratos médios, baixos e também por populações escravizadas, localizados, principalmente, em duas regiões do país: Rio de Janeiro e Pernambuco. O artigo de Atilo Bergamini, “Escravos: escrita, leitura e liberdade”, reúne um conjunto de anúncios da imprensa brasileira que testemunharam as práticas de leitura entre homens escravizados, demonstrando inclusive que “a leitura é mais disseminada que a escrita no século XIX brasileiro”, convidando o leitor a problematizar os sentidos da alfabetização, de leitura e escrita, e o papel dos impressos entre os setores populares. Por fim, o artigo de André Paulilo e Alexandro Henrique Paixão, “Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880”, busca combinar a circulação transatlântica do romance aos espaços de formação escolar (Colégio Pedro II) e não escolar (Gabinete Português de Leitura e seus ramos) no Rio de Janeiro oitocentista.

Observa-se que nesta longa história do livro, do século XXI ao século XIX, percorremos alguns momentos da história cultural em língua portuguesa, espanhola, inglesa e francesa, uma verdadeira “república [transatlântica] das letras”. Adaptando a tese de Pascale Casanova à nossa, não tratamos aqui de uma história mundial das letras, ou melhor, do livro e suas práticas, ao contrário, a nossa longa história do livro carece de muitos complementos para abarcar os diferentes “momentos decisivos” dessa história da cultura entre os dois lados do Atlântico, da América Latina a Europa. Assim, sem dar conta dessa completude, os artigos reunidos aqui informam que aconteceu uma “revolução cultural” com o advento do livro, que foi alterando a si mesmo e às suas práticas na história, mesmo quando condições de manutenção e subsistência dos públicos leitores e os sistemas de decisão política dominantes apresentavam-se como extremamente precários e sem dar sinal de mudança. Essa dinâmica relação entre o texto e o contexto da sua produção é que os artigos aqui convidam a pensar.

Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e apagamento

New technologies and the history of written culture. Book, reading, memory and erasure

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p17-29>

ROGER CHARTIER¹

RESUMO: Este artigo foi apresentado como conferência no III Colóquio de Pesquisa Educação e História Cultural: Leituras da História e da Cultura, realizado na UNICAMP, entre 13 e 15 de junho de 2016. Nessa discussão foram propostas três perspectivas: uma reflexão sobre as características essenciais das novas tecnologias e suas diferenças com relação às formas herdadas da cultura escrita; a análise das mutações do ler e escrever no mundo digital, tanto na escola como fora dela; e, finalmente, algumas reflexões sobre a relação entre memória e apagamento, entre a proliferação dos discursos e sua “rarefação”, como escreveu Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: Novas tecnologias; História da Cultura Escrita; livro.

ABSTRACT: This article was presented as a lecture at the III Colóquio de Pesquisa Educação e História Cultural: Leituras da História e da Cultura, held at UNICAMP, between June 13 and 15, 2016. Three perspectives were proposed in this discussion: a reflection on the essential characteristics of new technologies and how they differ from the inherited forms of written culture; the analysis of the mutations of reading and writing in the digital world, both at school and abroad; and finally, some reflections on the relation between memory

1. Collège de France, Paris, França.

and erasure, between the proliferation of discourses and their “rarefaction”, as considered by Michel Foucault.

KEYWORDS: New technologies; History of Written Culture; book.

Neste trabalho quero propor três perspectivas: em primeiro lugar, uma reflexão sobre as características essenciais das novas tecnologias e suas diferenças com as formas herdadas da cultura escrita; em seguida, a análise das mutações do ler e escrever no mundo digital, tanto na escola como fora dela; e, finalmente, algumas reflexões sobre a relação entre memória e apagamento, entre a proliferação dos discursos e sua “rarefação”, como escreveu Foucault (2006, p. 26).

Deve-se enfatizar, em primeiro lugar, que a revolução digital modificou tudo de uma vez: os suportes da escrita, as técnicas de sua reprodução e disseminação, e as maneiras de ler. Tal simultaneidade é inédita na história da humanidade. A invenção da imprensa não alterou as estruturas fundamentais do livro, composto, tanto antes como depois de Gutenberg, por folhas e páginas reunidos em um mesmo objeto. Nos primeiros momentos da era cristã, uma nova forma do livro, a do códex, se impôs e se substituiu no rolo ou *volumen*, mas não foi acompanhada de uma transformação da técnica de reprodução dos textos, sempre assegurada pela cópia manuscrita. E, por mais que a leitura tenha conhecido várias revoluções, identificadas ou discutidas pelos historiadores, todas ocorreram durante a longa duração do códex: assim, as conquistas medievais da leitura silenciosa e visual, a paixão por ler que caracterizou o tempo das Luzes, ou a partir do século XIX, a entrada, na leitura, dos recém-chegados: os meios populares, as mulheres e as crianças, tanto dentro como fora da escola.

Não quero repetir o que já escrevi sobre este tema, mas só enfatizar as mudanças introduzidas pela revolução do texto digital. A mais essencial se refere à ordem dos discursos. Na cultura impressa tal como a conhecemos, essa ordem se estabelece a partir da relação entre tipos de objetos (o livro, o diário, a revista), categorias de textos e formas de leitura ou uso. Semelhante vinculação está enraizada numa história de longa duração da cultura escrita e resulta da sedimentação de três inovações fundamentais: em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que é ainda o nosso, ou seja, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação que chamamos códex e que substituiu os rolos da Antiguidade grega e romana; em segundo lugar, no final da Idade Média, antes da invenção da imprensa, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do “livro unitário”, quer dizer, a presença, dentro de um mesmo livro manuscrito, de

obras compostas em língua vulgar por um só autor (Petrarca, Boccaccio, Christine de Pisan), ainda que essa relação caracterizasse anteriormente somente as autoridades canônicas antigas e cristãs e as obras em latim; e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até agora a técnica mais utilizada para a produção de livros. Somos herdeiros dessa história, tanto para a definição do livro, que é ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética, um *opus mechanicum* e um discurso, como escreveu Kant, como para a percepção da cultura escrita, que está baseada em distinções imediatas entre diferentes objetos (cartas, documentos, diários, revistas, livros).

Ao romper o antigo laço entre o texto e o objeto, entre cada discurso e sua materialidade própria, a revolução digital obriga a uma radical revisão dos gestos e das noções que associamos à escrita. Apesar da inércia do vocabulário, que procura domesticar a novidade, denominando-a com palavras familiares (página, livro, imprimir), os fragmentos de textos que aparecem nas telas não são páginas, mas, sim, composições singulares e efêmeras. E, contrariamente a seus antecessores, rolo ou códex, o livro eletrônico não se diferencia das outras produções da escrita pela evidência de sua forma material.

Apoiado nessas mudanças, o mundo digital pode dar realidade aos sonhos, nunca alcançados, que o precederam. Da mesma forma que a biblioteca de Alexandria, promete a disponibilidade universal de todos os textos que foram escritos, de todos os livros que foram publicados. Como as práticas dos humanistas renascentistas, o mundo digital outorga a colaboração do leitor, que pode escrever ele mesmo no texto aberto e na biblioteca sem muros dos escritos eletrônicos. Como o projeto dos filósofos das Luzes, define um espaço público em que, como desejou Kant, cada indivíduo pode e deve fazer, sem restrições nem exclusões, um uso público da sua razão e comunicar por escrito suas opiniões. Nesse sentido, o mundo digital é muito mais que uma nova técnica de composição, transmissão e apropriação da escrita. Certamente, permite a digitalização dos textos já escritos, a produção de textos nascidos como digitais ou práticas de escrituras inéditas, tal com as dos *blogs* e redes sociais. Porém, impõe também a transformação das categorias mais fundamentais da experiência humana, por exemplo, as noções da amizade multiplicada até o infinito ou da identidade ou intimidade, ocultas ou exibidas, e também a invenção de novas formas de cidadania – ou de controle e de censura.

Como na época da invenção da imprensa, porém de maneira mais intensa, nosso presente digital está atravessado por tensões entre diferentes futuros possíveis: a

multiplicação de comunidades separadas, cimentadas pelos usos específicos das novas técnicas; a apropriação, por parte das empresas mais poderosas – Google, Amazon –, do controle sobre a constituição e a difusão das bases de dados ou da produção e circulação da informação, ou mesmo da constituição de um público universal definido pela participação de cada um de seus membros na construção coletiva dos conhecimentos ou do intercâmbio de ideias, discursos e sentimentos. A comunicação a distância, livre, gratuita e imediata que a rede permite pode dar realidade a qualquer dessas virtualidades.

Assim, a grande conversão digital do presente pode levar à perda de toda referência comum, à separação radical das identidades, à exacerbação dos particularismos. Ao contrário, pode impor a hegemonia de um modelo cultural único, de uma língua dominante, e a destruição mutiladora das diversidades. Mas também pode produzir uma nova modalidade de construção e comunicação do saber, fundamentada no intercâmbio de conhecimentos, experiências e sabedorias. A nova navegação enciclopédica, se permite que cada um embarque em suas naves, poderia tornar plenamente realidade a esperança de universalidade que sempre acompanhou os esforços para envolver a multiplicidade das coisas e das palavras na ordem dos discursos.

O sonho da biblioteca universal parece hoje mais próximo de tornar-se realidade do que nunca esteve, mais ainda do que na Alexandria dos Ptolomeus. A conversão digital das coleções existentes promete a construção de uma biblioteca sem muros, onde se poderia acessar todas as obras escritas ou publicadas em algum momento e todos os escritos que constituem o patrimônio da humanidade. A ambição é magnífica e, como escreve Borges, não sem ironia, sobre a sua *Biblioteca de Babel*: “quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade” (BORGES, 1996, p. 75). Porém, seguramente, a segunda impressão deve ser uma interrogação sobre o que implica essa violência exercida sobre os textos dados a ler em formas que não são mais aquelas em que se apresentavam para seus leitores do passado. De novo se poderia dizer que semelhante transformação encontrou precedentes. Foi no códex, e já não nos rolos de sua primeira circulação, que os leitores medievais e modernos se apropriaram das obras antigas – ou, ao menos, daquelas que puderam ou quiseram copiar. Seguramente. Entretanto, para compreender os significados que os leitores deram aos textos dos quais se apoderaram, é necessário proteger, conservar e compreender os objetos escritos que os transmitiram. A “felicidade extravagante” provocada pela biblioteca universal digital poderia tornar-se uma impotente amargura se se traduzisse pela relegação ou, pior ainda, pela destruição

dos objetos impressos que alimentaram ao longo do tempo os pensamentos e os sonhos daqueles e daquelas que os leram. A ameaça não é universal, e os incunábulos não têm nada a temer, porém não ocorre o mesmo com as mais humildes e recentes publicações – por exemplo, os jornais.

Todas as questões do presente vinculam-se com essas incertezas. Como manter o conceito de propriedade literária, definido desde o século XVIII a partir de uma identidade perpétua da obra, identificável qualquer que seja sua forma de publicação, em um mundo onde os textos são móveis, maleáveis, abertos? Como reconhecer uma ordem do discurso que foi sempre uma ordem dos livros ou, para dizer melhor, uma ordem do escrito que associa estreitamente autoridade de saber e forma de publicação, quando as possibilidades técnicas permitem, sem controles nem prazos, colocar em circulação universal opiniões e conhecimentos, mas também erros e falsificações? Como preservar maneiras de ler que construam a significação a partir da coexistência de vários textos em um mesmo objeto (um livro, uma revista, um periódico), enquanto o novo modo de conservação e transmissão dos escritos impõe à leitura uma lógica analítica e enciclopédica, onde cada texto não tem outro contexto, além do proveniente de seu pertencimento a uma mesma temática?

Estas perguntas têm relevância particular para as gerações mais jovens que, ao menos nos meios sociais com recursos e nos países mais desenvolvidos, têm se iniciado na cultura escrita através das telas dos computadores. Nesse caso, uma prática da leitura muito imediata e naturalmente habituada à fragmentação dos textos de qualquer tipo se opõe diretamente às categorias forjadas no século XVIII para definir as obras escritas a partir da individualização de sua escrita, da originalidade da criação e da propriedade intelectual de seu autor. A aposta não é sem importância, pois pode levar tanto à introdução, na textualidade eletrônica, de alguns dispositivos capazes de perpetuar os critérios clássicos de identificação de obras como tal, em sua identidade e propriedade, quanto ao abandono desses critérios, para estabelecer uma nova maneira de compor e perceber a escrita como uma continuidade textual, sem dono ou *copyright*, na qual o leitor corta e reconstrói fragmentos móveis e maleáveis.

Devemos pensar que a descontinuidade existe, inclusive, nas aparentes continuidades. A leitura diante da tela é descontínua, segmentada, ligada mais ao fragmento que à totalidade. Não seria, talvez, por esse motivo, a herdeira direta das práticas permitidas e suscitadas pelo códex? E o códex que convidou a folhear os textos, apoiando-se em seus índices, ou mesmo a “saltos e cabriolas”, à *sauts et gambades*, como dizia Montaigne. Foi o códex, e não o computador, que incitou a comparar

diferentes passagens, como queria a leitura tipológica da Bíblia, que encontrava no Antigo Testamento prefigurações do Novo; ou a extrair e copiar citações e sentenças, dados particulares e verdades universais, assim como exigia a técnica humanista dos lugares comuns. Contudo, a similitude morfológica não deve levar ao engano. A descontinuidade e a fragmentação da leitura não têm o mesmo sentido quando estão acompanhadas da percepção da totalidade textual contida no objeto escrito, tal como propõe o códex, e quando a superfície luminosa da tela onde aparecem os fragmentos textuais não deixa ver imediatamente os limites e a coerência do *corpus* (livro, número de revista ou do jornal) de onde foram extraídos.

A descontextualização dos fragmentos e a continuidade textual que não diferencia mais os diversos discursos a partir de sua materialidade própria parecem contraditórias com os procedimentos tradicionais da leitura que supõem tanto a compreensão imediata, graças à sua forma de publicação do tipo de conhecimento que se pode esperar de um discurso, como a percepção das obras como obras, em sua identidade, totalidade e coerência.

A revolução digital não está sem riscos, como mostra a inquietante capacidade do mundo eletrônico em dar credibilidade às falsificações ou aos erros e em submeter a hierarquia dos conhecimentos à lógica econômica das mais poderosas empresas multimídia. Esses temores são justificados e devem inspirar possíveis dispositivos para limitar os efeitos inquietantes da revolução digital. Porém, não devem deixar esquecer outras realidades mais promissoras.

Ao mesmo tempo em que modifica as possibilidades do acesso ao conhecimento, a revolução digital transforma profundamente as modalidades das argumentações e os critérios ou recursos que podem mobilizar o leitor para aceitá-las ou rejeitá-las. Por um lado, a textualidade eletrônica permite desenvolver as argumentações ou demonstrações segundo uma lógica que já não é necessariamente linear nem dedutiva, tal como implica a inscrição de um texto sobre uma página, mas sim que pode ser aberta e relacional, graças à multiplicação dos vínculos hipertextuais. Por outro lado, e como consequência, o leitor pode comprovar a relevância de qualquer análise, consultando, por si mesmo, os textos (mas também as imagens, as palavras gravadas ou as composições musicais) que são o próprio objeto do estudo – naturalmente, se estiverem acessíveis em uma forma digital. Semelhante possibilidade transforma as técnicas clássicas da prova (notas de rodapé de página, citações, referências bibliográficas), que supunham que o leitor tivesse confiança no autor, sem ter a possibilidade de colocar-se na mesma posição que ele diante dos documentos

analisados ou utilizados. Nesse sentido, a revolução digital constitui também uma mutação epistemológica que modifica os modos de construção e acreditação dos discursos do saber. Pode-se, assim, abrir novas perspectivas à aquisição de conhecimentos outorgada pela leitura como possibilidades inéditas pela ficção, como o mostram as obras digitais mencionadas no *Electronic Literature Compilation*.

Mesmo sem nos projetarmos em um futuro ainda incerto e desconhecido e concebendo o livro eletrônico em suas formas e seus suportes atuais, continua pendente uma questão: a da capacidade desse novo livro de encontrar ou produzir seus leitores. A longa história da leitura mostra que as mutações na ordem das práticas frequentemente são mais lentas que as revoluções das técnicas ou suportes. Novas maneiras de ler não se impuseram imediatamente depois da invenção da imprensa. Do mesmo modo, para os leitores adultos as categorias intelectuais que associamos ao mundo dos textos perduraram com as novas formas do livro eletrônico. Por um lado, resiste o livro impresso no mercado do livro. Salvo nos Estados Unidos e no Reino Unido, a percentagem dos livros digitais nas vendas de livros nunca supera 5%. E, nos Estados Unidos, onde os livros eletrônicos representam 20% do mercado do livro, suas vendas recuaram de 10% em 2014 e, de novo, em 2015. Por outro lado, todas as “instituições” da cultura impressa se encontram em estado de crise. Na Europa, livrarias desaparecem todo dia, em razão da concorrência dos supermercados ou da Amazon. Em todo o mundo os jornais têm grandes dificuldades econômicas e desaparecem. E as bibliotecas conhecem a tentação de privilegiar as coleções digitais e afastar os leitores dos objetos impressos.

No entanto, devemos menosprezar a originalidade do nosso presente: as diferentes revoluções da cultura escrita, que no passado estavam separadas, se apresentam hoje simultaneamente. Na verdade, a revolução do texto eletrônico é, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção e reprodução dos textos, uma revolução da materialidade e da forma de seu suporte e uma revolução das práticas de leitura. Substitui a proximidade física que vincula os vários textos copiados ou impressos em um mesmo livro (ou uma revista ou um periódico) por sua distribuição nas arquiteturas lógicas que governam os bancos de dados, as coleções digitais ou as publicações eletrônicas. Por outro lado, redefine a materialidade das obras, porque desata o laço visível que associa um texto e o objeto que o transmite e porque dá ao leitor, e não ao autor ou editor, o domínio sobre a forma e o formato das unidades textuais que queira ler. Assim, é todo o sistema de percepção e de uso dos textos que se encontra transformado.

Essa observação nos conduz a refletir sobre o terceiro tema de nossa conferência: as relações entre memória e apagamento. Esta questão se enraíza numa série de tensões profundas que atravessam os séculos. A primeira opõe o poder desejado e o poder perigoso do livro. Impresso ou manuscrito, o escrito tem sido permanentemente investido com um poder ao mesmo tempo esperado e temido. É possível ler o fundamento de tal ambivalência no texto bíblico, com a menção do livro comido como aparece no Apocalipse de João, X, 10 : “E tomei o pequeno livro da mão do anjo e comi-o, e era doce na minha boca como o mel; e havendo o comido o meu ventre ficou amargo”. O livro dado por Deus é amargo, como o conhecimento do pecado, e doce como a promessa de redenção. A Bíblia, que contém o livro da Revelação, foi ela mesma considerada como um livro poderoso, que protege e conjura, aparta as desgraças, afasta as maldições. Em toda Cristandade, o livro sagrado foi, assim, objeto de usos propiciatórios e protetores que não supunham necessariamente a leitura de seu texto, mas que exigiam sua presença material o mais próxima possível dos corpos.

O livro é, portanto, o depositário de conhecimentos poderosos, mas temíveis. Na *Tempest*, de Shakespeare, Caliban, que o sabe, pensa que o poder de Próspero será destruído, se forem capturados e queimados seus livros: “*Burn but his books*”. Mas os livros de Próspero não são mais do que um único livro que lhe permite submeter à sua vontade a natureza e os seres. Esse poder demiúrgico representa uma terrível ameaça para quem o exerce. Para afastar o perigo, o livro deve desaparecer, afundado nas profundezas das águas: “E, ao fundo do mar, onde nem a sonda chega,/ Lançarei o meu livro².” [*I’ll drown my book*] (SHAKESPEARE, 2001, p.72). Três séculos mais tarde, Borges (2001) nos ensina que é em outras profundidades, aquelas das prateleiras da Biblioteca Nacional na Rua México, em Buenos Aires, onde deveria ser sepultado um livro que, por ser de areia, não era menos inquietante. Assim, expressam-se de maneira contundente dois temores contraditórios que habitaram a Europa da primeira época moderna, e que todavia nos atormentam nos dias de hoje: por um lado, o medo ante a proliferação indomável dos escritos, a multiplicação de livros inúteis, a desordem do discurso; e, por outro, o medo da perda, da falta, do esquecimento. É uma tensão comparável que caracteriza os

2. Em inglês, o segundo verso é *I’ll drown my book*, e o trecho poderia ser traduzido por “E aí onde jamais caiu a sonda/eu vou afundar o meu livro”.

nossos tempos confrontados com os desafios de uma nova forma de inscrição e conservação dos textos na memória do computador.

Semelhante tensão entre a proliferação dos discursos e os procedimentos encarregados de assegurar sua “rarefação” se encontra no centro da conferência de Foucault (2006, p. 8-9), *L'ordre du discours*:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Para ele, os três tipos de procedimentos assegurando a rarefação dos discursos eram os sistemas de exclusão que definem as palavras proibidas, que separam loucura e razão e afirmam a vontade de verdade de certos discursos; os princípios de classificação, de ordenação e de distribuição dos discursos; e, finalmente, as regras que não permitem que todo mundo tenha acesso a alguns discursos.

Outra formulação da mesma tensão entre acumulação e rarefação, entre proliferação e apagamento se pode se encontrar também no conceito de “esquecimento de reserva”, *oubli de réserve*, que constitui um tema maior do livro de Paul Ricoeur, *Mémoire, histoire, oubli*, uma vez que o esquecimento é considerado como a condição de possibilidade da memória. O “esquecimento de recordação” é o “caráter *desapercebido* da perseverança da lembrança, seu escape à vigilância da consciência” (RICOEUR, 2007, p. 448 e 451). Evita que a memória seja paralisada pelas lembranças e fechada só na rememoração. O conceito é construído por Ricoeur, a partir de três referências.

Inicialmente, *Ser e tempo*, de Heidegger, de onde é extraída a citação fundamental que contém todo o raciocínio: “Da mesma forma que a expectativa só é possível se houver uma espera, a lembrança [*Erinnerung*] só é possível baseada num esquecimento, e não o contrário” (HEIDEGGER, 2012, citado por RICOEUR, 2007, p. 450).

Segunda referência: *Funes el memorioso*, em que Borges entrelaça dois motivos: o do esquecimento, como condição do pensamento, enquanto processo de abstração e de generalização (“Este, não o podemos esquecer, era quase incapaz de idéias gerais, platônicas”) e o do esquecimento como condição do sono (“Para ele, dormir era muito difícil. Dormir é distrair-se do mundo”) (BORGES, 1996, p.

107 e p. 108). Numa de suas inúmeras entrevistas, Borges (1992, p. 331-332) retoma as próprias condições da escrita de *Funes el memorioso*:

Um homem, comum e muito ignorante, tem uma memória perfeita, tão perfeita que as generalizações lhe são proibidas. Ele morre bem jovem, derrotado por essa memória, que um deus poderia suportar, mas não um homem. Seria o caso contrário: Funes não pode esquecer nada. Por conseguinte, ele não pode pensar, pois, para pensar, é preciso generalizar, ou seja, esquecer. [...] O que pretendo dizer, com certeza, é que, nas últimas linhas, Funes morre. Morre sobrecarregado do peso de um passado minucioso demais para ser suportado. Um passado feito principalmente de circunstâncias, que normalmente são esquecidas. [...] Não somente ele pode reconstituir tudo, mas é obrigado a fazê-lo, ou seja, não pode se livrar do peso do universo.

A opressão da memória impede tanto o sono como o pensamento, que supõem, um e outro, a capacidade de esquecer. Funes, ao contrário, associa uma extrema sensibilidade da percepção, incapaz de qualquer forma de abstração, e uma capacidade, sem limites, de acumular os saberes. Ele pode aprender tudo, as línguas, o mundo, o passado e, como declara: “Eu sozinho tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo” (BORGES, 1996, p. 105). Mas aprender sem parar, ou se lembrar de tudo não é pensar, pois “pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo entulhado de Funes, não havia senão detalhes, quase imediatos”. (BORGES, 1996, p. 108).

Funes, ou o homem que não esquecia, é um monstro, que inverte os julgamentos tradicionais. Enquanto, basicamente, a doença ou o acidente supostamente fazem perder a memória, é após uma queda, depois de ter se chocado contra “um cavalo meio selvagem”, que Funes, “agora irremediavelmente enfermo”, quase paralisado, adquire uma memória sem limites e sem falhas. Aliás, enquanto os casos de memória prodigiosa são tradicionalmente objeto da maior admiração, a memória absoluta de Funes é causa de sua infelicidade e o conduz à morte, na idade de 19 anos. Borges estabelece, assim, uma relação invertida entre a excelência das memórias excepcionais dos grandes homens do passado e essa outra, funesta, de seu pobre herói, fazendo do capítulo 24 do livro VII da *Naturalis historia*, de Plínio, dedicado à memória, uma das leituras de Funes, capaz de enumerar, em latim e espanhol, os casos de memória prodigiosa: Cyrus, Mithridate Eurapator, Simonide,

Metrodorus. Os mesmos exemplos se encontram na compilação enciclopédica de Pedro Mexía, um dos livros utilizados por Cervantes em *Don Quijote*.

Freud é o terceiro ponto de apoio mobilizado por Ricœur para construir a noção de esquecimento de reserva. Aos dois textos, de 1914 e 1915, explicitamente citados por ele, podemos acrescentar um terceiro, publicado em *Nota sobre o 'bloco mágico'*, um texto comentado por Derrida. O “bloco mágico” era, no final do século XIX em Viena, uma espécie de lousa mágica, ou seja, um objeto composto de uma prancha de cera ou de resina, sobre a qual era colocada uma placa de celuloide transparente e uma folha de papel encerado, translúcido. A escrita, traçada com um estilete, era apagada quando se puxava para baixo a placa de celuloide; e, assim, o bloco ficava disponível para uma nova escrita. Mas, como observa Freud (2011), se expusermos o bloco a uma luz apropriada, é possível decifrar os traços deixados por uma escrita, embora ela tenha sido apagada. O “bloco mágico” constituía, assim, para ele, uma analogia material da própria estrutura do aparelho psíquico, ao menos na conceptualização do tópico pré-consciente-consciente-inconsciente, porque, se o sistema percepção-consciência tem uma capacidade ilimitada de receber percepções, mas sem inscrição durável, o sistema mnésico conserva os seus traços duradouros, recuperáveis, mas situados no inconsciente. No *Wunderblock* os escritos são apagáveis e efêmeros, multiplicados de maneira ilimitada, mas as inscrições apagadas sobre ele podem ser decifradas, pelo menos parcialmente, para quem sabe procurá-las. Devemos aproveitar essas várias figuras filosóficas ou literárias do apagamento ou do esquecimento para compreender nosso presente dividido entre a acumulação sem perda dos saberes e conhecimentos, dos textos e das informações e, por outro lado, o gesto permanente do apagamento e a obsolescência dos arquivos digitais?

Como se sabe, a única competência dos historiadores, que sempre foram lamentáveis profetas, é recordar que, dentro da longa duração da cultura escrita, toda mudança (o aparecimento do códex, a invenção da imprensa, as várias revoluções da leitura) produziu uma coexistência original de objetos e práticas do passado com técnicas novas. Toda vez que tal mudança ocorreu, a cultura escrita conferiu novos papéis aos antigos objetos ou práticas: o rolo na era do códex, a publicação manuscrita na era da impressão, a leitura em voz alta no tempo da leitura silenciosa e visual. É uma tal reorganização da cultura escrita que a revolução digital faz imaginar, esperar ou desejar. Pode-se supor que, como no passado, os escritos serão redistribuídos entre os diferentes suportes (manuscritos,

impressos, digitais) que permitem sua inscrição, sua publicação e sua transmissão. Resta, porém, o fato da dissociação das categorias – e até mesmo a contradição entre elas – que constituíram uma ordem do discurso fundamentada no nome do autor, na identidade das obras e na propriedade intelectual; e, de outro lado, o radical desafio a essas noções no mundo digital que promete a produção de obras móveis, maleáveis, abertas, multimídia, ao mesmo tempo palimpsesto e polifonia, libertados tanto da página quanto do *copyright*.

Podemos pensar e esperar com Umberto Eco e Jean-Claude Carrière um futuro no qual coexistiriam as várias culturas escritas. Mas acho que a verdadeira resposta não está nos hábitos e nos desejos dos leitores que entraram no mundo digital a partir de suas experiências como leitores de livros impressos. A resposta pertence aos *digital natives*, que identificam espontaneamente cultura escrita e textualidade eletrônica. São *suas* práticas da leitura e da escrita, mais do que *nostros* discursos, que vão decidir a sobrevivência ou a morte do livro, o apagamento do passado ou sua presença perpetuada.

REFERÊNCIAS

- BORGES, J. L. “A Biblioteca de Babel” e “Funes o memorioso”. In: _____. *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Enquêtes suivies d’Entretiens avec Georges Charbonnier*. Paris: Gallimard, 1992.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- FREUD, S. Nota sobre o ‘bloco mágico’ (1925). In: _____. *Obras completas: O Eu e o Id, Autobiografia e Outros Textos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Editora da Unicamp: Vozes, 2012.
- MONTAIGNE, M. *Sobre a Vaidade*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SHAKESPEARE, W. *A tempestade*. Tradução de Fátima Vieira. Porto: Campo das Letras, 2001.

SOBRE O AUTOR

Roger Chartier é um reconhecido historiador francês, com uma vasta obra publicada. É docente na *Collège de France* (Paris, França), na cátedra *Écrit et Cultures dans l’Europe Modern*, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*

(Faculdade de Altos Estudos em Ciências Sociais). Destaca-se no campo da História Cultural, com pesquisa e estudos importantes sobre a história da cultura e dos livros, a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais.

E-mail: chartier@ehess.fr.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

Lendo milhares de páginas em um dia: uma análise digital de textos críticos produzidos entre os séculos XVIII e XIX

Reading thousands of pages in one day: a digital analysis of critiques produced between the 18th and 19th centuries

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p31-48>

MÁRCIA ABREU¹

ADIEL MITTMANN²

RESUMO: Este artigo³ apresenta uma ferramenta digital denominada *Digital Library Notes 2* (DLNotes2), cujo propósito é produzir anotações semânticas que permitam a realização de análises de grandes volumes de textos. Neste caso, ela foi empregada para o estudo de críticas sobre romances, produzidas entre o final do século XVIII e o início do XIX, em Portugal. Pretende-se mostrar que se pode obter uma nova compreensão sobre as reações de leitura por meio de anotações digitais e análises estatísticas. A ferramenta foi capaz de identificar traços de estilo e personalidade em dois homens de letras, bem como oferecer indícios sobre as maneiras pelas quais se relacionavam com os romances.

PALAVRAS-CHAVE: Análise digital de textos; DLNotes2; circulação de impressos.

ABSTRACT: This article presents a digital tool called DLNotes2, whose purpose is to produce semantic annotations that allow the analysis of large volumes of text. In this case, it was used for the study of literary criticism about novels, produced between the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth, in Portugal. Our intention is to show that a new understanding of reading reactions can be obtained through digital annotations

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

2. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

3. Este trabalho foi realizado no interior do projeto temático “Circulação Transatlântica dos Impressos — a globalização da cultura no século XIX”, que contou com apoio da FAPESP e do CNPq.

and statistical analyses. The tool was able to identify traits of style and personality in two literary critics as well as to provide clues as to the ways in which they related to the novels.

KEYWORDS: Digital text analysis; DLNotes2; circulation of printed material.

*These are new methods we are using, and with new methods
the process is almost as important as the results.*

Literary Lab pamphlet 1, p. 1

Muitos recursos já foram usados para produzir anotações enquanto se lê. Há quem faça notas nas margens, há quem grife o texto com canetas coloridas, há quem tenha um caderno para copiar trechos associados a comentários. O *Digital Library Notes 2* (DLNotes2)⁴ é uma ferramenta computacional que se inscreve nessa linhagem, permitindo que se façam apontamentos em textos digitais. Boa parte da atividade tradicional de leitura e anotação pode ser realizada por meio da ferramenta, mas ela também permite realizar procedimentos impossíveis (ou muito difíceis) quando se trabalha com papel e caneta, por exemplo, comparar aspectos presentes em centenas de textos que tenham algum denominador comum.

Um grupo de pesquisadores reunido no projeto “Circulação Transatlântica dos Impressos”⁵ decidiu empregar essa ferramenta digital para a análise de críticas e comentários sobre romances produzidos entre o final do século XVIII e o final do XIX. Para este artigo, em particular, foi concebido um experimento, cujo objetivo foi examinar como dois homens de letras reagiram aos romances que leram, comparando um conjunto de textos produzidos por eles em uma mesma época e sob condições semelhantes. Interessava, também, verificar se traços de estilo e personalidade poderiam ser percebidos por meio da análise de anotações produzidas com a ferramenta.

Para tanto, este artigo divide-se em três partes. Na primeira, apresenta-se o DLNotes2; em seguida, é feita uma descrição do *corpus* de textos e dos procedimentos de anotação especificamente desenvolvidos para o estudo da recepção crítica de romances. Finalmente, faz-se uma análise do material, visando

4. Produzido pelo Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística (NUPILL) e pelo Laboratório de Pesquisas em Sistemas Distribuídos (LAPESD), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina. (MITTMANN et al., 2013).

5. O projeto desenvolveu-se entre 2010 e 2016 e contou com financiamento da FAPESP, do CNPq, do FAEPEX-UNICAMP, da Université de Versailles e da Universidade Nova de Lisboa. Há informações detalhadas sobre as pesquisas no site <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>, onde se encontram também as referências às publicações realizadas até junho de 2017.

responder às questões levantadas acerca das reações de leitura de dois homens de letras coetâneos.

A FERRAMENTA DIGITAL LIBRARY NOTES 2 (DLNOTES2)

O DLNotes2 é uma ferramenta, utilizável em navegadores *web*, que permite produzir anotações em conjuntos de textos. Para que as informações sejam coletadas e agrupadas de forma sistemática e eficiente, as anotações não são do tipo tradicional, em que o leitor digita um comentário em forma de texto livre. Em vez disso, ele deve escolher entre um conjunto de elementos predefinidos, preenchendo um formulário.⁶

A definição desse conjunto de elementos – designado como *ontologia computacional* no DLNotes2 – é o ponto central do trabalho, pois ela corresponde à definição de todas as informações e dados que serão pertinentes para as anotações que se queira realizar, bem como de todas as correlações que serão produzidas entre eles. Assim, a *ontologia* deve prever todas as possibilidades de exame de um *corpus* de textos. Ela deve conter as categorias de análise – denominadas *classes* – e as informações a elas associadas – designadas como *atributos*. Uma *classe* pode ser mais detalhada por meio do estabelecimento de elementos internos a ela, nomeados *subclasses*.

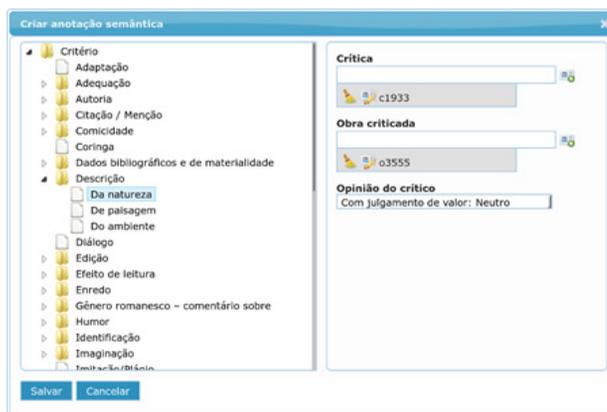


Figura 1. Tela de criação de anotação semântica. – À esquerda estão as classes da ontologia definida para a atividade de anotação, estruturadas em classes e subclasses; à direita estão os atributos, que variam conforme a classe selecionada.

6. Apresentaremos a ferramenta a partir do que é feito no projeto “Circulação Transatlântica de Impressos”. No entanto, ela pode ser configurada para atender diferentes necessidades, inclusive interesses didáticos, como tem sido feito na Universidade Federal de Santa Catarina.

No nosso caso, a *ontologia* contém *classes* e *subclasses* relativas aos elementos empregados pelos críticos para a avaliação dos romances e para a composição de seus textos (que serão apresentados detalhadamente na próxima seção), à nomenclatura empregada para a definição do gênero (que, à época, variava bastante) e ao estabelecimento do resultado geral da avaliação crítica. Contém também *atributos* destinados à identificação da crítica e dos textos criticados (seus títulos, locais e datas de publicação, bem como nome, gênero e nacionalidade de seus autores) e à identificação da opinião do crítico sobre a classe em questão. A Figura 1 exemplifica a estrutura de classes no painel à esquerda e os atributos à direita.

Assim, uma *ontologia* destinada à análise de textos críticos, como esta, pode especificar que há uma *classe* destinada à “Descrição”, que ela tem como *subclasses* “Da natureza”, “De paisagens”, “Do ambiente”, permitindo diferentes graus de minúcia na anotação, ao especificar se o texto aborda genericamente uma descrição ou se trata especificamente de uma descrição de paisagem. Pode especificar, também, que a *classe* (ou a *subclasse*) escolhida receberá *atributos* que identificarão a opinião que o crítico expressou sobre ela.

Os *atributos* variam conforme a *classe*. Se há uma *classe* para indicar que há uma “Citação” em um trecho do texto anotado, faz sentido haver um *atributo* designado para “nome de escritor” e para “título de obra”, para especificar a qual autor ou a qual obra a citação se refere — o que seria totalmente ilógico para a *classe* “Descrição”. Há, também, *atributos* invariáveis, destinados a identificar o texto crítico e a obra criticada.

Estabelecida a *ontologia*, é preciso preparar o *corpus*. O DLNotes2, por funcionar no navegador, precisa que os arquivos do *corpus* estejam no formato HTML (Hypertext Markup Language), que é o padrão da *web*. Arquivos em alguns outros formatos, como é o caso daqueles do Microsoft Word, podem ser convertidos em HTML e, então, enviados ao DLNotes2. No entanto, livros escaneados, mesmo quando em formato PDF, não podem ser utilizados.

Para inserir os textos na ferramenta, o pesquisador cadastra uma *atividade de anotação* e faz o *upload* de um ou vários arquivos. As *atividades de anotação* (isto é, as listas de textos já anotados ou em que serão inseridas anotações) são apresentadas ao pesquisador quando ele entra no sistema (ver Figura 2), podendo conter qualquer número de textos em qualquer tamanho.



Figura 2. Lista de documentos disponíveis na atividade.
Entre colchetes consta o número de anotações já feitas em cada documento.

É possível que o pesquisador já disponha de textos e de metadados — os dados acerca dos textos — cadastrados em algum sistema antes de iniciar o uso do DLNotes2. Para evitar esforço dobrado, um protocolo de sincronização pode ser estabelecido entre o outro sistema e o DLNotes2, permitindo que eles sejam importados de uma só vez. Os metadados também podem ser sincronizados, o que faz com que eles se tornem disponíveis no momento em que o pesquisador está criando as suas anotações.

No caso da pesquisa desenvolvida no projeto “Circulação Transatlântica de Impressos”, havia um banco de dados denominado CiTrIm, em que haviam sido cadastrados milhares de textos críticos sobre romances, produzidos em diversas partes do mundo. O banco, além de conservar o texto integral da crítica, armazena informações como autoria, local de publicação, título do romance analisado etc. O DLNotes2 e o CiTrIm cooperam de modo que os textos e os metadados residentes primariamente no CiTrIm sejam sincronizados com o DLNotes2, fazendo com que os *atributos* relativos à identificação da crítica e de seu autor sejam convertidos em códigos e automaticamente preenchidos (ver Figura 1, onde os códigos aparecem). Quando as anotações são extraídas do DLNotes2 para serem analisadas de forma quantitativa, os metadados as acompanham, carregando informações sobre, por exemplo, a data e o local em que o texto crítico foi produzido, permitindo observar, assim, como a quantidade de comentários sobre determinada categoria variou ao longo do tempo em determinado lugar.

Com os textos e os metadados inseridos no DLNotes2, é possível começar a produzir as *anotações semânticas*. Trata-se de um processo razoavelmente simples. O pesquisador, enquanto lê um dos textos críticos, seleciona com o *mouse* o trecho ao qual quer associar uma anotação. Nesse momento, o DLNotes2 mostra uma tela como aquela da Figura 1. À esquerda encontram-se as *classes* e as *subclasses* predefinidas e, à direita, estão os atributos disponíveis para a categoria selecionada. Assim, uma *anotação semântica* é a associação de um trecho de um texto com uma *classe* (ou *subclasse*) e seus *atributos*, resultando em uma *instância*, ou seja, um item de análise.

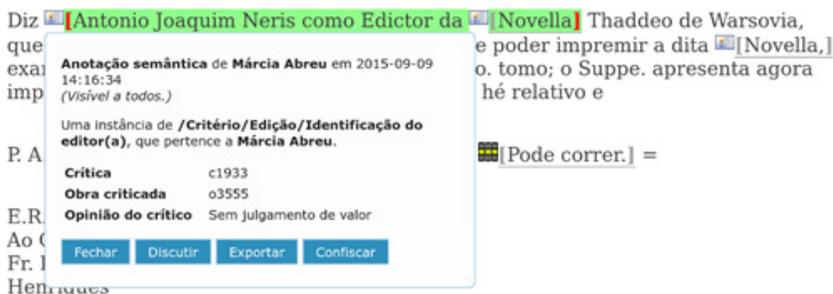


Figura 3. Instância criada e associada ao trecho do texto.

O trecho selecionado fica claramente delimitado por colchetes e sublinhado, como mostra a Figura 3. A marcação é livre, podendo se restringir a uma única palavra ou abranger o texto inteiro. A anotação salva se reduz a um ícone, que precede o trecho anotado e que serve de âncora — ao clicar sobre ele, a *instância* produzida se abre, exibindo os apontamentos feitos. Várias classes podem ser associadas a um mesmo trecho, tornando a anotação mais completa — por exemplo, um trecho da crítica pode afirmar que o enredo do romance é licencioso, o que produzirá duas anotações, uma relativa à classe *enredo* e outra relativa à classe *moral*.

Para que o leitor tenha uma visão geral das anotações feitas em um texto, os ícones são configuráveis: eles podem refletir a *classe* (por exemplo, um ícone em forma de livro associado à *classe* “Citação”) ou um de seus *atributos*, como foi estabelecido no nosso caso, em que os ícones refletem o *atributo* “opinião do crítico”, como se vê na Figura 4. As carinhas verdes são opiniões positivas; as amarelas, neutras; as vermelhas, negativas; e as caixinhas quadradas são informações em que não há juízo de valor.

●[Quanto a dizer o Autor que não escrevera a pag 19 §2 mai mas sim mui cessa a reflexão que fize suposto se pode bem equivocar do modo com que se escrito Similhante a este he aquelle lugar a pag 20V linh 4a e 5a do §2 nas palavras hum encontro que parece ler-se "hum encontra. Quanto á expressão do Autor a pag 13 linh 8a "as mais honestas por entre ellas gostao &a" como o Autor emendou o periodo tem cessado a minha reflexão . Equanto [sic] finalmente á 😊[nota que o Autor julga desnecessaria a pag 12V § ult. referindose áquella sentença quam glorioso he enganar huma formosa Donzella = devia o Autor advertir que eu não a exigi de neccessidade, mas que 🟢[taõ somente me pareceo conveniente pôr-se para inspirar mais horror ao vicio.]

Todas as mais passagens que notei como capitaes para se formar juizo destes defeitos, as acho emendadas agora pelo Autor, e parece que elle poderia emendar taõ bem algumas mais que omitti por não formar maior catalogo, como são logo na pag 1a §5 não se que dizer-te = em lugar de = não sei que te diga = e no paragrapho 6o em que principia huma oração com hum ponto final no meio, sem acabar o sentido. E no §pho 7o e ultimo da mesma pagina em que 🟢[parece estar se ouvindo hum estrangeiro fallando mal a Lingoa Portugueza - Gosto muito de tu ter o pensamento] &c.]

Figura 4. Trecho de texto anotado com o DLNotes2.

Na tela do computador, as carinhas têm cores diferentes para refletir a opinião do crítico.

A ontologia mais todas as instâncias criadas pelos pesquisadores formam uma base de conhecimento, ou seja, o banco de dados como um todo, que pode ser analisado por outras ferramentas computacionais (como planilhas eletrônicas ou pacotes estatísticos) e para o qual se podem fazer as mais diversas questões — o que seria impossível com anotações livres do tipo “aqui o autor critica negativamente uma descrição de ambiente”.

Os dados podem ser exportados em formato de planilha, em que as linhas correspondem às anotações e as colunas, a diferentes propriedades das anotações. Assim, existem colunas que indicam o nome do pesquisador que realizou a anotação, a data em que ela foi feita, o texto no qual foi criada e o trecho que foi demarcado. Os atributos definidos para as classes também podem ser exportados, inclusive aqueles oriundos de uma integração com outros sistemas.

Classe	Crítica/ID	Opinião do crítico	Crítica/Autor/Nome	Crítica/Ano
/Critério/Edição/Identificação do editor(a)	c1933	Sem julgamento de valor	Izidoro Ignacio Henrique	1829
/Critério/Moral	c1933	Com julgamento de valor: Positivo	Izidoro Ignacio Henrique	1829
/Critério/Temas abordados pelo crítico/Política	c1933	Com julgamento de valor: Positivo	Izidoro Ignacio Henrique	1829
/Critério/Temas abordados pelo crítico/Religião	c1933	Com julgamento de valor: Positivo	Izidoro Ignacio Henrique	1829
/Critério/Autoria	c1934	Sem julgamento de valor	Fr. Joze Machado	1824
/Critério/Edição	c1934	Sem julgamento de valor	Fr. Joze Machado	1824
/Critério/Moral	c1934	Com julgamento de valor: Positivo	Fr. Joze Machado	1824
/Critério/Tradução	c1934	Sem julgamento de valor	Fr. Joze Machado	1824
/Critério/Tradução/Qualidade da	c1934	Com julgamento de valor: Positivo	Fr. Joze Machado	1824
/Critério/Autoria	c1935	Sem julgamento de valor	Matheus da Assumpção	1824
/Critério/Enredo/Quantidade de episódios	c1935	Sem julgamento de valor	Matheus da Assumpção	1824
/Critério/Gênero romanesco – comentário sobre	c1933	Com julgamento de valor: Negativo	Izidoro Ignacio Henrique	1829
/Critério/Gênero romanesco – comentário sobre	c1935	Com julgamento de valor: Neutro	Matheus da Assumpção	1824
/Critério/Gênero romanesco – comentário sobre	c1935	Com julgamento de valor: Negativo	Matheus da Assumpção	1824
/Critério/Moral/Relativa ao enredo	c1935	Com julgamento de valor: Negativo	Matheus da Assumpção	1824

Figura 5. Trecho de banco de dados obtido a partir de anotações feitas no DLNotes2.

A Figura 5 mostra um trecho de um banco de dados exportado a partir do DLNotes2. Com base nele, ferramentas como o Microsoft Excel podem ser empregadas para filtrar e explorar os dados. O recurso de tabela dinâmica do Excel é particularmente útil para gerar tabelas e gráficos que contem e agrupem os dados presentes na planilha.

UMA ONTOLOGIA COMPUTACIONAL PARA A RECEPÇÃO CRÍTICA DE ROMANCES

Recorremos ao DLNotes2 a fim de analisar grandes volumes de textos críticos produzidos acerca de romances entre meados do século XVIII e meados do XIX. Este período é particularmente interessante, pois nele se desenrolou um processo de canonização do gênero, que passou da desvalorização, tendo em vista sua novidade e popularidade, à aceitação como um gênero literário de prestígio (AUGUSTI, 2011). Diversos agentes tomaram parte neste movimento, que ocorreu em distintas partes do mundo simultaneamente.

Parte deste material, produzido na Inglaterra, na França, em Portugal e no Brasil, foi recolhido pelos pesquisadores do projeto e inserido no DLNotes2, a fim de que fosse possível estabelecer comparações e observar a existência de consonâncias e discrepâncias ao longo do tempo e em diferentes lugares (ASSUMPÇÃO, 2015; GABRIELLI, 2015). Os textos críticos provêm de fontes diversas: publicações em periódicos (generalistas ou especializados em literatura) produzidos nos quatro países; pareceres de censura destinados a aprovar a publicação ou a circulação de romances em Portugal e no Brasil;⁷ bibliografias críticas publicadas na França, comentando os romances tidos como mais relevantes ou mais aceitáveis.

Embora as críticas sejam bastante diversas do ponto de vista de sua finalidade, forma de circulação e local de produção, elas se assemelham pelo fato de terem sido produzidas em um mesmo período e acerca de um mesmo tipo de texto — as narrativas em prosa ficcional. Ainda que diversas, elas são notavelmente homogêneas nos elementos empregados para a avaliação dos romances e, até mesmo, na forma de composição dos textos (ABREU, 2016). Assim, tendo lido algumas centenas deles, foi possível definir a *ontologia* com a qual trabalharíamos. Estabelecemos as *classes*, ou seja, os critérios empregados pelos críticos na avaliação de romances e os

7. Os pareceres produzidos pelos censores luso-brasileiros têm muitas características semelhantes aos textos críticos publicados em periódicos, extrapolando, em muito, a avaliação da ortodoxia das obras. Para uma discussão detalhada sobre as semelhanças entre a atividade crítica e a censória, ver Abreu (2008a, 2011).

elementos utilizados na confecção de seus textos.⁸ As *classes* contêm um conjunto de elementos de avaliação textual: “adequação” (ou decoro), “descrição”, “diálogo”, “enredo”, “humor”, “ironia”, “linguagem”, “narrador”, “moral”, “personagem” e “verossimilhança”. Ainda como avaliação textual, há *classes* relativas à questão da “nacionalidade”, à qualidade da “tradução”, à “originalidade” da composição, a que se contrapõem o “plágio” e a “imitação”.

Elementos extratextuais também foram definidos nas *classes*: a “autoria”, os “dados bibliográficos e de materialidade”, a “edição” (enquanto atividade do editor), os “efeitos de leitura” provocados pelo texto, a “imaginação” do escritor, os “paratextos”, o “público leitor” e a “recepção” do romance.

Além disso, sabíamos que havia discussões sobre o próprio gênero romanesco, tratando de sua nomenclatura, de seus subgêneros e de seu valor; portanto, uma *classe* foi criada para anotar esses elementos.

Estávamos interessados também em observar procedimentos discursivos empregados pelos críticos ao elaborar seus textos, por isso criamos *classes* relativas ao uso de “citações” e “menções”, ao recurso à “ironia” ao comentar o romance, à elaboração de reflexões “metacríticas” sobre o próprio ato de avaliar obras, à busca de “identificação” de modelos ou, mesmo, da vida do autor à obra. Finalmente, observamos que os críticos também faziam comentários genéricos, às vezes com pouca ou nenhuma conexão com o romance lido, por isso criamos a *classe* “temas abordados pelo crítico”, que tem como *subclasse* “política”, “filosofia”, “história”, “religião”, “sociedade”, “vida pessoal”, entre outras. Praticamente todas as *classes* contêm *subclasses*, que detalham os critérios, mas que não serão apresentadas aqui por razão de brevidade.⁹

Como os textos críticos, em geral, eram judicativos, criamos *atributos* para anotar a opinião expressa pelo autor sobre cada uma das *classes*, informando se havia

8. A definição das *classes* foi feita a partir da leitura de centenas de textos críticos produzidos na primeira metade do século XIX, às quais foram associados critérios comumente empregados pela teoria literária posterior. A definição dos elementos de análise e a produção das anotações semânticas que validaram o sistema foram realizadas por uma equipe de pesquisadores, coordenada por Márcia Abreu: Isabella Spatti Candido (bolsista Iniciação Científica FAPESP), Beatriz Gabrielli (bolsista Iniciação Científica FAPESP e, atualmente, Mestranda com bolsa do CNPq), Larissa de Assumpção (bolsista de Iniciação Científica FAPESP e, atualmente, Mestranda com bolsa da mesma instituição), Priscila Velloni (bolsista de Treinamento Técnico FAPESP), João Lucas Magalhães Moraes (bolsista SAE – UNICAMP), Taís Francison (Mestranda, CNPq), Etienne Sauthier (Pós-doutorado FAPESP).
9. A *ontologia* é explicada com mais detalhes alhures (ABREU; MITTMANN, 2017).

ou não juízo de valor; em caso afirmativo, é possível definir se ele era “positivo”, “negativo”, “neutro” e, em caso contrário, anota-se “sem julgamento de valor”.

Ao final das anotações, há uma *classe* reservada ao “resultado da crítica”, que possui como *atributos* “positivo”, “negativo”, “neutro”, “predominantemente positivo” ou “predominantemente negativo”.

UMA ANÁLISE DIGITAL DAS REAÇÕES DE DOIS LEITORES DE ROMANCES

O banco de dados do projeto “Circulação Transatlântica dos Impressos” (CiTrIm) contém, atualmente, 3.258 textos críticos produzidos na França, no Reino Unido, no Brasil e em Portugal entre 1797 e 1850, cadastrados com metadados relativos ao título da crítica e seu autor, local e data de publicação, à língua em que foram escritos e a que romances se referiam. O nome do autor da crítica também está associado a metadados que informam seu gênero, o local e a data de seu nascimento e morte. Da mesma forma, as obras criticadas vêm acompanhadas de informações sobre seu autor, língua em que foi escrita originalmente e gênero textual. Caso a crítica explicita o fato de estar comentando uma edição específica, esses dados também são acoplados à identificação da obra, que passa a conter informações sobre local, data e número da edição, e sobre tradução e adaptação, nos casos em que isso é pertinente. Desse conjunto, 2.333 textos críticos foram incorporados ao DLNotes2 e receberam anotações.

Para este artigo, recortamos uma pequena parte desse material, selecionando textos críticos produzidos por dois censores portugueses,¹⁰ a fim de verificar se o DLNotes2 produziria dados interessantes para análise de características individuais de leitura e avaliação, além de elementos que permitissem pensar sobre estilo e personalidade.

Entre o final da década de 1790 e o início dos anos de 1820, dois homens leram romances incessantemente em Lisboa: João Guilherme Christiano Müller e Francisco Xavier de Oliveira. Eles estavam a serviço da Coroa e trabalhavam como censores, examinando os livros que pretendiam circular em Portugal e seus domínios, em língua original ou em tradução, fossem eles impressos no país ou importados de diversas localidades. Havia muitos outros censores no período, mas João Guilherme Christiano Müller e João Xavier de Oliveira foram os que receberam

10. Para uma discussão sobre a proximidade entre a atividade censória e a atividade crítica, ver Abreu (2008a; 2008b; 2011; 2013).

maior número de romances para avaliar, o que faz deles, possivelmente, os maiores leitores de romance da cidade, uma vez que liam tudo o que seus contemporâneos leriam, mais aquilo que saía de circulação devido à ação censória. Embora as determinações legais exigissem que eles se manifestassem apenas sobre a ortodoxia moral, religiosa e política das obras, seus pareceres excediam em muito essas atribuições, convertendo-se em verdadeiras peças de crítica literária, em que se discutiam problemas de linguagem e verossimilhança, construção de personagens e enredo, qualidade da tradução e da forma material do impresso, entre outras.

Ambos trabalhavam para as mesmas instituições, sob as mesmas determinações, chegando, algumas vezes, a ler os mesmos textos. Mas, nem por isso, chegavam às mesmas conclusões. Uma análise numérica de suas reações aos romances indica que eles estavam em polos opostos. Considerando a *classe* “Resultado da crítica”, Oliveira avaliou 50,0% dos romances que leu como “negativo” ou “predominantemente negativo”, enquanto Müller os considerou como “positivo” ou “predominantemente positivo” em 68,4% dos casos.

Este resultado é consistente com os comentários que cada um deles fez ao longo de seus pareceres. Em números absolutos, Francisco Xavier de Oliveira produziu 100 comentários negativos contra apenas 26 positivos em suas avaliações. Já João Guilherme Christiano Müller fez 232 comentários positivos contra 183 negativos. Ou seja, Müller avaliou positivamente 55,90% dos elementos que analisou nos romances, enquanto Oliveira o fez em apenas 20,63% dos casos. Para perceber quão relevante é o índice de positividade nos comentários de Müller, basta ver que as críticas inglesas publicadas em periódicos no mesmo período apresentam 48,71% de positividade.

Suas diferenças em relação aos romances são perceptíveis de várias formas. Oliveira escreveu, por crítica, mais comentários negativos (8,3 contra 4,8 de Müller) e menos comentários positivos (2,17 contra 6,11 de Müller). E foi mais enfático do que seu colega, ao apresentar os defeitos das obras que leu: Oliveira empregou, em média, 30,39 palavras quando quis manifestar sua reprovação e apenas 9,38 quando tratou de elogiar. Müller parece mais equilibrado, empregando, em média, 30,54 palavras para desaprovar e 22,72 para exaltar as qualidades do livro.

Estes dados mostram não apenas uma atitude mais favorável aos romances por parte de Müller, mas deixam evidente que para reprovar utilizavam-se mais palavras do que para enaltecer, uma vez que, em ambos os casos, os trechos negativos são significativamente mais longos do que os positivos. Um maior detalhamento nos comentários negativos não ocorre, por exemplo, nas críticas inglesas, em que

reprovação e elogio empregavam mais ou menos o mesmo número de palavras (31,89 e 32,60, respectivamente). A exposição minuciosa dos elementos negativos, nos pareceres produzidos no interior da censura lusitana, talvez se deva à necessidade de argumentar, a fim de convencer o tribunal censório — que era quem tomava a decisão, em última instância — sobre a necessidade de proibição da obra. Não havia qualquer necessidade de mostrar as qualidades do texto, mas, mesmo assim, centenas de palavras eram gastas para enaltecer as belezas do romance, mesmo por parte de um censor pouco afeito a eles como Francisco Xavier de Oliveira.

É possível verificar também que eles pensavam sobre os textos de maneiras diferentes. Embora ambos se irmanem, ao considerar o enredo como um elemento central de suas análises (75,0% dos comentários de Oliveira e 71,1% de Müller), Francisco Xavier de Oliveira dá prioridade à observação de elementos textuais, como linguagem (58,3% dos comentários de Oliveira e 36,8% de Müller) e verossimilhança (25,0% dos comentários de Oliveira e 13,2% de Müller), enquanto Müller se preocupa mais com elementos extratextuais, como os efeitos que a leitura poderia provocar no público (presente em 57,9% de seus comentários, contra 25,0% de Oliveira) ou a recepção que a obra obteve no mundo literário (52,6% dos comentários de Müller e 0,0% de Oliveira).

Assim, Oliveira volta-se mais para a qualidade interna da obra, enquanto Müller inquieta-se com as consequências de sua presença no mundo social e, em particular, com as avaliações que seus pares fizeram dos livros que ele deveria julgar. Isso tem impactos na maneira como eles organizam seus textos e seus argumentos. Enquanto Müller refere a recepção crítica da obra como fundamento de suas opiniões (Müller o faz em 52,63% dos casos, enquanto Oliveira em 0,0%), Oliveira recorre a citações de autores, especialmente Horácio (75,00% dos comentários de Oliveira contra 52,63 de Müller).

Parte dessas diferenças pode ser explicada pela inserção profissional desses dois letrados. João Guilherme Christiano Müller era filho de uma família de professores da renomada Universidade de Gottingen, na Alemanha. Nascido em 1752, cursou Humanidades, Línguas orientais e Teologia naquela instituição. Em 1773, mudou-se para Portugal para tornar-se pastor luterano, mas acabou por converter-se ao catolicismo, ocupando diversos postos no governo: foi professor dos príncipes, tradutor do Almirantado, bibliotecário da Rainha D. Maria I, sócio supranumerário da Academia Real das Ciências, diretor da Impressão Régia, além de ter sido censor régio desde

1792 até sua morte, em 1814.¹¹ Mantinha estreito relacionamento com homens ricos, influentes e cultos residentes em Lisboa (FERRO, 1991; FERRO, 1996, p. 315 e segs.).

Pouco se sabe sobre Francisco Xavier de Oliveira, que, em um de seus pareceres menciona o fato de ter nascido na América. Foi Professor Régio de Retórica e Poética, em Lisboa, a partir de 1771, assumindo, a seguir, o cargo de censor régio, em 1792, função que desempenhou por, pelo menos, 20 anos, emitindo pareceres até 1812.¹² É incerta a data de sua morte, mas um documento de junho de 1819 menciona seu nome como falecido.¹³

Parece fazer sentido que um professor de retórica e poética prestasse muita atenção a elementos textuais, como verossimilhança e linguagem, enquanto um homem do Paço estivesse mais preocupado com o impacto social das obras aprovadas; que o professor de retórica citasse textos clássicos da Antiguidade, enquanto o membro da Academia levasse em conta a reputação da obra no mundo literário.



Figura 6. Palavras mais utilizadas nos comentários negativos de Müller (à esquerda) e Oliveira (à direita).

11. Sua biografia foi apresentada por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, seu colega na Academia de Ciências de Lisboa, na Assembléa Pública de 24 de junho de 1815 (MORATO, 1815). Ver também verbete relativo a João Guilherme Cristiano Müller na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. (s.d., p. 115-116).
12. Segundo Innocencio da Silva (2001, p. 93), Francisco Xavier de Oliveira foi “Professor Regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa pela resolução regia de 10 de Novembro de 1771, com exercicio no Collegio Real de Nobres, e depois no antigo estabelecimento d’estudos do bairro d’Alfama. Impossibilitado a final, por sua idade e molestias chronicas acompanhadas de cegueira, viveu assim alguns annos, morrendo (ao que parece) no de 1823, ou pouco depois”.
13. “Relação dos Censores falecidos, impedidos, e mais ou menos desembaraçados, depois da Real Resolução de 18 de Março de 1807 que substituiu outros falecidos e impedidos que haviaõ sido Nomeados por Decretos de 28 de Agosto de 1795, e 31 de Mayo de 1798” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO).

Os dados produzidos pelo DLnotes2 permitem fazer ainda outras ilações, pois mostram características que poderiam ser atribuídas à personalidade de cada um desses homens. Uma das marcas mais salientes nos pareceres de Francisco Xavier de Oliveira é o emprego da ironia para se referir aos romances que examinava (58,33%) ou aos seus autores (25,00%). Enquanto isso, uma característica marcante nos documentos produzidos por João Guilherme Christiano Müller é o caráter autorreflexivo de suas observações, presente em 23,68% dos casos. Assim, enquanto Oliveira faz graça com defeitos das obras ou com as intenções de autores e tradutores, Müller se questiona sobre seu papel, expõe dúvidas sobre seus julgamentos e lamenta-se sobre a dificuldade das tarefas que deve desempenhar. A Figura 6¹⁴ reforça as características próprias de cada crítico: nela estão exibidas as 20 palavras mais utilizadas nos trechos negativos. Enquanto termos como “livro”, “pag”, “ibid” e “fol” destacam-se nos comentários negativos de Müller, sugerindo que o autor se preocupa em ser específico quando é negativo, em Oliveira vemos “portuguez”, “portuguesa”, “lingoa” e “traductor”, o que indica que este crítico dedicava atenção especial à língua, sobretudo nas traduções.

Observa-se, assim, uma interessante coincidência entre ironia e negatividade; autorreflexão e positividade. Percebe-se também que, para reprovar, se utilizavam mais palavras do que para enaltecer, já que os trechos negativos de ambos os censores são significativamente mais longos do que os positivos — o que é particularmente digno de atenção no caso de Müller, que revela uma atitude geral mais favorável aos romances.

Finalmente, os dados mostram que os organismos de censura do Antigo Regime não eram entidades monolíticas, abrigando, pelo contrário, opiniões divergentes e ímpetus reprobatórios diversos. Além disso, podiam ser um espaço de elogio às obras lidas, como ocorre em ambos os casos examinados, ainda que com ênfases diferentes.

CONCLUSÃO

Ao iniciar o trabalho com o DLNotes2, tínhamos um conhecimento amplo sobre a crítica dos séculos XVIII e XIX, suficiente para estabelecer elementos de análise e definir critérios de avaliação, ou seja, para especificar uma *ontologia*. No

14. As nuvens de palavras foram criadas com o auxílio do sítio <<http://www.wordclouds.com/>>.

entanto, o próprio trabalho de estabelecimento de uma *ontologia* força a uma nova e diferente reflexão sobre o objeto, pois não se trata apenas de lembrar quais foram os critérios de análise que, um dia, vimos em algum texto crítico, mas, sim, de organizá-los de maneira lógica, criando hierarquias entre *classes* e *subclasses*, estabelecendo relações entre *classes* e *atributos*, que permitam colocar novas questões para textos críticos produzidos há mais de cem anos.

Extraír dados e identificar padrões a partir de anotações tradicionais é, obviamente, possível, mas é muito difícil fazê-lo, e os resultados não são tão exatos como os obtidos a partir de anotações digitais estruturadas. Some-se a isso o limite que um ser humano tem de leitura, que o obriga, necessariamente, a trabalhar com uma quantidade restrita de dados. No caso do DLNotes2, um grupo de pesquisadores pode colaborar para anotar um *corpus*. Todas as anotações feitas nos textos, independentemente do pesquisador que as criou, são igualmente conservadas e podem ser analisadas de forma conjunta. Assim, diversas pessoas podem anotar um único texto ou podem dividir o trabalho entre si, atribuindo um conjunto de textos a cada pesquisador.

Isso permite trabalhar com uma quantidade muito maior de documentos, mas também cria a necessidade de zelar pela consistência dos dados, o que leva a discussões de interpretação que refinam a compreensão do texto.

O DLNotes2 é uma ferramenta digital interessante, pois, diferentemente de programas empregados em algumas pesquisas em Humanidades Digitais, ela não produz as anotações automaticamente. São os seres humanos que leem, selecionam trechos, criam anotações e interpretam textos, associando-os a elementos de análise predefinidos. Assim, a subjetividade se mantém, e as diferenças de leitura afloram. Se, no grupo de pesquisadores, não costuma haver discussão sobre o fato de o crítico estar comentando a construção de uma *personagem* ou tecendo considerações sobre a *linguagem*, a decisão sobre o fato de seu comentário ser positivo, neutro ou negativo pode levar a acaloradas discussões, já que, nesses casos, a interpretação do pesquisador sobre o texto pesa mais fortemente. Por esse motivo, as anotações são periodicamente revisadas e discutidas pelo grupo.

Assim, esse sistema tem algumas vantagens interessantes. Ele permite o trabalho coletivo, mantendo a subjetividade das leituras, possibilita o compartilhamento dos dados entre vários pesquisadores, alarga enormemente a quantidade de textos considerados e, uma vez criadas as anotações, gera resultados com grande rapidez.

Além dessas vantagens operacionais e metodológicas, o sistema é valioso por permitir enxergar coisas que antes não estavam visíveis ou eram pouco claras.

Uma primeira surpresa foi perceber como eram restritos os elementos empregados para se pensar sobre romances até meados do século XIX. Definimos 14 critérios de análise textual, o que já nos parecia bastante sucinto. Para nossa surpresa, apenas 5 critérios textuais foram realmente produtivos na avaliação de romances — “enredo”, “personagem”, “moral”, “verossimilhança” e “linguagem” (incluindo observações sobre a qualidade da “tradução”) — não apenas nos casos aqui examinados, mas no conjunto de textos críticos produzidos em Portugal, no Brasil, no Reino Unido e na França.

Além disso, nossa percepção sobre o peso desses critérios e sua forma de utilização foi bastante alterada, desde que começamos a obter resultados que permitiram olhar para centenas de textos de uma só vez e com um mesmo padrão. Por exemplo, por muito tempo acreditamos que a avaliação do aspecto moral dos romances era o elemento mais mencionado pelos críticos até a primeira metade do século XIX; entretanto, a quantificação produzida a partir do DLNotes² mostrou que o elemento de maior destaque eram os comentários sobre o enredo, aí incluída a apresentação de um resumo da obra. Embora as considerações morais fossem também importantes (elemento destacado por Müller em 73,68% dos casos, contra 50% nos pareceres redigidos por Oliveira), as observações sobre o enredo eram tão ou mais relevantes (Müller menciona o enredo em 71,05% dos casos, e Oliveira o faz em 75% das vezes) – o que é particularmente curioso numa situação em que se analisam textos críticos produzidos no interior de organismos de censura, os quais, por hipótese, deveriam estar mais preocupados com a moral do que com a trama das narrativas.

A leitura humana, ou o “Humanscope”, na sugestiva designação de Sarah Allison et al. (2011), havia dado pouca atenção ao elemento mais presente nos textos críticos – o enredo –, possivelmente por ser ele corriqueiro e pouco rentável em termos de análise. Já a moral chamara a atenção, provavelmente porque a teoria literária do século XX a descartara inteiramente de suas preocupações, tornando esse critério de análise *sui generis* para os olhos de um leitor contemporâneo. Assim, o DLNotes² minimizou a interferência de ideias preconcebidas pelos pesquisadores.

Por outro lado, o “Humanscope” havia detectado a evidente ironia que perpassa os textos de Oliveira, mas a relação entre essa característica e o grau de negatividade de suas avaliações tinha passado inteiramente despercebido. Mais inesperada ainda foi a relação entre a reflexão metacrítica em que Müller se enreda e a positividade de

suas avaliações. Essas relações tornaram-se evidentes quando os dados mostraram não apenas as porcentagens de aprovação, mas também a quantidade de palavras empregadas em cada situação.

Assim, o DLNotes2 não substitui a leitura humana, mas a torna mais atenta e aguçada, permitindo a realização de interpretações novas sobre dados há muito conhecidos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Censure et critique – les réactions des premiers lecteurs de romans. *Cahiers du Brésil Contemporain* – Maison des Sciences de l’Homme, Paris, n. 69-70, p. 11-35, 2008a.
- _____. O “Mundo Literário” e a “Nacional Literatura”: leitura de romances e censura. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajétórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas-São Paulo: Mercado de Letras; FAPESP, 2008b. p. 275-306.
- _____. Nos primórdios da crítica - julgamentos literários produzidos pela censura luso-brasileira. In: FIGUEIREDO, Carmen Lúcia N. de; HOLANDA, Sílvio Augusto de O.; AUGUSTI, Valéria (Org.). *Crítica e literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011. p. 197-220.
- _____. Escrever sob censura – considerações históricas e literárias. In: ANDRADE, Francisco Eduardo de; GONÇALVES, Andréa Lisly; JESUS, Ronaldo Pereira de. *Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 103-121.
- _____. Uma comunidade letrada transnacional: reação aos romances na Europa e no Brasil. In: ABREU, Márcia (Org.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp; FAPESP, 2016. p. 365-394.
- ABREU, Márcia; MITTMANN, Adiel. Ler o passado com ferramentas do futuro: uma análise digital de textos críticos do início do século XIX. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 19, n. 3, p. 661 - 677, 2017.
- ALLISON, Sarah et al. Quantitative formalism: an experiment. *Literary Lab - Pamphlet 1*, p. 8, January 15, 2011. Disponível em: <<https://litlab.stanford.edu/LiteraryLabPamphlet1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- ASSUMPÇÃO, Larissa de. 2015. *O lugar do romance em bibliotecas oitocentistas* – a presença de obras ficcionais em livros sobre a formação de bibliotecas e nos catálogos da Biblioteca Fluminense e da Biblioteca Imperial. Monografia (Curso em Letras)- Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- AUGUSTI, Valéria. *Trajétórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil Oitocentista*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- FERRO, João Pedro. *Influências germânicas em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Separata das Atas do Congresso Internacional Portugal no século XVIII de D. João V à Revolução Francesa. Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII. Lisboa: Universitária Editora, 1991.
- _____. Intelectuais alemães em Portugal: Johann Wilhelm Christian Müller (1752 – 1814). In: MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira; OPITZ, Alfred; CLARA, Fernando. (Coord.).

Lendo milhares de páginas em um dia: uma análise digital de textos críticos...

- Portugal – Alemanha – África do imperialismo colonial ao imperialismo político*. Actas do Encontro Luso-Alemão, 4., 2 e 4 de outubro de 1995, Lisboa. Lisboa: Colibri, 1996.
- GABRIELLI, Beatriz. *A presença de romances no jornal francês La Presse (1836 – 1850)*. Monografia (Curso em Letras)- Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, v. XVIII, p. 115-116, s.d.
- MITTMANN, Adiel et al. DLNotes2: anotações digitais como apoio ao ensino. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 24., 25 a 29 de novembro de 2013, Campinas-SP. *Anais...* 2013. p. 527-536.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão. Elogio histórico de João Guilherme Christiano Müller. In: ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, lic. Paul Wilhelm Gennrich, 1815. Tomo IV, parte II.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. V. III. Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, 9, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Márcia Abreu é professora do Departamento de Teoria Literária do IEL – UNICAMP. Publicou vários trabalhos, dentre os quais se destacam os livros *The transatlantic circulation of novels between Europe and Brazil, 1789-1914* (Palgrave MacMillan, 2017); *Romances em movimento* (Editora da Unicamp, 2016); *The cultural revolution of the nineteenth century: Theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world* (org. com Ana Claudia Suriani da Silva. I. B. Tauris, 2015); *Impresso no Brasil – dois séculos de livros brasileiros* (org. com Aníbal Bragança. Editora da Unesp / Fundação Biblioteca Nacional, 2010), com o qual ganhou o Prêmio Jabuti 2011; *Cultura letrada: literatura e leitura* (UNESP, 2006); *Os caminhos dos livros* (Mercado de Letras; ALB; FAPESP, 2003) e *Histórias de cordéis e folhetos* (Mercado de Letras; ALB, 1999).

E-mail: marcia.a.abreu@gmail.com.

Adiel Mittmann possui mestrado e doutorado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016). Atua principalmente nos seguintes temas: Humanidades Digitais, Versificação, Linguística Computacional.

E-mail: adiel@mittmann.net.br.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

Livro de combate: O caso *Em câmara lenta* e sua repercussão pública no contexto da ditadura civil-militar

Combat book: the case *Em câmara lenta* and its public repercussion in the context of the civil-military dictatorship

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p49-72>

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS¹

RESUMO: Analisam-se as condições sociais de produção e recepção da obra *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, publicada em 1977 pela editora Alfa-Ômega, em São Paulo. Esse romance foi um dos primeiros livros escritos por um guerrilheiro urbano, logo que liberto do Presídio Tiradentes. Também foi um caso estridente de censura da ditadura civil-militar, imediatamente após a publicação da obra, que mobilizou diferentes agentes nacionais e internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Censura; ditadura civil-militar; *Em câmara lenta*.

ABSTRACT: The social conditions of production and reception of the book *Em câmara lenta*, by Renato Tapajós, published in 1977 by the Alfa-Omega publishing house in São Paulo, are analyzed in this text. This novel was one of the earliest books written by an urban guerrilla member as soon as he was released from the Tiradentes Prison. It was also a strident case of censorship by the civil-military dictatorship, immediately after its publication, which mobilized different national and international agents.

KEYWORDS: Censorship; civil-military dictatorship; *Em câmara lenta*.

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

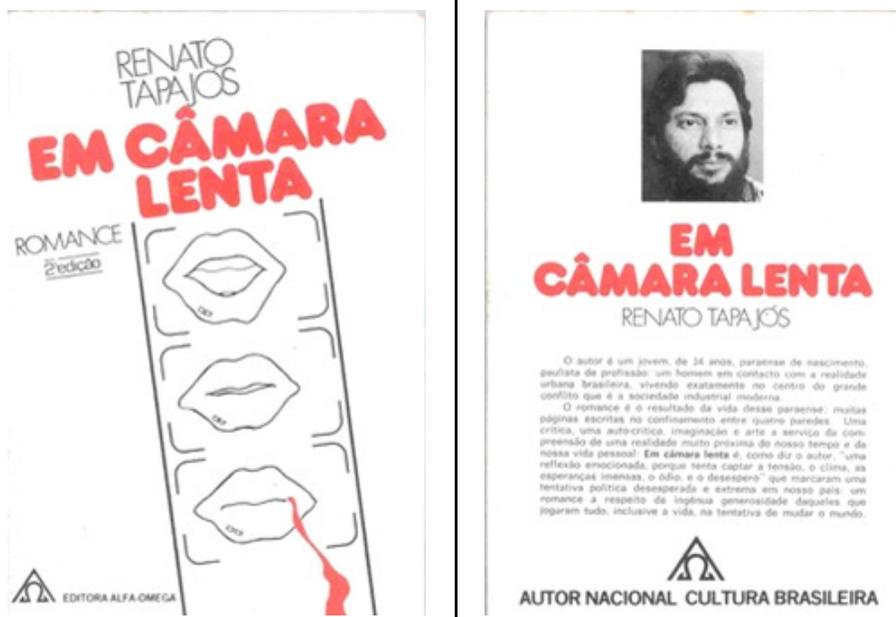
Um livro é um complexo de relações sociais. O objeto encerra em si diferentes linhas de força que o tornaram possível, além do motor inicial – a potência do autor em fabulá-lo ao mundo. Desde a capa (com a concepção gráfica), o uso de imagens ou não, os tipos empregados para explicitar o título e a forma como o nome de autor aparece – esse nome de autoridade e responsabilidade, pelo qual um sujeito passou a ser alvo de interdições e censuras (FOUCAULT, 1992) –; a presença dos textos de contracapa, orelhas e outros dados são todos elementos que antecedem a própria leitura do conteúdo. São elementos formais que se apresentam como possibilidades analíticas para cientistas sociais e historiadores interessados nas condições sociais de produção de uma obra.

Este é o ponto de partida que será empregado neste artigo. Analisam-se as condições sociais de produção e recepção da obra *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, publicada em 1977, em São Paulo. O romance, publicado pela editora Alfa-Ômega, foi um dos primeiros livros escritos por um guerrilheiro urbano, logo que liberto do Presídio Tiradentes. Também foi um caso estridente de censura da ditadura civil-militar, imediatamente após a publicação da obra, que mobilizou diferentes agentes nacionais e internacionais.

O livro, classificado de *subversivo*, foi *analisado* por censores da polícia política, apreendido, proibido. E seu autor, novamente preso, objeto de disputa dos sentidos da produção da obra, dos efeitos de verossimilhança e uso social da mensagem que *Em câmara lenta* poderia produzir.

Além disso, tanto autor como obra foram levados aos bancos dos tribunais, tendo sido necessário contar em sua defesa, dentre outros elementos, o parecer como *perito* do sociólogo e crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017), convocado pelo advogado de Tapajós, Aldo Lins e Silva. Ao defender o livro de Tapajós, defendia-se a liberdade de expressão da arte, a memória dos atingidos pela ditadura e que lutaram contra ela.

MEMÓRIAS DA GUERRILHA URBANA

Figuras 01 e 02: Capa e contracapa de *Em câmara lenta*.

Fonte: Acervo particular de Mário A. M. da Silva.

Em câmara lenta, do escritor e documentarista Renato Carvalho Tapajós², teve apenas duas edições e foi publicado em 1977, constituindo-se num momento importante na história literária e política do Brasil no século XX. Antes do sucesso editorial de outro ex-guerrilheiro e exilado, Fernando Gabeira, que publicaria pela

- Renato Carvalho Tapajós nasceu em Belém do Pará em 1943. A aproximação com a esquerda tem origem familiar, na união que existiu na sua família de comunistas com uma oligarquia decadente, após o intervencionismo de Vargas no estado do Pará. Vem para São Paulo na década de 1960, estudar engenharia na USP. Acaba se interessando por Ciências Sociais, Poesia Concreta e Poesia Práxis e se torna documentarista, autor de *Vila da Barca* (1967, premiado no Festival de Leipzig), *Universidade em Crise* (1968), entre outros. Nesse tempo, ingressa na organização maoísta Ala Vermelha. Nos anos 1970, depois de sair da prisão, trabalha na Editora Abril e no programa *Globo Repórter*, ao lado de Eduardo Coutinho e João Batista de Andrade. Atua na organização sindical de São Bernardo do Campo (1978) que, entre outros fatores, culminaria na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual esteve filiado até 1989. Como escritor, além de *Em câmara lenta*, é autor de *Carapintada*, *A infância acabou*, entre outros, pela editora Ática. Diretor dos filmes *Linha de Montagem*, *Corte Seco*, *A batalha da Maria Antônia*.

Codecri o famoso *O que é isso, companheiro?* (GABEIRA, 1978), o livro de Tapajós é o primeiro romance publicado por um autor cujo conteúdo estivesse baseado nas experiências pessoais e tratasse do tema da guerrilha urbana. Com seu romance, Tapajós inicia a revisão do período ditatorial, 13 anos depois do Golpe de 1964 e ainda estando em vigência o regime ditatorial civil-militar.

Inicia, igualmente, o espaço para um novo memorialismo no Brasil, no qual se inseririam posteriormente Antônio Marcello (1978), Gabeira (1982, 1984; primeiras edições em 1978 e 1979, respectivamente), Alfredo Sirkis (1980 e 1981), Reinaldo Guarany Simões (GUARANY, 1978 e 1984), Herbert Daniel (1982) etc., no que diz respeito aos exilados e aos ex-guerrilheiros. A obra desses autores – em maior ou menor grau, encontrando ponto alto no *Em câmara lenta* – extrapola o nível literário, sem esquecê-lo, e não se resigna apenas à transmissão de experiências. Ao contrário: através da matéria memorialística, gênero de ficção com estatutos de verdade extremamente acentuados, querem promover um julgamento: de si mesmos, de suas experiências, dos seus grupos políticos e/ou geracionais, do Estado ditatorial e da sociedade que o gerou³.

EM CÂMARA LENTA E A FANTASMAGORIA DO PASSADO

O romance de Tapajós é uma construção coletiva, fruto das discussões estabelecidas pelo grupo de guerrilheiros encarcerados no Presídio Tiradentes⁴, em São Paulo, membros da organização de tendência maoísta Ala Vermelha. O autor foi preso em 1969 e solto em 1974, tendo começado a redigir *Em câmara lenta* em 1973, justamente o momento de maior repressão à oposição armada. O livro é escrito simultaneamente à gestação do documento de autocrítica⁵ dos membros presos

3. Desenvolvi isto com mais detalhes nos capítulos três e quatro de meu livro (SILVA, 2008). Sinteticamente, não é um acaso que estes relatos e romances sejam publicados após o retorno do exílio e saídas das prisões. Eles funcionam como um mecanismo de reinserção social daqueles sujeitos históricos na realidade brasileira do final da década de 1970. Reinserção difícil, especialmente no plano político, em razão do caráter específico assumido pelos movimentos sociais identitários, dos quais os ex-guerrilheiros não conseguem mais ser uma vanguarda política.
4. Sobre o Presídio Tiradentes e as memórias de presos que ficaram encarcerados nele, ver FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997.
5. Em entrevista que me concedeu em 25/11/2004, em Campinas, Tapajós afirma que esse documento “[...] é um documento ainda bastante dentro daquele padrão dos documentos comunistas[...]. Isso foi em 73, final de 72, em 73, a gente já tava dizendo praticamente tudo aquilo que até hoje eu acho que tava correto, ou seja, de que nós nos isolamos, que nós desencadeamos o processo de luta armada no momento errado,

da Ala Vermelha, sendo impregnado pela dimensão da revisão da trajetória e das escolhas assumidas, propondo-se um novo caminho, desde que ele não significasse o abandono da luta contra o regime ditatorial. O autor afirma, na contracapa, que seu livro é:

[...] uma reflexão sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país entre 1964 e 1973 e, mais particularmente, entre 1968 e 1973 [...]. É, sobretudo, uma discussão em torno da contradição que se colocou para os militantes, em determinado momento, entre o compromisso moral e as opções políticas que se delineavam. É claro que o romance é também uma denúncia da violência repressiva e da tortura, porque ninguém pode escrever com um mínimo de honestidade sobre política em nosso país, nesse período, sem falar de tortura e de violência policial [...]. No entanto, esse não é o aspecto principal do romance. De certa forma, ele é um balanço e uma autocrítica, um esboço em torno do desmantelamento das organizações de esquerda e da reação dos militantes a respeito desse fato [...]. (TAPAJÓS, 1977).

Desde o título e imagem de capa, *Em câmara lenta* é montado em linguagem cinematográfica, sendo que a alusão ao cinema, com a qual o editor Fernando Mangarielo⁶, da Alfa-Ômega, batizou os originais, diz respeito aos *olhos* do personagem central, que aos poucos se fica sabendo ser um narrador guerrilheiro, um homem clandestino, atado às memórias dos mortos e dos presos. E atado também às reminiscências de *Ela*, a personagem feminina que assombra as memórias do narrador. O guerrilheiro narrador de *Em câmara lenta* é alguém que já não faz mais parte deste mundo, que lhe é estranho, e que insiste em viver até ser morto ou preso, que não duvida do destino trágico, mas também não sabe como se libertar dele.

né? Nós não levamos em conta que a Ditadura ia ser capaz de superar a crise pela qual ela tava passando, que nós nos isolamos da população em função disso daí [...]. E a gente terminava propondo que a alternativa à luta armada era ligar-se às massas, sobretudo ao proletariado organizado nos sindicatos, né? [...] Quando a gente fez a autocrítica a gente reconhece que nós tínhamos caído num desvio de vanguardismo e de esquerdismo, ou seja... Ao sair na frente, com o processo de luta armada, sem estruturar bases significativas junto ao Movimento Social do proletariado e do campesinato [...]" (SILVA, 2008, p. 62).

6. O título que Tapajós queria para os originais era *Nem todas as mortes são iguais*, segundo a entrevista concedida a mim. Isso porque, segundo o autor, "[...] As mortes daqueles que me são caros, daqueles que eu amo, que fazem parte do meu mundo, por mais ideologia que eu tenha na cabeça, elas não são iguais às mortes dos meus inimigos [...]. E o meu personagem vive isso na pele. Porque as pessoas estavam vivendo isso na pele, e eu conheci vários companheiros que foram até o fim, a maior parte deles morreu." (SILVA, 2008, p. 111).

O LIVRO CENSURADO

Em câmara lenta foi lançado em São Paulo, em maio de 1977⁷. O lançamento, segundo o sociólogo Marcelo Ridenti (2000, p. 154), “[...] reuniu uma pequena multidão, convertendo-se num ato político”. Tratava-se do primeiro livro de memórias, um romance, fruto de um militante ativo do período de desenvolvimento e fim das ações armadas e da guerrilha urbana. O livro ficou pouco menos que um mês à venda nas livrarias, e esgotou-se rapidamente sua primeira edição de três mil exemplares. Alguns de seus leitores foram membros do aparelho repressivo do Estado, particularmente da Polícia Civil do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e do II Exército, bem como o então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Coronel Antônio Erasmo Dias.

Após as leituras destes últimos, em 27 de julho de 1977, no fim de tarde de uma quarta-feira, no pátio da Editora Abril, onde o autor trabalhava na ocasião, Renato Carvalho Tapajós foi preso por investigadores do DEOPS, chefiados pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Configurava-se assim o segundo caso na história editorial e literária brasileira de um autor preso pelo conteúdo de sua obra, no período republicano, ao expôr suas ideias na forma de um livro – o primeiro foi Monteiro Lobato.

O impacto de tal prisão e o espanto causado pelo fato puderam ser sentidos pela mobilização urgente que apareceu nos órgãos de imprensa, tanto da Imprensa Alternativa como de grandes jornais e revistas. Também podem ser medidos pela perplexidade ante uma ação que colocava sob suspeita os planos do General Ernesto Geisel, para uma abertura lenta, gradual e segura, sinalizados, como escreveu Élio Gaspari (GASPARI; HOLLANDA; VENTURA, 1999, p. 13), desde a noite de 12 de janeiro de 1976, quando o General Presidente tomara a decisão de punir com demissão o subordinado de quatro estrelas, General Ednardo d’Ávila Mello, por conta da morte do preso político Manuel Fiel Filho, nas dependências do II Exército.

7. Entre 1975 e 1977 recebeu a recusa de várias editoras, como a Ática e Civilização Brasileira, que consideraram o momento impróprio para lançar uma obra como aquela. A editora que o acolheu, a Alfa-Ômega, havia acabado de lançar a reportagem *A ilha*, de Fernando Moraes e estaria, segundo Marcelo S. Ridenti, “embalada” em publicar material de esquerda, pois fazia sucesso (RIDENTI, 2000, p. 154). De acordo com Fernando Mangarielo, editor e dono da Alfa-Ômega, o que o levou a publicar estas e outras obras foi “[...] o destemor, a identificação com os clamores” da época (SILVA, 2008, p. 142).

O livro de Tapajós recebeu uma primeira crítica nas páginas da revista *Veja*, em sua edição da semana de 13 de julho de 1977. Duas semanas antes da prisão do autor, a jornalista Marilena Vianna intitulava suas observações críticas acerca do romance como sendo apenas “Um bom projeto”, uma boa ideia que poderia ter contribuído para a revisão crítica do período pós-1964 e que, no entanto, não o fez, sendo impregnada e limitada por uma emoção exacerbada e um unilateralismo analítico que contaminariam a obra. Segundo Vianna (1977, p. 122):

Este romance, entretanto, distingue-se de tudo o que se vem escrevendo sobre o assunto, pelo ineditismo de tratamento, num estilo predominantemente jornalístico, com uma clara tendência ao documental; o enfraquecimento da carga ficcional é, por sua vez, compensado pelo impacto da ação, que, no livro de Renato Tapajós, ocupa lugar privilegiado, centralizando a narrativa; nisto reside sua originalidade [...]. Não conseguindo superar o tom do depoimento pessoal emocionado, o romance não chega a marcar sua presença, de modo significativo, na literatura de revisão do pós-64, por não representar uma tentativa real de interpretação histórica. Ele ousa na distribuição dos papéis principais, na dramatização do assunto; mas pela cumplicidade de sua linguagem, pela forma maniqueísta de equacionar o modo de ser político, a respeito do qual mostra-se profundamente romântico e inocente, fraqueja na crítica e perde-se na passionalidade.

Não foi a mesma opinião de outros leitores da obra de Tapajós, distribuídos no aparato repressivo do Estado, em outros veículos da imprensa ou, posteriormente, na crítica e na análise acadêmica, de quem sua obra mereceu atenção tão logo foi publicada (FRANCO, 1992; FREITAS FILHO; HOLLANDA; GONÇALVES, 1979; MACHADO, 1981). Tratando dos primeiros, a opinião propiciada por *Em câmara lenta* era de que a obra possuiria *um alto teor subversivo*. No dia 18 de julho de 1977, cinco dias após a matéria de *Veja*, o delegado Sérgio Fernando P. Fleury encaminharia à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública um ofício, dizendo ter tomado ciência da publicação da obra do autor, que estaria cumprindo liberdade condicional por ter infringido a Lei de Segurança Nacional (LSN). Ele a teria violado novamente, segundo o delegado, porque sua “obra, cuja análise ora se encaminha, é uma apologia do ‘terrorismo da subversão e da guerrilha em todos os seus aspectos’ (sic)” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977a).

Por sua vez, na quinta-feira do dia 21 de julho 1977, a Secretaria de Segurança Pública emitiu documentação confidencial, de difusão restrita a órgãos de

informação e repressão do Estado, através de sua Seção de Informações, afirmando, na Informação n.º 0713/77 – 12109:

Informação Nº 0713/77 – 12109

A obra “CÂMARA LENTA” de Renato Tapajós: Editora Alfa-Ômega: 1977 – é uma apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os seus aspectos.

É um “romance” lírico, apaixonado e fanático em que se [ilegível] e se venera o terrorista, o guerrilheiro, e ao mesmo tempo que se execra o policial e o militar.

É uma obra essencialmente feita dentro da dialética marxista, tendo como doutrina e moral a ética comunista. O Comunista não mata, mas liberta! O Comunista não rouba, expropria!

O assassinato de um policial a tiros de metralhadora é tratado como fato apenas de passagem na narração: a prisão de um terrorista é traduzido num quadro de tortura e de violência que choca a qualquer mortal [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977b).

Esses argumentos balizaram uma ordem de prisão, ainda que não tivesse sido avalizada pelo procurador da 3ª Auditoria Militar, Henrique Vailati Filho – que recebeu a obra, para apreciação, no dia 22 de julho de 1977. A ordem de prisão foi emitida pelo Coronel Antônio Erasmo Dias, seguida de determinação de incomunicabilidade do preso por dez dias. Segundo a matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, de 29 de julho de 1977, na sexta-feira, dois dias seguintes à prisão de Renato Tapajós:

Para o coronel Erasmo Dias, o livro de Renato Tapajós “é uma cartilha subversiva e, depois de ler o romance, cheguei à conclusão de que ele tem mais valia para a subversão do que o “Livro Vermelho” de Mao Tse Tung ou a “Cartilha da Che Guevara” (sic) [...]. Quanto à apreensão da obra o secretário da Segurança Pública afirmou que isso não lhe compete e que os órgãos competentes já foram informados. E acrescentou que Renato Tapajós “é um bom escritor e seu livro foi bem elaborado, mas não tem condição de ficar exposto à venda”. (LIVRO..., 1977, s/p).

Matéria semelhante foi publicada pelo *Jornal do Brasil*, no mesmo dia, sendo mais incisiva no título, bem encadeado e com clara intenção de demonstrar

o arbítrio: “Secretário de Segurança de S. Paulo lê romance, acha-o subversivo e prende autor”. O jornal destacaria ainda que

o livro foi editado normalmente. *Casualmente*, o romance caiu nas mãos do Coronel Antônio Erasmo Dias, que encaminhou os informes básicos para apurações e providências do DOPS. O delegado Alcides Singillo, ainda no dia 27, oficiou ao Juiz-Auditor Francisco Fernando Rodrigues, da 3ª Auditoria da 2ª CJM, informando que Renato Tapajós se encontrava preso naquele departamento, indiciado em inquérito. (SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA..., 1977, s/p, grifo meu).

Três aspectos chamam a atenção nessas reportagens. Primeiro, a *ausência da casualidade* apontada pelo jornal que, como foi visto linhas antes, na documentação do DEOPS, não existiu. Segundo, a *não apreensão da obra*, decisão que não teria sido cogitada em detrimento da prisão do autor e cujo expediente era mais comumente praticado pela Censura Federal. Decorrência deste ponto, a *prisão do autor*, à revelia do indicativo do procurador Vailati Filho, que não a julgara necessária, naquele primeiro momento, para a confecção do inquérito. Bastariam a apreensão e a análise da obra.

Daí surgir a incômoda pergunta, expressa nos jornais dos dias seguintes: Por que Tapajós foi preso?

MANIFESTAÇÕES CONTRA A CENSURA

A partir do dia 30 de julho de 1977, sábado, quase quotidianamente, estendendo-se por todo o mês de agosto, ocorreram, na imprensa, intervenções de intelectuais e associações, sendo entrevistados e publicando notas de protesto contra a prisão. O primeiro jornal a fazer isso foi *O Estado de S. Paulo*. Na sua edição de 30 de julho de 1977, os professores Dalmo de Abreu Dallari – da Faculdade de Direito da USP e então presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP – e Paulo Sérgio Pinheiro – sociólogo da UNICAMP e membro do Conselho Orientador da Editora Alfa-Ômega – foram entrevistados acerca da prisão do escritor. Ambos o defenderam: o primeiro caracterizou como inconstitucional sua prisão (bem como a possibilidade de censura à sua obra) e o segundo aprovou o romance, “[...] como uma obra perfeitamente enquadrada no gênero literário. Como leitor, ele destaca, inclusive, a técnica narrativa inovadora de Renato Tapajós que soube tomar

o tema e desenvolvê-lo numa atmosfera literária surpreendente” (PRISÃO DE FICcionista..., 1977, s/p.).

Para o professor Dallari, seria pouco provável que uma obra de ficção pudesse ser interpretada como meio mais adequado para a realização de propaganda de subversão política. Além disso, a prisão do escritor permaneceria indefensável e arbitrária,

[...] “pois o autor tinha residência conhecida, profissão devidamente legalizada e não constituía, portanto, nenhuma ameaça à ordem pública pelo fato de estar livre”. O fato também de ter publicado seu romance com publicidade e através de uma editora cujo proprietário, Fernando Mangarielo, patrocinou o valor literário da obra, demonstra que “o escritor teve boa fé e não justifica prisão preventiva”, segundo o professor Dallari. (PRISÃO DE FICcionista..., 1977, s/p.).

Nos dias que se sucederam, a Associação Paulista de Cineastas (CINEASTAS PROTESTAM..., 1977), a União Brasileira dos Escritores (ESCRITORES DIVULGAM..., 1977) e a Ordem dos Advogados do Brasil, na figura de seu Presidente do Conselho Federal, Raimundo Faoro (ADVOGADO PEDE..., 1977), protestaram contra a prisão. A leitura que o manifesto da UBE faz do romance de Tapajós, certamente em sua defesa, não seria a mesma esperada pelo autor. O manifesto afirma, a certa altura, que

[...] Contra a tortura estamos todos: está o presidente desta entidade, estão seus associados, está o presidente Geisel, o comandante do II Exército ou o Coronel Erasmo Dias – todos. É evidenciada nesse romance a **ingênu**a generosidade dos jovens que despreparados, isolados de tudo e de todos, sem contato com o povo, os trabalhadores e opinião pública, mas querendo mudar o mundo sem conhecê-lo ou ouvi-lo.[...] Há não muito tempo, as autoridades brasileiras se encarregaram de divulgar, através de todos os meios de publicidade, as confissões e o arrependimento de jovens condenados por atos de terrorismo. Agora, Renato Tapajós apenas coloca em termos de ficção o mesmo libelo contra os que se entregaram à **mesquinha agitação** (sic) em que o povo era ignorado. (ESCRITORES DIVULGAM..., 1977, s/p., grifos no original).

Nem mesmo a União Brasileira de Escritores (UBE) entendeu – ou demonstrou querer entender – *Em câmara lenta*. Tapajós nunca renegou sua experiência, e nem

seu livro foi feito para isso ou para detratar seus antigos companheiros. Por outro lado, o sociólogo e jurista, Raimundo Faoro, ao comentar a prisão e os fatos que a encerram, resume em poucas e irônicas palavras o quadro de desentendimento e incompreensão – fosse no âmbito do Direito ou no âmbito literário – criado pela prisão de Renato Tapajós:

[...] O presidente do Conselho Federal da OAB, Raimundo Faoro, comentando a prisão de Renato Tapajós, declarou ser “espantoso que havendo Censura Federal, com poderes draconianos, poderes de verificação prévia – segundo uma lei que reputamos inconstitucional mas que está em pleno vigor – a polícia estadual interfira e repunte subversivo um livro que à Censura Federal não causou nenhuma impressão negativa. O que se pode concluir é que existe um livro não subversivo para o País, mas especificamente subversivo para São Paulo”. (ADVOGADO PEDE ..., 1977, s/p.).

Os editores de Tapajós, o casal Fernando e Claudete Mangarielo, foram intimados, no dia 03 de agosto de 1977, a depor sobre o livro que publicaram e que, até aquela data, ainda não havia sido censurado e já esgotara sua primeira edição. Nessa ocasião, o então deputado do MDB, Alberto Goldman, e a Academia Brasileira de Letras, representada por seu presidente Austregésilo de Athayde, manifestaram seu repúdio à prisão de Tapajós, que permanecia incomunicável e era defendido pelo advogado Aldo Lins e Silva – de quem os órgãos de informação diriam se tratar de notório defensor de presos políticos e elemento de esquerda. A Câmara Brasileira do Livro, através de Mário Fittipaldi, também manifestou seu protesto, naqueles dias, assim como o Sindicato dos Escritores de São Paulo, numa pressão constante, entre os dias 02 e 05 de agosto de 1977.

No depoimento dos Mangarielo, no dia 03, o editor teria afirmado, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, que “[...] os critérios empregados para a edição do livro foram uma análise de conteúdo sobre o valor literário da obra e a realização de uma pesquisa mercadológica, ‘que resultou satisfatória, visto que os livros que tratam de ficção política provocam grande receptividade junto ao público’” (EDITOR DE TAPAJÓS ..., 1977, s/p.).

Duas semanas mais tarde, no dia 17 de agosto de 1977, o comando do II Exército emitiria uma opinião diferente acerca do livro, em seus mais diferentes aspectos (desde a composição física até as intenções de seu conteúdo). Em seu *Relatório de Análise*, de número 201, a certa altura, o documento afirma que o livro foi produzido

com “Capa e interior elaborados em papel de baixo preço, objetivando o barateamento de produção, escrito com letras graúdas e linguagem fácil para atingir diversificados níveis de leitores” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977c, s/p.). Voltar-se-á a esse relatório mais adiante.

A incomunicabilidade de Tapajós – que até então não tinha o direito de avisar-se com advogados ou receber visitas, ler jornais, livros etc. – terminou no dia 06 de agosto de 1977. Ainda assim, permaneceria com prisão preventiva decretada por mais 30 dias, período no qual continuaria a prestar depoimentos. Nesse ínterim, entre 06 e 09 de agosto, foi lançado em São Paulo manifesto com quase 800 assinaturas de escritores, jornalistas, artistas plásticos etc. A notícia e o manifesto foram divulgados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no mesmo dia (09 de agosto de 1977): no primeiro mereceram apenas uma pequena nota de poucas linhas; e, no segundo, publicou-se o texto como um todo, embora sem as assinaturas, como pode ser visto a seguir:

Nós abaixo-assinados, escritores, cineastas, jornalistas, atores, teatrólogos e artistas plásticos, profissionais cuja atividade depende fundamentalmente da liberdade de pensamento e de expressão, protestamos publicamente contra a prisão, em São Paulo, do escritor Renato Tapajós. Achamos impertinente ao caso a discussão do passado do escritor: trata-se de fatos julgados pelo Judiciário, que não podem ser invocados para justificar a arbitrariedade cometida agora. Pela primeira vez no Brasil, um autor é preso porque o conteúdo de seu romance, editado e vendido legalmente, foi considerado subversivo pela autoridade policial. Essa violência fere frontalmente a liberdade de manifestação de pensamento, consagrada nos “Direitos e Garantias Individuais” da Constituição e, pelo precedente que estabelece, constitui para todos nós uma ameaça intolerável. Agosto de 1977. (PRISÃO DE TAPAJÓS..., 1977, s/p.).

Somente quase um mês depois da prisão de seu autor e três meses depois de seu lançamento, *Em câmara lenta* foi censurado em nível nacional pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão. O assunto foi noticiado apenas pela *Folha de S. Paulo*, de 13 de agosto de 1977:

BRASÍLIA (Sucursal) – O ministro da Justiça, Armando Falcão, assinou despacho ontem, proibindo a publicação e circulação em todo o território nacional do livro “Em Câmara Lenta”, da autoria de Renato Tapajós, escritor e jornalista preso recentemente

por determinação do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias. Por outro lado, foi determinado à Polícia Federal a apreensão de todos os exemplares expostos à venda. A proibição de “Em Câmara Lenta”, publicado pela Editora Alfa-Ômega de São Paulo, foi baseada no artigo 54 do decreto lei 898, de 29 de setembro de 1969 – Lei de Segurança Nacional. O despacho do ministro Armando Falcão foi encaminhado à Procuradoria Geral junto à Justiça Militar. (FALCÃO PROÍBE..., 1977, s/p.).

Numa ação concertada, apreende-se o livro de Tapajós, censura-se e expede-se o recolhimento, ao mesmo tempo em que se pede a sua prisão preventiva, por crime de incitação à subversão, baseado na Lei de Segurança Nacional. A notícia deste fato é divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 18 de agosto de 1977.

O delegado Alcides Singillo, da Divisão de Ordem Social do Deops de São Paulo encaminhou ontem 2ª Circunscrição Judiciária Militar o inquérito em que é indiciado o jornalista Renato Carvalho Tapajós, por subversão e solicitou a decretação de prisão preventiva. Singillo, que presidiu o inquérito, fez uma demorada análise do livro “Em Câmara Lenta” e da atuação do acusado dentro da ala vermelha do Partido Comunista do Brasil, retratada integralmente, segundo o delegado, no livro. [...]. No inquérito realizado pelo Deops e encaminhado à Justiça Militar, o delegado Singillo afirma que o livro de Tapajós não apresenta uma ficção, “mas sim uma apologia da subversão, do terrorismo e da guerrilha rural e urbana”. O delegado assegura que, de acordo com confissão do autor, os personagens principais são o próprio Renato Tapajós, sua cunhada Aurora Furtado, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional, morta na prisão, e seu amante José Arantes. (PEDIDA A PRISÃO..., 1977, s/p.).

A “demorada análise do livro” de que fala a reportagem é o “Relatório de Análise nº 201”, datado de 17 de agosto de 1977, no qual a autoria do remetente e a do destinatário, no II Exército, são indicadas por meio de códigos. Trata-se de documento de nove páginas, que faz um resumo, inicialmente, das atividades de Tapajós na Ala Vermelha, que o condenaram à prisão entre 1969 e 1974. Após isso, o documento faz uma breve apresentação da Editora Alfa-Ômega e de seus membros à época da publicação de *Em câmara lenta* (editores, conselho orientador, revisores etc.). Na sequência, em seu quinto item, procede-se a uma “Análise Circunstancial da Obra”, que se ocupa em provar que o livro de Tapajós, da maneira física como foi editado

– papel, tipografia etc.) –, passando pela capa, até o seu conteúdo, é instrumento para incitação à subversão, concluindo pela culpa de Tapajós. E ressalta ainda o precedente perigoso que publicações como a obra *Em câmara lenta* abririam, naquilo que parte da crítica literária chamou de *Moderno Memorialismo Brasileiro*. Como conclui Singillo, ao final de seu relatório:

Outro aspecto a ser abordado é que o livro “EM CÂMARA LENTA” seja nada menos que o embrião de uma nova modalidade de ataques e calúnias aos Governos, disfarçada por uma casca literária, o que confirma a publicação pela mesma editora do livro “UMA VIDA EM SEIS TEMPOS (MEMÓRIAS)”, de autoria de um ex-membro do Comitê Central do PCB, o qual já está sendo objeto de análise por esta Seção, onde se percebe um afinamento acadêmico com a técnica de terrível eficácia, utilizada por PAUL JOSEPH GOEBBELS, Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, baseada na premissa “Mintam, mintam que sempre alguma coisa ficará”. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977d, s/p.).

O advogado de Renato Tapajós e da Alfa-Ômega, Aldo Lins e Silva, segundo noticiou a *Folha de S. Paulo* no dia seguinte (ADVOGADO REQUER..., 1977, s/p), solicitou, para contrapor à análise literária elaborada pelo delegado do DEOPS, um parecer técnico do professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, Antônio Candido de Mello e Souza, que aceitou o pedido e procedeu à análise minuciosa dos aspectos literários e intencionais de *Em câmara lenta*, bem como de seu autor. O documento final do professor Candido foi lido durante a defesa de Tapajós e está datado de 12 de fevereiro de 1978. Ele se encontra reproduzido na íntegra no Anexo de Documentos de meu livro (SILVA, 2008).

A EXIGÊNCIA DA LIBERDADE

Renato Tapajós foi solto em 23 de agosto de 1977, às 17h30min, do Presídio do Hipódromo de São Paulo, para onde havia sido transferido dias antes. O mandado de soltura foi solicitado pelo procurador Henrique Vailati Filho – que pediria a sua condenação um mês depois, em 30 de setembro de 1977. A notícia da liberdade de Tapajós foi dada pelos jornais *Folha de S. Paulo* (PROCURADOR QUER..., 1977; TAPAJÓS SOLTO..., 1977) e *O Estado de S. Paulo* (LIBERTADO RENATO TAPAJÓS, 1977). Ao fim da reportagem deste último jornal, afirma-se que havia

um grande temor entre os policiais de plantão da delegacia, uma vez que “nos vinte dias que permaneceu no DOPS, Renato Tapajós foi constantemente vigiado por carcereiros, que informaram ter recebido instruções para evitar a qualquer custo ‘um possível suicídio’”. (LIBERTADO RENATO TAPAJÓS, 1977, s/p.).

Certamente esse temor era provocado pela (até então tida e reafirmada como suicídio pelos órgãos oficiais) morte do jornalista Vladmir Herzog, nas mesmas dependências do DEOPS, dois anos antes, onde esteve preso Tapajós por um mês.

Esse temor dos policiais é diferente daquele expresso pelo grande volume de cartas que começaram a chegar ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Coronel Erasmo Dias. A procedência, em geral, era de membros ou simpatizantes de diversas seções da Anistia Internacional espalhados pelo mundo. As cartas foram remetidas de países de quatro continentes (Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Hong Kong, Holanda, Canadá, Suécia, Estados Unidos, Austrália, Venezuela, Suíça etc.). O assunto: pedido de soltura imediata de Renato Tapajós, bem como temor por sua vida nas dependências do DEOPS.

O conteúdo básico de todas as cartas escritas em português, pelos estrangeiros, com erros de ortografia, era (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977e):

*Coronel Antônio Erasmo Dias (sic)
Secretaria de Segurança Pública
Cabinete do Secretario (sic)
Av. Brigadeiro Tobias, 527 – 10 andar.
São Paulo –SP, Brasilien. (sic)
Exmo. Sr. Secretario de Segurança Publica!*

No dia 27 de julho, 1977, o escritor, cineasta (sic) e jornalista RENATO TAPAJÓS foi preso pelo DOPS em (sic) São Paulo.

A vida do Sr. Renato Tapajós corre sério risco já que ele se encontra incomunicado (sic) e talvez sofra torturas.

Peço a V. Exia. (sic) que garanta ao Sr. Renato Tapajós um tratamento de acordo com os direitos humanos bem como sua soltura imediata.

Saudações,

Assinatura.

Sobre a circulação mundial do caso *Em câmara lenta*, Tapajós afirma:

Então a primeira edição esgotou rapidamente, aí veio a Censura, proibiu o livro e tal... Em 79, já na época da Anistia, quando foi suspensa a Censura e o livro foi lançado, a maior parte das pessoas que... A maior parte do público que tinha prá ler o livro, já tinha lido. Em cópia xérox (risos). Eu fiquei sabendo de gente que leu o livro em cópia xérox em Moçambique, em Angola, na Argélia, no... Na Europa, várias pessoas, entendeu? Quer dizer, eu não sei quantas cópias xérox fizeram, mas esse livro circulou muito mais em cópias xérox do que em cópias vendidas pela editora, né? (SILVA, 2004, s.p.).

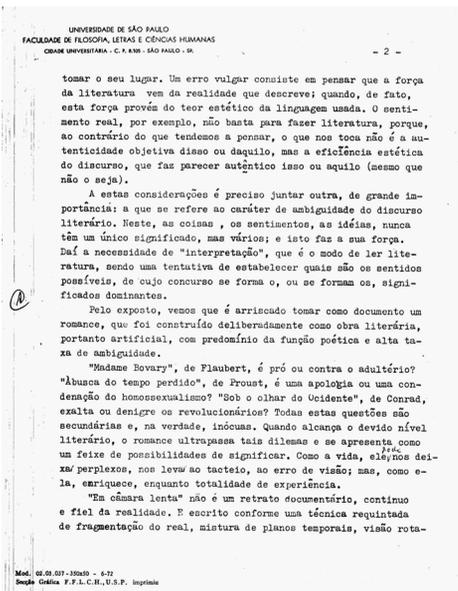
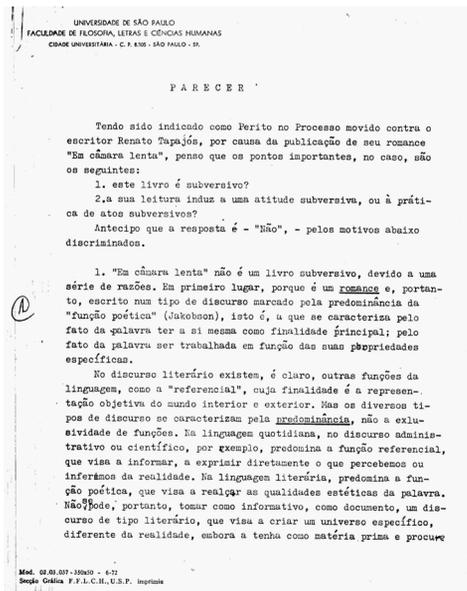
O General do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar, Augusto Fragoso, comunicou, em 02 de setembro de 1977, o recebimento de 89 cartas provenientes do exterior, apelando pela soltura de Tapajós e temendo por sua vida (APELOS POR..., 1977).

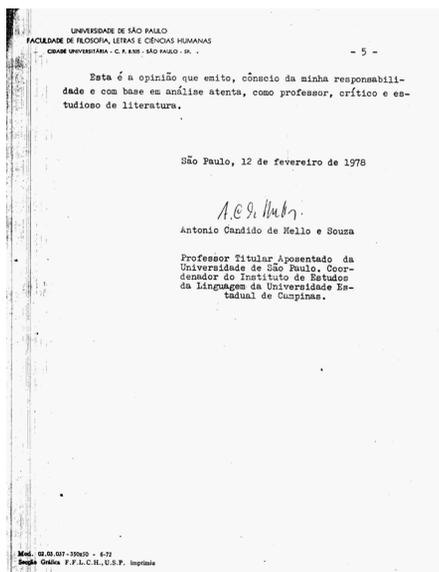
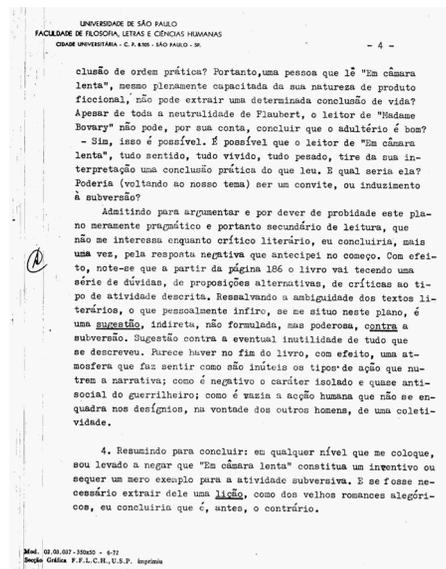
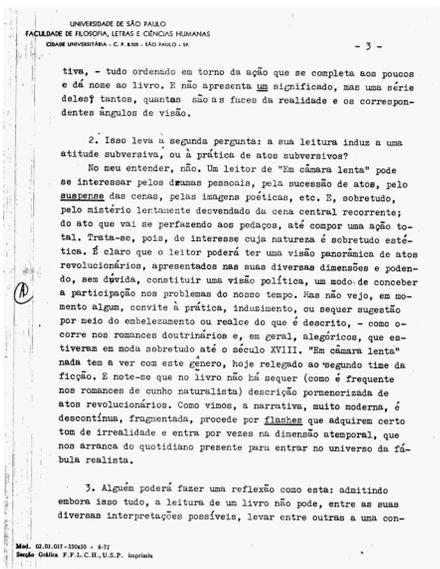
Após a liberdade concedida ao escritor e as pressões sofridas pelos órgãos de Segurança Pública, as notícias e o interesse pelo caso Tapajós decresceram nos jornais. As duas últimas grandes matérias sobre o assunto foram fornecidas pelo *Jornal do Brasil* (PROCURADOR DENUNCIA..., 1977) e pela *Folha de S. Paulo* (APRESENTADA A DENÚNCIA..., 1977), espaçadas em quase um mês. No primeiro caso, no dia 30 de setembro de 1977, ambos os periódicos publicaram que o Procurador da Justiça Militar, Henrique Vailati Filho, finalmente havia apresentado sua denúncia ao Ministério Público contra o escritor e seu livro. A acusação se basearia no crime de incitação à subversão, previsto no artigo 47 da Lei de Segurança Nacional e que condenaria o acusado, se provada a culpa, a um período de 02 a 05 anos de prisão. O livro de Tapajós, na visão do procurador, seria altamente condenatório, pelo fato de Tapajós ser:

[...] homem de invulgar cultura e talento imenso, faz uma obra literariamente preciosa se converter em tribuna para o incitamento à guerra revolucionária e apologia do terrorismo [...]. Absurdo é de se dizer que uma obra, ainda altamente artística, não pode ser o veículo da subversão. O importante é a análise de seu conteúdo, e a finalidade que lhe dá o autor e que emerge clara [...] há em toda narrativa, que flui harmoniosa e absorvente, um tom patético, algo de profundamente humano como imã psicológico a captar a simpatia do desavisado para a ação dos guerrilheiros que saltam em cena como quixotes esqualidos e se convertem, nas pinceladas de tonalidade cada vez

mais intensa, em imitáveis *bayards*, brandindo o gládio com o destemor dos justos. (PROCURADOR DENUNCIA..., 1977, s/p.).

A essa *análise de conteúdo*, que em muito se assemelha à do delegado Singillo do DEOPS ou do relatório informativo do delegado Fleury à Secretaria de Segurança Pública, Tapajós responderia em audiência no dia 25 de outubro de 1977, negando e refutando as acusações perante o Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, na 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (PROCURADOR DENUNCIA..., 1977). Seus argumentos são, basicamente, de que seu livro é uma crítica à guerrilha e à luta armada como formas de atuação política no País, destacando aspectos do romance; em especial, a trajetória da personagem principal. Suas argumentações, em nível literário, seriam reforçadas pelo parecer técnico de Antônio Candido de Mello e Souza – aqui reproduzidos nas Figuras de 2 a 6 – e junto com a atuação de Aldo Lins e Silva culminariam no arquivamento do processo.





Figuras 03, 04, 05, 06 e 07: As páginas originais do parecer de Antonio Candido, utilizado pela defesa de Renato Tapajós. Fonte: Arquivo pessoal de Renato Carvalho Tapajós. Ver: Silva (2008, p. 235-240).

Em 1978, o *Jornal da Tarde*, na edição de 19 de janeiro de 1978, retomaria o caso Tapajós (NA ESTRÉIA..., 1978, s/p). Segundo o jornal, o escritor entraria com uma

ação cautelar na Justiça para tentar a liberação de seu livro. Afirma-se, dentre outras considerações positivas sobre o autor e o romance que

[...] Atualmente, Renato Tapajós está escrevendo um novo romance que aborda a vida de operários da região de São Bernardo do Campo. O enredo gira em torno de um clima passional, mas pouco a pouco se desliga desse acontecimento para abordar as vidas das pessoas envolvidas no crime.

O romance não foi publicado e não se tem notícia de que tenha sido finalizado.

As notícias sobre o processo Tapajós correram esparsas a partir daí, mas não menos interessantes. Em 02 de março de 1978, a *Folha de S. Paulo* divulga que a defesa do autor, conduzida por Aldo Lins e Silva, estava concluída (DEFESA DE TAPAJÓS..., 1978), o que, como publicou o mesmo jornal em 25 de abril de 1978, permitiu a instauração do julgamento, que ocorreria às 14h do mesmo dia, na 2ª Auditoria Militar (ESCRITOR É JULGADO..., 1978).

O que ocorreu naquela ocasião foi a revelação de um processo sem fundamentos jurídicos claros, embora a acusação conduzida por Henrique Vailati Filho quisesse provar o contrário, como se vê, na ocasião em que Tapajós foi absolvido:

O julgamento começou às 14 horas com a leitura das principais peças do processo, seguindo-se a acusação pelo procurador da Justiça Militar, Henrique Vaillati Filho, que considerou o livro de Tapajós como “incitamento à guerra revolucionária”. O advogado de defesa, Aldo Lins e Silva, considerou a denúncia inepta e pediu para que se deixasse o livro para os entendidos, fazendo em seguida a juntada aos autos de parecer do professor Antônio Cândido de Mello e Souza, da USP, que externou ponto de vista segundo o qual a obra de Tapajós não era de cunho subversivo. O advogado falou ainda do manifesto da União Brasileira dos Escritores em favor de Tapajós, afirmando em seguida que o livro não chegou a ser vendido pelo que estranhava que a denúncia não sopesasse possível responsabilidade do editor e dos componentes do Conselho Consultivo da Editora. Respondendo, o representante do Ministério Público Militar disse que não incluía o editor e seus companheiros na denúncia porque eles só analisaram a obra por suas características de venda, sendo pois o autor o único responsável pelos conceitos emitidos. [...] O procurador disse ainda que na condição de professor de Literatura há 33 anos, tem conhecimento mais do que suficiente para a crítica do livro.[...] Terminou dizendo

que, ao contrário do que afirma a defesa, a edição do livro está totalmente esgotada. O Conselho Permanente de Justiça reuniu-se em sessão secreta, proclamando em seguida o resultado do julgamento absolvendo Renato Carvalho Tapajós. (CONSELHO ABSOLVE..., 1978, s/p.)

As matérias de 26 de abril da *Folha da Tarde* (FOI ABSOLVIDO..., 1978) e da *Folha de S. Paulo* (ABSOLVIDO AUTOR..., 1978, s/p) são unânimes em festejar a absolvição em primeira instância do escritor. Este último jornal, nessa mesma matéria, transcreveu momentos do julgamento que parecem ser inusitados, como descritos a seguir:

Ao absolver o acusado, o Conselho rejeitou, também por unanimidade, a proposição da defesa para que aquele tribunal militar se considerasse incompetente para julgar a matéria. Em decisão lida pelo presidente do Conselho, major Cláudio José Vieira da Silva, o tribunal considerou-se competente e, em consequência proferiu a decisão, absolvendo o acusado. A seguir, o presidente do Conselho desceu ao plenário e cumprimentou Renato Tapajós. [...] “Assim, temos de julgar conforme as condições de cada época – argumentou [Henrique Vaillati Filho] - mesmo que amanhã essas condições mudem. Tiradentes, então condenado, é hoje herói nacional. E se Hitler tivesse vencido a II Guerra Mundial, certamente ele seria hoje o herói nacional da Alemanha”. [...] Henrique Vaillati Filho, no entanto, reconheceu “Em Câmara Lenta” como “uma obra de arte, inegavelmente, e devo admitir que gostei muito”, mas afirmou nela ter enxergado incitação e apologia a atos subversivos.

Os promotores militares afirmaram que, forçados pelo dispositivo da Lei de Segurança Nacional, eram obrigados a recorrer da decisão da Auditoria Militar junto ao Supremo Tribunal Militar – procedimento exigido em casos de *absolvição*. Também nessa instância, Tapajós foi absolvido, concluindo assim um dos casos mais extraordinários de arbitrariedade, abuso de poder e, até mesmo, disputas de leituras e visões de mundo a partir de uma mesma obra, conhecidos nas histórias política e literária brasileiras contemporâneas. É bastante ilustrativo, nesse aspecto, um trecho da leitura final do Ministro Lima Torres, relator do processo, pela qual encaminhava a absolvição, noticiada em *O Estado de S. Paulo* (STM ABSOLVE..., 1978) e na *Folha de S. Paulo* (STM NEGA..., 1978):

“Se, de um lado, se menciona a ação repressiva, às vezes dita violenta, outras há em que não é menor a violência e a insensibilidade dos indigitados defensores da nova ordem”.

Em 1979, o jornal alternativo *O Movimento*, em sua 195ª edição, anunciaria a liberação do livro de Tapajós, configurando-se como

o último ato do ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, publicado no *Diário Oficial* do dia 17, foi liberar à circulação o romance “Em Câmara Lenta”, de Renato Carvalho Tapajós. Por causa dele, há dois anos atrás, o autor foi preso e processado pela Justiça Militar, sendo posteriormente absolvido. O livro foi recolhido das livrarias e, durante muito tempo, teve como único crítico e leitor o então Secretário da Segurança do Estado, coronel Erasmo Dias, que se referiu várias vezes a ele como sendo “obra notoriamente subversiva”. (A GUERRILHA..., 1979, p. 21).

Após isso, já em 23 de maio de 1979, *Em câmara lenta* apareceria na 560ª edição da Revista *Veja* daquela semana, na Seção “Os Mais Vendidos”, como o nono colocado entre os dez mais, na categoria ficção. Ainda receberia uma crítica de Fernando Gabeira para o jornal de literatura *Leia Livros*⁸, finalizando sua recepção crítica no período abrangido por este artigo. O livro não possuiu edições posteriores.

REFERÊNCIAS

- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.
8. “No que diz respeito à temática de luta armada e repressão, pelo menos três importantes romances surgiram no Brasil nesses últimos dez anos. Pela ordem de aparição: *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, *Nas Profundezas do Inferno*, de Artur J. Poerner e *Cabeça de Negro*, de Paulo Francis. *Em Câmara Lenta*, de Tapajós, foi proibido e talvez tenha sido o único romance na história recente que valeu a prisão ao seu autor. *Em Câmara Lenta* confirma a proximidade que Tapajós tem com o cinema, a mesma proximidade que o levou a preparar documentários sobre o movimento operário. A técnica do cinema estava presente no romance psicológico contando as angústias dos guerrilheiros em processo de destruição. O passo seguinte foi a documentação cinematográfica do movimento operário, autocrítica social e na prática daquele período elitista. Tapajós capta o drama do guerrilheiro e joga para toda a sociedade um outro drama: como julgá-los? É verdade que estavam errados mas não há dúvida de que toda a generosidade e disponibilidade de uma geração foi jogada ali e reprimida a bala e a pau-de-arara. [...]” (GABEIRA, 1980, p. 20).

- FRANCO, Renato B. *Ficção e política no Brasil: os anos 70*. 1992. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária)– Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; PONCE, J. A. de (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- FREITAS FILHO, Armando F.; HOLLANDA, Heloísa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Anos 70: Literatura*. Rio de Janeiro: Edições Europa, 1979.
- GABEIRA, Fernando. As memórias e a literatura política nos anos 70. O romance na política: um balanço. *Leia Livros*, n. 20, p. 20, 15 dez.-14 fev. 1980.
- _____. *O que é isso, companheiro?* 32. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1978]1982.
- _____. *O crepúsculo do macho*. 23. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GASPARI, Élio; HOLLANDA, Heloísa B. de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- GUARANY, Reinaldo. *Os fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- _____. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MACHADO, Janete Aparecida Gaspar. *Constantes ficcionais em romances dos anos 70*, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- MARCELLO, Antônio. *Ensaio geral: ficção política*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*, Campinas: Mercado de Letras; São Carlos: Ed. da UFScar, 1996.
- RIDENTI, Marcelo S. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Entrevista com Renato Tapajós*. Campinas, 25 de novembro de 2004.
- _____. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 4. ed. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *Roleta chilena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- VIANNA, Marilena. Um bom projeto. *Veja*, São Paulo: Abril, n. 462, p. 122, 13 jul. 1977.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

- ABSOLVIDO AUTOR DE EM CÂMARA LENTA. *Folha de S. Paulo*, 26 abril de 1978.
- ADVOGADO PEDE ACESSO AO PRESO. *Folha de S. Paulo*, 02 de agosto de 1977.
- ADVOGADO REQUER A SOLTURA DE TAPAJÓS. *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 1977.
- A GUERRILHA LIBERADA EM CÂMARA LENTA. *O Movimento*, n.º 195, 26/03/1979 – 01/04/1979, p. 21.
- APELOS POR TAPAJÓS. *Folha de S. Paulo*, 03 de setembro de 1977.
- APRESENTADA A DENÚNCIA CONTRA TAPAJÓS. *Folha de S. Paulo*, 30 de setembro de 1977.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Ofício nº. 818/77*. Documento 40-Z-11-128. Acervo DEOPS. São Paulo, 1977a. (microfilme).

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Informação n.º 0713/77 – 12109*. Documento 21-Z-14-3249. Acervo DEOPS, 1977b. (microfilme).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documento encontrado através das Referências de Aldo Lins e Silva (50-Z-941891) e Fernando Mangarielo (50-Z-9-41894 – 1977 e 50-Z-9-41895 – 1977. Acervo DEOPS, 1977c.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Análise n.º 201 – Conclusão. Documento 50-Z-41891 (Pasta). Acervo DEOPS, 1977d.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos 30-B-38-1002 (microfilme) e 30-B-38-1001 (microfilme) através da referência Renato Tapajós. Acervo DEOPS, 1977e.
- CINEASTAS PROTESTAM CONTRA A PRISÃO DE RENATO TAPAJÓS. *Folha de S. Paulo*, 31 de julho de 1977.
- CONSELHO ABSOLVE TAPAJÓS. *O Estado de S. Paulo*, 26 de abril de 1978.
- DEFESA DE TAPAJÓS ESTÁ CONCLUÍDA. *Folha de S. Paulo*, 02 de março de 1978.
- EDITOR DE TAPAJÓS PRESTA DEPOIMENTO NO DEOPS PAULISTA. *Folha de S. Paulo*, 04 de agosto de 1977.
- ESCRITORES DIVULGAM PROTESTO CONTRA A PRISÃO DE TAPAJÓS. *O Estado de S. Paulo*, 02 de agosto de 1977.
- ESCRITOR É JULGADO HOJE EM SÃO PAULO. *Folha de S. Paulo*, 25 de abril de 1978.
- FALCÃO PROÍBE LIVRO DE TAPAJÓS. *Folha de S. Paulo*, 13 de agosto de 1977.
- FOI ABSOLVIDO RENATO TAPAJÓS. *Folha da Tarde*, 26 de abril de 1978.
- LIBERTADO RENATO TAPAJÓS. *O Estado de S. Paulo*, 24 de agosto de 1977.
- LIVRO PUBLICADO PROVOCA A PRISÃO DO ESCRITOR. *Folha de S. Paulo*, 29 de julho de 1977.
- NA ESTRÉIA, CENSURA E VIOLÊNCIA CONTRA TAPAJÓS. E O SUCESSO. *Jornal da Tarde*, 19 de janeiro de 1978.
- PEDIDA A PRISÃO DE RENATO TAPAJÓS. *O Estado de S. Paulo*, 18 de agosto de 1977.
- PRISÃO DE FICcionista CONSTITUI FATO INÉDITO. *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1977.
- PRISÃO DE TAPAJÓS: MAIS DOIS PROTESTOS. *O Estado de S. Paulo*, 09 de agosto de 1977.
- PROCURADOR DENUNCIA TAPAJÓS. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1977.
- PROCURADOR QUER TAPAJÓS EM LIBERDADE. *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto de 1977.
- SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA LÊ ROMANCE, ACHA-O SUBVERSIVO E PRENDE AUTOR. *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1977.
- STM ABSOLVE AUTOR DE FICÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, 20 de outubro de 1978.
- STM NEGA QUE LIVRO DE REENATO (sic) TAPAJÓS INCITE À SUBVERSÃO. *Folha de S. Paulo*, 26 de outubro de 1978.
- TAPAJÓS SOLTO POR ORDEM DA 3ª AUDITORIA. *Folha de S. Paulo*, 24 de agosto de 1977.

SOBRE O AUTOR

Mário Augusto Medeiros da Silva é sociólogo, com Mestrado e Doutorado em Sociologia (Universidade Estadual de Campinas). É professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Pensamento Social, Intelectuais e Intelectuais Negros.
E-mail: mariomed@unicamp.br.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o tradutor

“Then, let no one suppose that I ignore the author’s name”: João Köpke, the translator

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p73-99>

NORMA SANDRA DE ALMEIDA FERREIRA¹

MARIA DAS DORES SOARES MAZIERO²

RESUMO: Neste texto apresentamos uma faceta de João Köpke (1852-1926) anunciada mas pouco explorada pelos pesquisadores da história da educação e da literatura: a de tradutor. Trazemos parte de um conjunto de documentos, ainda não analisado, como objeto e fonte de pesquisa: 1) Três publicações em jornal (1874, 1882) sobre *A morgadinha de Lyon* (1874), tradução de *Lady of lions*, de Edward Bulwer-Lytton; 2) *Tragédia de uma noiva* (1875a), tradução de *A bride’s tragedy*, de Dinah Maria Mulock Craik; *As receitas do Dr. Marigold* (1875b), tradução de *Doctor Marigold’s prescriptions*, de Charles Dickens; 3) Manuscrito datilografado *Conto de amor: Evangelina* (s.d.), tradução de *Evangeline, a tale of Acadie*, de Henry Wordsworth Longfellow; 4) publicações em periódicos impressos: *O corvo* (1916, 1917), tradução do poema *The Raven*, de Edgar Allan Poe. Buscamos, em uma pesquisa de cunho exploratório, à luz dos estudos da História Cultural, aproximar ou distanciar aspectos ligados à prática de tradução de João Köpke a fim de investigar suas motivações e finalidades para tal prática.

PALAVRAS-CHAVE: João Köpke; tradutor; literatura do século XIX.

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

2. Faculdade de Paulínia, Paulínia, SP, Brasil.

ABSTRACT: In this text we present a ability of João Köpke (1852-1926) that is little explored by researchers of history and literature: as a translator. We present part of a set of documents, yet to be analyzed as a whole, as the research object and source: 1) Three newspaper publications (1874, 1882) on *A morgadinha de Lion* (1874), translation of *Lady of Lions*, by Edward Bulwer-Lytton; 2) *Tragédia de uma noiva* (1875a), translation of *A bride's tragedy*, by Dinah Maria Mulock Craik; *As receitas do Dr. Marigold* (1875b), translation of *Doctor Marigold's prescriptions*, by Charles Dickens; 3) Typed manuscript *Conto de amor: Evangelina* (s.d.), translation of *Evangeline, a tale of Acadie*, by Henry Wadsworth Longfellow; 4) publications in newspapers: *O corvo* (1916, 1917), translation of *The Raven*, by Edgar Allan Poe. We tried, through this exploratory research, based on the studies of Cultural History, to approach aspects related to the translation practice of João Köpke in order to investigate his motivations and purposes for such practice.

KEY WORDS: João Köpke; translator; 19th century literature.

Estudos orientados pela perspectiva da História Cultural têm inventariado e mostrado um funcionamento e uma dinamicidade na cadeia produtiva, de circulação e de recepção dos livros, contemplando outros aspectos não privilegiados até então: autores desconhecidos e esquecidos; outras temáticas e novos gêneros discursivos; finalidades e práticas de leitura movimentadas de forma compartilhada em diferentes comunidades de leitores; ampliação dos espaços de leitura, de guarda, de circulação e de divulgação dos livros; diversidade de suportes – impressos, manuscritos, oralizados. Nuances são desenhadas em uma multiplicidade e compartilhamento de cada um desses aspectos, em cruzamentos e amplitude de fronteiras, além das dicotomias popular e erudito, centro e periferia, rural e urbano, local e estrangeiro, letrado e iletrado, consumo e produção, disciplina e liberdade. Evitando generalizações e abstrações, essa história é reinventada, entre práticas e representações (CHARTIER, 1990).

Pesquisas desenvolvidas nas três últimas décadas têm produzido uma reescrita da história dos livros, da leitura e dos leitores, por exemplo, do século XIX, em nosso país. O Rio de Janeiro, capital do Segundo Império e da Nova República (ABREU, 2013; WYLER, 1995, 2003), é visto como um centro de “dupla exposição cultural, a portuguesa e, por seu intermédio, a francesa” (WYLER, 1995, p. 70), fortalecida pelas missões artísticas, literárias, científicas e militares que ajudaram a fundar estabelecimentos de ensino, universidades e casas livresiras. É visto também como um espaço de circulação cultural que movimenta, que se expande e se firma em

torno do impresso, “[...] em que as fronteiras nacionais não são um empecilho para o trânsito de livros, revistas, espetáculos [...]” (ABREU, 2016, p. 11).

São muitos espaços culturais – gabinetes de leitura, bibliotecas, institutos de arte, teatros e óperas, além das editoras e das livrarias que, atentas ao gosto do público leitor, põem em circulação romances e peças de teatro que resistem ao tempo, reeditados e retraduzidos, assim como também “[...] aqueles recém-saídos das prensas europeias, novidades em Paris e, ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro” (MODENEZ, 2014, p. 230). São livreiros e editores que, atentos ao mercado editorial de livros escolares, solicitam traduções de obras da cultura universal destinadas às crianças (MAZIERO, 2015) e de livros de educadores como Fröebel, Pestalozzi, Menckdson, Locke e Comte (FERREIRA, 2015), entre outros, orientando políticas educacionais.

Autores nacionais – bacharéis, professores, funcionários públicos, médicos – participam de vários elos da cadeia produtiva e da circulação dos impressos, impulsionados pelo desejo de “semear” ideias para fortalecimento de uma nova nação (pós-Independência e pós-República), moderna e científica (positivista). Fazem parte de uma rede do poder político, composta por editores, livreiros, críticos, colegas de formação e de profissão, que ocupam cargos na instrução pública ou no governo. São escritores, mas também proprietários de jornais, organizadores de coleções, revisores, tipógrafos, palestrantes, jornalistas, tradutores de obras clássicas e recém-lançadas para um público leitor formado por adultos (incluindo mulheres) ou infantil (MAZIERO, 2015). Militam em diferentes instâncias (políticas, editoriais, literárias, escolares etc.), colocando obras em circulação, contribuindo para a formação de sistemas de referência cultural partilhados e espaços legitimados, incentivando determinadas práticas de leitura, contribuindo, no século XIX, para a formação e a ampliação do público leitor.

Na prática da socialização da leitura giram conversas, projetos, fundam-se associações (Academia Brasileira de Letras, 1897) e proliferam gabinetes e salas de leitura, revistas especializadas, periódicos diversificados para mulheres, crianças, operários. Movimenta-se o espaço onde se pode falar de livros e em nome deles – quer pelo interesse financeiro, quer pela demanda de consumo, pela crença na força de sua existência ou por “exibição de talentos reprimidos” (WYLER, 1995, p. 100) ou, ainda, pelo prestígio e status agregados aos escritores do século XIX. Como diria Bourdieu (1996, p. 238), “é possível que se leia quando existe um mercado no qual possam ser colocados os discursos concernentes às leituras”.

A ATIVIDADE DA TRADUÇÃO

Para Wyler, o Oitocentos é o século da tradução escrita, que é a “protagonista da cena cultural do Segundo Império Brasileiro” (WYLER, 2003, p. 42). Impulsionada indiretamente pela vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e pela criação da Imprensa Régia, a tradução escrita (WYLER, 1995) é estimulada pela prática cultural de apreciação dos dramas, das peças de teatro, das óperas e dos romances-folhetim – impressos, encenados, ouvidos.

Segundo Vasconcelos (2016, p. 137), um estudo dos catálogos à disposição dos leitores, em meados do século XIX, fornece “[...] um retrato em miniatura do que era o mercado novelístico de então – romances franceses, ingleses e portugueses, autores consagrados e anônimos [...]”, com amplo e ágil trânsito internacional, marcado especialmente pela circulação de livros traduzidos e impulsionado, entre outros motivos, pela ação de livreiros, comerciantes de livros e editores, que tinham “[...] a responsabilidade de imprimir, transportar, transladar, transpor de uma língua para outra, de uma cultura para outra, textos de um determinado sistema ou tradição” (VASCONCELOS, 2016, p. 138).

A tradução, que representava praticamente a metade das obras oferecidas nos catálogos, é assumida por profissionais liberais, “homens com talento para línguas, com diploma de ciência na mão ou de humanidades e também de ‘colunáveis do Império’” (WYLER, 1995, p. 110), que, traduzindo uma única obra ou várias, na maioria das vezes permaneciam exercendo suas profissões de origem, sujeitando-se a remunerações pouco vantajosas e até mesmo, em alguns casos, sem ver seus nomes estampados junto ao dos autores traduzidos.

Em um exercício de caráter acadêmico ou prazeroso, como “[...] ocupação temporária das elites intelectualizadas” (WYLER, 1995, p. 62), as traduções ganhavam sentidos distintos e dispersos em muitas configurações: imitação, cópia, adaptação, translação, paráfrase, “criação” – formas coexistentes, por exemplo, no contexto brasileiro do século XIX. Uma significativa e diversa produção situada entre fazer uma tradução literal, o mais próxima possível do original, e uma outra, com mais autonomia em relação ao texto-fonte.

Duas questões estavam postas, nesse período: a importância da adaptação para dar “cor local” às obras estrangeiras e, em outra direção, o cuidado com a qualidade “literária” da translação, de modo a conservar a beleza e a arte do original expressas pelo escritor. De qualquer modo, um trabalho que põe em contato dois universos

de referência, duas línguas, duas culturas, que descontextualiza uma obra e a recontextualiza, “operando o que se pode chamar de uma verdadeira ‘tradução cultural’” (VASCONCELOS, 2016, p. 146). De certo modo, também, uma atividade que, feita às pressas e sem rigor, aviltava o trabalho dos tradutores, que recebiam qualquer quantia dos empresários teatrais e dos proprietários de jornais, preocupados em atender à crescente demanda de repertórios variados e novidades estrangeiras para um público que se estendia pelos saraus, folhetins e tablados (WYLER, 2003).

JOÃO KÖPKE: O TRADUTOR

Lia Wyler, em *Línguas, poetas e bacharéis – uma crônica da tradução no Brasil* (2003), aborda a polêmica questão da invisibilidade do tradutor, profissão liberal reconhecida desde o século XIX, mas apenas no segmento dos tradutores públicos ou juramentados que prestam concurso nas Juntas Comerciais Estaduais. Destaca ainda o fato de que a história da tradução em nosso país tem sido pouco explorada na perspectiva dos estudos historiográficos.

João Köpke (1852, Petrópolis-RJ; 1926, Rio de Janeiro-RJ), ainda que não tenha sido tradutor profissional, pode ser ilustrativo das atividades da categoria, uma vez que, como intelectual do século XIX e início do XX, exercia tal atividade, entre tantas outras, no cenário cultural de nosso país. No entanto, os trabalhos que estudaram sua formação pessoal e acadêmica, assim como sua atuação profissional (FERREIRA, 2017; MORTATTI, 2000; PANIZZOLO, 2006; SANTOS, 2013), não se aprofundaram nos aspectos relativos à atuação de Köpke como tradutor, perspectiva ainda pouco explorada pelos pesquisadores da história da educação e da literatura, embora anunciada em algumas dessas pesquisas. O domínio de línguas estrangeiras atribuído a João Köpke, entre outros aspectos de sua trajetória, é referência nessas pesquisas como indicativo de sua formação humanística e universal, de sua atuação como professor de francês, inglês, italiano, como um homem que em um período de sua vida pôde viver desse tipo de publicação em periódicos, como um mestre que lê educadores estrangeiros, na língua original (HILSDORF, 1986; MENEZES, 1980; entre outros).

Neste texto, buscamos, em uma pesquisa de cunho exploratório, à luz dos estudos da História Cultural (CHARTIER, 1990), aproximar ou distanciar aspectos ligados especialmente à prática de tradução de João Köpke. Indagamos a respeito dos seguintes pontos: que sentidos podem ser inferidos a partir do conhecimento

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o tradutor

da data de publicação, do autor, do espaço de circulação e de recepção das obras que inspiraram as traduções feitas por Köpke? Quais parecem ter sido as motivações e as finalidades de João Köpke para essas traduções?

Trazemos parte de um conjunto de documentos reunido por Santos (2013) e Ferreira (2017), ainda não analisado como objeto e fonte de pesquisa. São três tipos de documentos referentes às seguintes traduções de João Köpke: 1. Três publicações em jornal (1874, 1882) sobre *A morgadinha de Lyon* (1874), de Edward Bulwer-Lytton; 2. *Tragédia de uma noiva* (1875a), de Dinah Maria Mulock Craik; *As receitas do Dr. Marigold* (1875b), de Charles Dickens; 3) Manuscrito datilografado *Conto de amor: Evangelina* (s.d.), de Henry Wadsworth Longfellow; 4. publicações em periódicos impressos: *O corvo* (1916, 1917), de Edgar Allan Poe. Tomamos como desafio apresentar essa produção de Köpke no interior das obras que circularam e tiveram recepção no cenário cultural do final do século XIX e início do XX, em nosso país. Destacamos um modo de Köpke de lidar com a linguagem escrita – na tradução – que se aproxima de suas outras práticas de escrita abordadas por Ferreira (2017).

Na leitura desse material, organizamos essas traduções, situando-as quanto ao período de atuação (1874-1917) de João Köpke, em três momentos distintos. O primeiro momento reúne *Tragédia de uma noiva* (1ª e 2ª partes), de Dinah Maria Mulock Craik; *A morgadinha de Lyon*, de Edward Bulwer-Lytton e *Receitas do Dr. Marigold*, de Charles Dickens. O segundo é caracterizado pela tradução de *Evangelina*, de Henry Longfellow. Por último, trazemos *O corvo*, de Edgar Allan Poe.

UMA PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO NO TEMPO

Nota publicada no jornal *Diário de São Paulo*, em 1874, anuncia a atividade de João Köpke como tradutor, informando o lançamento da primeira edição da obra *A morgadinha de Lyon*:

Acha-se no prelo e brevemente verá a luz da publicidade, uma esmerada tradução do drama de Bulwer – *A morgada de Lyão* – feita pelo inteligente acadêmico, o sr. João Köpke. O drama de Bulwer é um interessante romance do orgulho da nobreza antiga, subjugado por uma paixão invencível no momento em que a acção desta devia revoltal-o; atravez desta urdidura apresentão-se episodios curiosos de costumes, um dos caracteristicos do genio do autor inglez. (*Diário de São Paulo*, 20 ago. 1874, p. 3).

Três meses após a publicação da nota do *Diário de São Paulo*, o redator da *Gazeta de Campinas* informa aos leitores do periódico ter recebido um exemplar da peça *A morgadinha de Lyon*, que havia, portanto, sido impressa:

Fomos obsequiados com um exemplar da Morgadinha de Lyon do afamado escriptor E.L. Lyton, peça vertida em portuguez pelo talentoso academico Sr. João Köpke. A traducção nos parece esmerada e digna do original, revellando o seu author pronunciados e estimaveis dotes para commentimentos dessa natureza, bem como para de outros gêneros de trabalhos litterarios a que lhe abrem do bem direito os recursos do espirito e do estudo. (08 nov. 1874, s.p.)

E, em outra nota publicada pelo Jornal *A Provincia de São Paulo*, ficamos sabendo que, além de haver sido publicada na forma de livro impresso, a obra também fora encenada no Theatro S. José, na cidade de São Paulo, no dia 10 de agosto de 1882:

[...] receita concedida em beneficio do ator J. Augusto com a 1.a. apresentação do excelente drama em 5 atos e 6 quadros, original inglês, primorosa tradução do Sr. dr. João Kopke: **Morgadinha de Lyon**. [...]. (*A Provincia de São Paulo*, 10 ago. 1882, p. 3).

Assim, o que é possível inferir é que houve uma publicação na forma de livro impresso de *A morgadinha de Lyon* e que, segundo essas três matérias de jornal, seria uma tradução “primorosa”, “esmerada e digna do original”, de autoria de um tradutor talentoso, estudioso e inteligente. Publicada em forma de livro e posteriormente encenada, essa obra indicia alguns pontos: o interesse do público por dois suportes distintos de uma mesma história (impresso e encenado); a existência de práticas de leitura do impresso e também, em alguns casos, da encenação teatral de obras já publicadas; um possível alargamento do público para além daquele conhecedor da literatura impressa e em língua estrangeira.

Apesar da falta de um exemplar da tradução feita por Köpke³, o que permitiria cotejar o texto traduzido para o português com a versão em inglês, uma questão que se coloca é o título dado pelo tradutor ao drama escrito por Bulwer-Lytton, originalmente *The lady of Lyons, or Love and pride* (*A dama de Lyons, ou Amor e*

3. Infelizmente não localizamos um exemplar traduzido da obra *The lady of Lyons, or Love and pride*, de Edward Bulwer-Lytton. Uma edição em inglês está disponível no Projeto Gutenberg. Verifique nas referências.

orgulho, em tradução direta), mas que, na versão do acadêmico brasileiro, ganhou o termo “morgadinha”⁴, distante do significado de “lady”.

The lady of Lyons é um melodrama que gira em torno da senhora de Lyon, Pauline Deschappelles, disputada por dois pretendentes a seu marido: o Marquês Beauséant, que prometera quitar a dívida do pai da moça, ameaçado de falência, e Claude Melnotte, filho do jardineiro de Pauline que, apaixonado pela moça, se disfarça de príncipe estrangeiro para tornar-se seu marido. Pauline se casa com Claude, mas, ao conhecer a sogra, descobre que havia sido enganada por Melnotte, conseguindo a anulação do casamento. Melnotte, desgostoso e cheio de remorsos por enganar a amada, alista-se no exército e torna-se um herói de guerra. Nesse meio tempo, Pauline descobre que é apaixonada por ele, e os dois finalmente podem ser felizes.

Como vemos, o drama de Bulwer-Lytton enquadra-se no ideário romântico, que tantas vezes tematizou o triângulo amoroso – a jovem inocente e apaixonada, além de boa filha; o jovem pobre que enfrenta preconceitos da sociedade e torna-se herói; o vilão, um nobre que tenta impedir o amor de um casal. Enquadra-se, ainda, no gênero – romance vitoriano que tratava “[...] o modo de vida urbano, industrial e burguês de uma sociedade inglesa, cada vez mais estratificada e complexa, multifacetada pelas ansiedade e conflitos” (RAMICELLI, 2016, p. 104).

Se a obra de Bulwer-Lytton (1838), produzida especialmente para ser encenada no Teatro Covent Garden, em Londres, recebeu críticas favoráveis e foi bem aceita pelo público (LYTTON, 2008, além de haver sido adaptada para o formato de óperas e operetas ao longo do século XIX, a tradução de Köpke não passou da primeira edição, e não localizamos notícia de nenhuma outra tradução para o português desta obra do escritor inglês.

Quanto à *Tragédia de uma noiva*, de Dinah Maria Mulock Craik (1826-1887), publicada em duas partes e conclusão no jornal *A Provincia de São Paulo*, nos dias 01, 08 e 13 de abril de 1875, é tradução de um gênero – romance folhetim – que ganhara o gosto do público há algumas décadas (CANDIDO, 1975; HALLEWELL,

4. Segundo o dicionário Michaelis, o termo “morgado” se refere “ao filho primogênito de família em que havia bens vinculados”. O termo “morgadinha” esteve presente no título de outras obras de autores românticos portugueses que circularam no Brasil durante o século XIX, e que parece terem alcançado bastante sucesso, como *A morgadinha dos canaviais* (1868), de Júlio Dinis, e *A morgadinha de Valflores* (1869), de Manuel Pinheiro Chagas, sendo que o enredo desta última obra se aproxima especialmente do enredo de *A morgadinha de Lyon*, o que talvez tenha levado Köpke a definir o título de sua tradução para a obra de Bulwer-Lytton.

2005).⁵ De fato, a história é apresentada com destaque na seção FOLHETIM, na primeira página do jornal, como ocorria na maioria das publicações desse gênero. Ocupando horizontalmente a parte de baixo da folha (como uma longa nota de rodapé), lemos os créditos de autoria e o título: “*Tragédia de uma noiva*, por **Wilkie Collins**, Trad. direto do inglês por João Köpke. 1ª parte” (Jornal *Provincia de São Paulo*, 1º/04/1875a, p. 1).

Em um primeiro momento, a autoria do texto traduzido foi atribuída erroneamente ao escritor inglês Wilkie Collins (1824-1889), o que provocou a publicação de uma nota no Jornal *Diário de São Paulo*, em 02 de abril de 1875, ironizando o equívoco:

Errata

O romance que a *Provincia de São Paulo* começou a publicar em folhetins não é de Wilkie Collins, mas de John Halifax.

Quod Caesaris Caesari.⁶

1º de Abril. (Jornal *Diário de São Paulo*, 02 abr. 1875, p. 2)

Em resposta ao conteúdo desta “Errata”, o próprio Köpke se pronunciou através de *A Provincia de São Paulo*, de 03 de abril de 1875 (b), assumindo o equívoco e explicando os motivos que o levaram a cometê-lo:

Rectificação. – O distinto academico sr. João Köpke, a quem devemos a tradução do folhetim que estamos dando na folha, escreve-nos o seguinte, rectificando um engano na indicação do nome do autor do romance traduzido: “Sr. Redactor – Começando hontem no seu jornal a publicação da minha tradução *Tragedia de uma noiva*, com espanto e desgosto meu, vi que sahiu como original de Wilkie Collins, quando não o é, porém sim de John Halifax. Tal equívoco é devido a ter eu estado lendo, na ocasião em que fui levar a tradução ao sr. Lisboa, um trecho da *Pedra da Lua* ao sr. Americo de Campos. E como este ultimo romance é de Wilkie Collins, quando o dr. Americo pediu-me o nome do autor da *Tragedia*, por equívoco dei o deste ultimo escriptor.

5. Em meados do século XIX, os jornais publicavam folhetins, de forma seriada, como estratégia para prender o leitor: “A publicação na forma de folhetim encorajava os complicados enredos melodramáticos, sendo cada parte planejada para terminar de forma a deixar o leitor aguardando ansiosamente a continuação [...]”. O Brasil, como sempre o fizera, imitou a França, embora não antes de 1839 [...]. A grande maioria dos *romans-feuilletons* brasileiros era constituída por traduções” (HALLEWELL, 2005, p. 210-211), quantitativamente abundantes “[...] nos jornais, não apenas do Rio, mas de todo o país”. (CANDIDO, 1975, p. 120).
6. *A César o que é de César*.

Qualquer pessoa poderia cair no mesmo por distracção, como a minha e ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor, que verti, porque, além de vir elle em qualquer catalogo de romancistas inglezes, como autor das Historias Domesticas, de onde extrahi a tradução, que ora se publica, acha-se tambem estampado no frontespicio da obra. [...]

Rogo-lhe pois, sr. redactor, a publicação destas linhas, afim de que fique sanado o meu equivoco, e tapada a boca a qualquer critica de esquina, de cuja má lingua ninguém está livre. Haja vista o artiguete do Diario, sob o titulo “Errata”, que julgo partir de um amigo que me censura, porque eu mesmo lhe apontei o meu equivoco”.

S. Paulo, 2 de abril de 1985.

João Köpke

O inusitado nesse episódio, porém, é que o autor da “Errata” publicada pelo *Diario de São Paulo* acertou ao dizer que a obra traduzida por Köpke não havia sido escrita por Wilkie Collins, mas errou ao atribuir a autoria a John Halifax, que na realidade é apenas a personagem principal do livro *John Halifax, Gentleman*, publicado em 1857, que alcançou grande sucesso entre os leitores. A autora é Dinah Maria Mulock Craik (1826-1887), romancista e poeta inglesa.

Tragédia de uma noiva (*A bride's tragedy*), como Köpke afirma em sua carta de esclarecimento publicada n’*A Provincia de São Paulo*, é um dos 14 contos que fazem parte do livro *Histórias domésticas* (*Domestic stories*), publicado em 1859⁷.

O que teria levado João Köpke a se equivocar quanto ao nome do autor da obra que estava traduzindo, se, conforme ele próprio afirma, tinha em mãos o exemplar de *Histórias domésticas*, disponível “[...] em qualquer catalogo de romancistas inglezes [...]”?

Consultando um exemplar da obra disponibilizado digitalmente, constata-se que não é mencionado em nenhuma parte deste o nome da autora (nem mesmo na capa do livro), havendo, ao invés disso, apenas a expressão, colocada logo após o título: “By the author of ‘JOHN HALIFAX, GENTLEMAN’”⁸.

7. Foi consultada uma cópia digital da obra, disponibilizada pela Universidade de Indiana, no seguinte endereço: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.39000003451189;view=1up;seq=346>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

8. Tivemos acesso a outra obra de Dinah M. M. Craik, *The woman's kingdom*, publicação antiga, em dois volumes, sem indicação de data, da “Leipzig: Bernhard Tauchnitz”, na qual também não há menção ao nome do autor em nenhuma parte do livro, seja na capa ou na página de rosto. Há apenas, no verso da página de apresentação, uma lista anunciando outras obras da Tauchnitz editions “By the same Author”. Nessa lista, além de outras obras de Dinah M. M. Craik, aparece o título *Domestic stories* e a indicação de que se trata

Desse modo, é possível pensar que a edição de *Domestic stories* a que Köpke teve acesso pudesse seguir o mesmo padrão, daí o equívoco cometido tanto por ele quanto pelo autor da Errata publicada no *Diário de São Paulo*. Tal gesto – ausência de indicação da autoria – pode ser um recurso editorial do gênero, que se escondia sob pseudônimos masculinos, ou, ainda, exibia apenas as iniciais do primeiro nome das escritoras, na época.

Na tradução de Köpke para o conto de Dinah M. Mulock Craik publicada por *A Província de São Paulo*, em duas partes e uma conclusão, o leitor conhece a história de Alice W., que, apesar da resistência de seu pai e de outros familiares, consegue casar-se com sua grande paixão, Arthur Silvester. Após a cerimônia de casamento, a narradora – uma prima mais velha que ajudara na criação de Alice após a morte da mãe desta – vai até o jardim para chamar o casal, quando, subitamente, ouve um grito e encontra a noiva

[...] de olhos dilatados de medo, sua face gelada, numa expressão do mais feroz terror. Do seu braço corria sangue, gota a gota, que caía em seu vestido branco. Debruçado sobre ela, o noivo tinha na mão um punhal [...] ele deixou tombar a arma e precipitou-se, com um uivo semelhante ao de um animal feroz, numa carreira vertiginosa através dos campos. Arthur Silvester enlouquecera no dia do seu noivado. (E continua). (KÖPKE, 1875a, p.1).

O enredo se desenrola com o sofrimento amoroso vivido pelos personagens. Arthur Sylvester, por exemplo, literalmente enlouquece de arrependimento por dilacerar dois corações: o da esposa Izabel, a quem abandonara para se casar com Alice W., interessado apenas em sua riqueza, e o da própria Alice, vítima da violência de um marido do qual não sabe o paradeiro. Novamente uma triste história de amor, que se desenrola em meio a crises de consciência, dramas existenciais, traições e jogo de poder, que parecem marcar os folhetins, tão ao gosto do público daquela época.

Ainda uma terceira tradução feita para *A Província de São Paulo* nesse mesmo ano (1875b) também pode ser citada como exemplo dessa fase em que João Köpke se dedicou a verter para o português textos de autores românticos ingleses. Trata-se de *As receitas do doutor Marigold*, tradução do conto *Doctor Marigold's prescriptions*, escrito pelo consagrado escritor Charles Dickens (1812-1870).

de volume único. Na capa dessa obra, logo após o título, também aparece a informação: “BY THE AUTHOR OF ‘JOHN HALIFAX, GENTLEMAN’”.

A primeira versão de *Doctor Marigold's prescriptions* saiu em 1865, no número extra de natal do periódico *All the year round*, editado e dirigido por Charles Dickens⁹. Em 1874, recebeu nova reimpressão na obra *Christmas stories*, desta feita apenas como *Doctor Marigold*, porém numa versão encurtada. A história relata as aventuras de Doutor Marigold, um vendedor ambulante que recebeu o nome de “Doutor” em homenagem ao bondoso médico que o trouxera ao mundo. Após a trágica morte de sua filha Sophy e do suicídio da esposa, Doutor Marigold adota uma pobre menina órfã, surda e muda, a quem dá o mesmo nome de sua falecida filha. Ele consegue ensiná-la a ler e a se comunicar, mas, ao completar 16 anos, a garota é levada por ele para frequentar uma escola para surdos-mudos, em Londres, onde permanece por dois anos, período em que Doutor Marigold decide escrever suas “prescrições” para ela, na forma de algumas histórias coletadas e copiadas por ele numa espécie de livro.

O conto de Dickens, na versão publicada em 1865, está dividido em oito partes, como se fossem as indicações de um médico sobre o modo como um medicamento deve ser tomado. A tradução de Köpke para *Doctor Marigold's prescriptions* foi publicada pela *Provincia de São Paulo* com o título de *As receitas do doutor Marigold*, no período compreendido entre 21 de abril e 29 de maio de 1875, quase sempre na página 2 do jornal, dentro da coluna de “Variedades”, mas não na íntegra, apenas as prescrições I e II (“Para tomar imediatamente” e “Não tome ao deitar”), o que corresponde a aproximadamente 25% do texto original de Charles Dickens.

Essa tradução se ateu à estrutura dada à obra por Dickens; a primeira prescrição – que vai da explicação do nome da personagem, passando pelos fatos trágicos de sua vida, a adoção de Sophy e a ida desta para a escola de surdos-mudos em Londres, até seu feliz regresso à casa, após dois anos; e a prescrição “Não tome ao deitar”, que é a primeira das seis histórias que Doutor Marigold havia reunido no livro que preparara para a filha durante o período em que esta esteve afastada dele.

O que teriam pensado os leitores sobre a interrupção das publicações? Teriam os mais atentos estranhado o fato de, apesar de o título continuar o mesmo, na parte II não aparecerem mais as personagens Doutor Marigold e Sophy? Difícil responder, mas esses leitores deixaram de ler o final feliz de Dickens (prescrição número VIII: “To be taken for life”), quando Sophy, o marido e a filha voltam para

9. Versão digital da obra feita pela University of California Libraries. Disponível em: <<https://archive.org/stream/doctormarigoldspoodickrich#page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

a Inglaterra e reencontram Doutor Marigold, que fica radiante com o reencontro e com o fato de saber que sua neta podia falar e ouvir, ao contrário de seus pais.

Porém, o que talvez possa explicar a não continuidade de publicação das traduções de Köpke em *A Província de São Paulo* sejam as mudanças ocorridas em sua vida pessoal e profissional: no final de 1875 ele foi nomeado promotor público em Faxina (SP), mudando-se da cidade de São Paulo, conforme relata em belíssima carta escrita a José Maria Lisboa, em 31/10/1875c.

Essas três traduções publicadas em datas próximas entre si foram realizadas quando Köpke cursava o quarto ano do Largo São Francisco (1874) e no ano em que ele se formou bacharel em Direito (1875), época em que já era reconhecido como excelente professor da escola anexa à Faculdade de Direito, além de ter publicado sua primeira cartilha, intitulada *Método Rápido para aprender a ler* (1874, pela Laemmert). Já casado (1872), preparava-se para tornar-se pai pela primeira vez. É um período em que ele precisava trabalhar muito para sustentar sua família e prosseguir nos estudos por conta própria. Assim, além das aulas particulares de inglês, conforme atestam vários anúncios publicados n' *A Província de S. Paulo* (SANTOS, 2013), assumiu também a função de colaborador (como tradutor) de *A Província de S. Paulo* (MENEZES, 1980).

Nessa época, suas traduções são, portanto, produto de um trabalho profissional bastante em voga na época e que em alguns casos oferecia bom retorno financeiro. Segundo Hallewell (2005, p. 211), “por volta de 1870, mesmo um escritor desconhecido poderia receber mais ou menos 70\$000 por mês pela tradução [...]”. Köpke explora, desse modo, o seu domínio da língua inglesa, nas atividades de tradução e de ensino, o que parece acompanhá-lo por grande parte da vida.

UMA SEGUNDA ORGANIZAÇÃO NO TEMPO: EVANGELINE, UM CONTO DE AMOR

Evangeline, um conto de amor, de Herry Longfellow, publicado inicialmente em 1847, é uma escolha de Köpke que se sustenta no gênero drama, do Romantismo, do qual ele já traduzira obras anteriormente.

Por outro lado, a escolha de *Evangeline* pode ter se dado também pelo interesse já reconhecido de Köpke pelas obras clássicas gregas e latinas que atravessaram séculos, cantadas pelos poetas, encantando os homens pela musicalidade das expressões, como sugestões e estímulos à imitação do belo e do bem, como educação moral dos povos (FERREIRA, 2017).

Evangeline, de Henry W. Longfellow¹⁰, é uma história que correu o mundo. Publicada em 1847, rendeu sucesso imediato a seu autor, sucedendo-se versões em língua estrangeira, centenas de edições por diferentes países, filmagens, músicas etc.

No Canadá, essa obra é considerada o mito fundador da Acádia¹¹. Para Campos e Ramos (2009), “os povos acadianos têm orgulho de sua história, a qual foi mitificada pelo célebre poema do norte-americano Henry W. Longfellow: *Evangeline: a tale of Acadie*, e sua protagonista continua povoando o imaginário coletivo, “sendo ainda hoje o símbolo da singularidade e da coragem do povo acadiano” (CAMPOS; RAMOS, 2009, p. 161).

O poema enfatiza a história de amor de *Evangeline Bellefontaine*, a heroína que no dia de seu casamento é separada do noivo, Gabriel Lajeunesse, por causa da deportação imposta a seu povo pelos ingleses, em 05/09/1755. Grande parte do poema mostra a protagonista percorrendo paisagens da América em busca de seu amor, durante muitos anos. Indo atrás de pistas dadas por outros personagens, ela, algumas vezes, chega ao lugar logo após a partida do amado, ou então não é capaz de saber que ele estava bem próximo de si. Só consegue reencontrá-lo, já mais velha, quando trabalhava como enfermeira em um hospital em Filadélfia. Seu amor, Gabriel, enfermo nesse hospital, morre, então, em seus braços.

Evangeline, de Henry Longfellow, parece ter tido boa aceitação pelo público leitor brasileiro, no século XIX, considerando-se o número de traduções que circularam em nosso país, possíveis de serem adquiridas atualmente em sebos virtuais.

Nesse período, pelo menos duas traduções de *Evangelina* foram editadas: a de Franklin Dória (1836-1906), publicada pela E. e H. Laemmert, em 1874, e a de Americo Lobo (1841-1903)¹², em 1884, pela Tipografia G. Leuzinger e filhos, no Rio de Janeiro. Ambos os autores são bacharéis, contemporâneos de João Köpke, tornaram-se homens públicos e estiveram próximos de D. Pedro II, posteriormente assumindo cargos

10. O exemplar no qual apoiamos nossa análise é de 1921, impresso no Canadá e está disponível virtualmente na biblioteca de Toronto.

11. “Antiga região oriental do Canadá francês. Até 1713, foi disputada por franceses e ingleses; nesse ano, a região passou definitivamente para a posse inglesa, pelo Tratado de Utrecht, e tornou-se desde então a Nova Escócia. Em 1755, o governo inglês expulsou toda a população francesa – 10 mil pessoas – para a Nova Inglaterra”. (*Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, 1987, vol. 1, p. 34).

12. Em uma busca em sebos virtuais por traduções nacionais, localizamos a tradução de Franklin Dória (Ed. Laemmert, 1874), disponível em <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/19148-evangelina-h-w-longfellow-traduzida-do-original-inglez-por-franklin-doria.html>>, e adquirimos um exemplar de 1884, typ. G. Leuzinger e Filhos, traduzido por Americo Lobo.

na Nova República e produzindo obras que, assim como *Evangeline*, traziam, além dos temas românticos, tão ao gosto do público brasileiro daquele período, o tema da busca da identidade nacional de um povo (luta por território geográfico e político), assim como sua cultura, religião e sobrevivência na história de um país.

É provável que Köpke tenha tomado conhecimento dessas traduções nacionais, pois, assim como seus colegas, também circulou pelos salões de D. Pedro II, fez parte da rede dos republicanos e, em 1886, já tinha voltado a morar na cidade do Rio de Janeiro. Talvez a existência dessas traduções (DÓRIA, 1874; LOBO, 1884) que circulavam no Rio de Janeiro tenha desestimulado Köpke a concluir sua versão, embora saibamos que apenas este fato não o impediria de ir em frente, tal como o fez com *O corvo*, já traduzido anteriormente por Machado de Assis e por outros contemporâneos dele.

A tradução de *Evangeline*¹³, de Henry Longfellow, feita por Köpke, é um manuscrito datilografado¹⁴, composto de 51 folhas soltas e amareladas, numeradas até a de número 37 (a partir de então, sem numeração).¹⁵

Sem capa, o manuscrito traz, na página inicial, as seguintes informações: “Conto de amor” [espaço] “como o teria narrado em portuguez.” [espaço] “Henrique Wadsworth Longfellow,” “poeta americano”, “seu autor” [espaço]. “Collaboração de João Köpke e seu filho Winckelmann Köpke.”

O esmero na apresentação visual dessas informações – jogo de cores nas letras, título em diagonal, espaçamento diferente; configuração de uma estrofe de cinco versos, com rimas etc. – sugere um escritor laborioso e dedicado, qualidades também percebidas em outros manuscritos de João Köpke (FERREIRA, 2017).

A narração em português de *Evangelina* é o trabalho precioso de um datilógrafo que domina essa técnica.¹⁶ As poucas correções do texto datilografado, a lápis, apon-

13. A família Köpke cedeu ao nosso grupo de pesquisa ALLE/FE/Unicamp, uma Pasta que guarda, além dos *Versos para os pequeninos*, de João Köpke (FERREIRA, 2017), os textos: *Conto de amor – Evangelina* (Longfellow); *O pássaro dourado* (sem identificação de autoria) e *O casamento de Panurgo* (Rabelais). Os dois últimos não trazem qualquer referência à autoria da tradução ou adaptação.

14. Para Vasconcellos (2010), o termo “manuscrito” pode ser entendido como um conjunto de documentos: autógrafos, datilografados, digitados, éditos ou inéditos, ampliando, assim, as definições anteriores para além da escrita de próprio punho (cursiva ou de fôrma).

15. Em uma leitura do material, constatamos que se trata de duas versões (traduções) datilografadas da mesma parte do poema, sendo a segunda iniciada imediatamente após o final da primeira (página 37) e sem qualquer marca que indicasse a distinção entre elas.

16. Não podemos precisar qual foi exatamente a “colaboração” de Winckelmann: se de datilógrafo, se opinando na escolha da melhor palavra na tradução. De qualquer forma, é possível afirmar que João Köpke não só dominava a língua estrangeira e publicou *Lições de Inglês e Cursos de Francês* (MENESES, 1980), como também enviou cartas datilografadas a diferentes destinatários (FERREIRA, 2017).

tam para letras incorretamente registradas ou substituição de palavras por sinônimos, sugerindo a ação de um autor-revisor que faz a leitura inicial e geral de uma versão que não tem pretensão de apresentar a leitores ou a um editor. Talvez houvesse ainda outro(s) texto(s), em letra cursiva, ou a versão em inglês, para dar apoio a esse trabalho. Quanto à data de elaboração dessa tradução de *Evangelina*, é difícil precisar. Talvez ela esteja situada entre os primeiros trabalhos de João Köpke, já comentados (1874/1875), e o último, *O corvo*, de Edgar Allan Poe (1916, 1917). O seu período de produção só pode ser inferido perseguindo a indicação, na primeira página, do nome de Winckelmann Köpke como colaborador. Para atuar nessa função, pressupõe-se que ele já fosse um jovem rapaz, considerando que nasceu em 25/01/1886.

Se esta hipótese for possível, a tradução de *Evangeline* estaria situada no período em que João Köpke provavelmente já havia fechado o Instituto Henrique Köpke (1897) e Winckelmann já estudava em outros colégios que não o do seu pai, participando de homenagens ao diretor Leôncio Correa e ao Barão de Macaúbas, conforme matérias publicadas no *Correio da Manhã* de 29/05/1902 e de 04/06/1904.

É um período no qual João Köpke precisou lidar com mais dificuldades financeiras para sustentar seu Instituto (FERREIRA, 2015, 2017), tendo se dedicado às aulas particulares e à revisão das edições de seus livros de leituras morais e instrutivas, editados de 1884 até meados do século XX (SANTOS, 2013), até ser nomeado para ocupar o cargo de tabelião oficial de registro geral e de hipotecas no Rio de Janeiro.

Cotejando a versão de *Evangelina* feita por João Köpke (s.d.) com uma de Longfellow publicada em 1921, vemos que ambas apresentam a mesma disposição das partes e um conteúdo muito próximo. O poema de Longfellow é dividido em três partes: “Prelúdio”; “Primeira Parte”; e “Segunda Parte”, sendo cada uma delas composta de cinco cantos (subdivisões). Igualmente, o manuscrito de João Köpke traz a “Introdução” e as subdivisões que compõem a “Primeira Parte”, porém sem avançar para a “Segunda Parte”.

A constatação do esmero na produção da página de rosto de duas versões de uma mesma parte da obra e das intervenções na busca de outros sinônimos para uma mesma expressão indiciam um autor que investe tempo, trabalho e dedicação na reescrita de seus textos. No entanto, ficam as perguntas: Seria *Evangelina* um exercício de tradução, ainda em fase bastante preliminar? Um trabalho compartilhado

por pai e filho, em uma relação de ensino-aprendizagem da língua inglesa, ou teriam se perdido as versões mais bem acabadas desta tradução?

UMA TERCEIRA ORGANIZAÇÃO: O CORVO

Como sabemos, o poema *O corvo*, de Edgar Allan Poe, tematiza, como os demais dramas analisados por nós, o sofrimento e a dor sentidos pelo narrador lírico diante da inexorabilidade da morte: “[...] que minha alma chora/ Não sai mais,/ nunca, nunca mais!” (KÖPKE, 1917, p. 86). Os versos falam de alguém apaixonado, triste e solitário em razão da morte de sua amada Leonora – que recebe a visita de um corvo, “ave ou demônio”, também solitário, magro e rude, que, insistentemente, repete o verso “nunca mais” para o estupefato narrador lírico.

O poema *The raven*, de Edgar Allan Poe, parece ter tido uma ampla circulação no Brasil do final do século XIX e início do XX. O autor é lembrado por literatos que deram depoimentos a João do Rio (1994), como, por exemplo, Nestor Vitor (1868-1932) e Garcia Redondo (1854-1916) que, em tempos de “república”, como estudante de Direito, lia, entre outros, Edgar Poe, que “encantou-me e assombrou-me” (RIO, 1994, p. 168). Poe é lembrado por João Köpke por outras traduções da obra, algumas delas apresentadas no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a de Machado de Assis, “em tom de conversa” (KÖPKE, 1917, p. 368); a encenada no palco, demonstrando que o ator no momento da apresentação da peça “não compreendeu nem o que o poeta nitidamente exprimia, nem o que a intellingencia e o coração tem forçosamente de ler nas entrelinhas” (KÖPKE, 1917, p. 368); e a de Bilac e Oliveira, “[...] magistral, porém bem diversa era a que impressionantemente lhe dava Edgar Poe” (KÖPKE, 1917, p. 368).

Apresentada de forma oralizada, a tradução de *O corvo* feita por João Köpke é, primeiramente, apreciada pela prática da palavra ledora diante de um público interessado na programação de leitura, em sarau promovido pela Sociedade de Cultura Artística (SP), conforme destaca a matéria de 14/05/1916, de *O Estado de S. Paulo*.

Essa matéria, publicada na parte final da página 2, com a chamada “ARTES E ARTISTAS – Sociedade de Cultura, Artes e Letras – A leitura de ‘O Corvo’, pelo João Köpke”, e o tom elogioso dado a ele, indiciam não só uma deferência ao intelectual

que tem uma boa acolhida neste jornal, mas, sobretudo, a prática de leitura prevista para essa tradução¹⁷: uma leitura “declamada” do poema pelo próprio tradutor.

Segundo a matéria, o tradutor é recebido “com entusiastas palmas” por um “selecto público” (p. 2) interessado em sua audição, provavelmente composto pelos seus ex-alunos e familiares. Um público conhecedor da figura que Köpke construiu nos tempos em que estudou no Largo S. Francisco e em que foi professor e diretor de escolas para a elite paulista.¹⁸ Para esse público, João Köpke se mostra em tom de aparente humildade, situando o lugar de onde apresenta seu “despretensioso trabalho literário”, talvez como estratégia para defender-se de possíveis críticas:

Penhora-me sobremodo a concessão que me fizestes uns, e a atenção que vos dignais prestar-me todos, para a leitura do **despretensioso** trabalho literário, que a vossa apreciação venho esta noite submeter. Sem que pertença ao **grêmio fulguroso daqueles espíritos privilegiados**, que na música do verso sabem fazer vibrar todas as notas do sentimento humano [...]. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1916, p. 2, grifos nossos).

Nessa fala introdutória, João Köpke, em um recurso retórico, chama atenção para a distinção entre os espíritos privilegiados (escritores e músicos) e ele, um homem ligado ao mundo escolar. De fato, a tradução de *O corvo*, divulgada na última década de vida de Köpke, remete a um tempo em que, não exercendo mais o magistério, ele é, contudo, reconhecido como o “velho mestre” e um importante intelectual. Nesse período, dedica-se aos serviços como “official do 1º Districto de Hypothecas”, no Rio de Janeiro, considerando que a criação de escolas ou a sua atuação como professor e diretor não lhe garantiram um sustento confortável para

17. As práticas de audição de poemas e de assistência a dramas, peças, óperas e filmes em espaços públicos parecem vigorosas nas primeiras décadas do século XX. Uma consulta à programação cultural divulgada nos jornais publicados, como por exemplo, em 04 de maio de 1916, no *Estado de S. Paulo*, facilmente identificamos a divulgação de inúmeras atrações artísticas: no mínimo duas sessões diárias (matiné e noturna), em dezesseis locais de espetáculos (cinematographos e teatros), em plena quinta-feira.

18. Uma rede de republicanos e abolicionistas, bacharéis do Largo S. Francisco como João Köpke, é responsável pela construção dessa imagem elogiosa, veiculando matérias sobre a qualidade de sua atuação no campo da publicação de cartilhas e de livros, defendendo-o das críticas vindas, principalmente, do campo educacional. Desse grupo, destacamos os responsáveis pelos seguintes periódicos: o grupo liderado por Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), Américo Brasiliense (1833-1896) e Francisco Rangel Pestana (1839-1903), que fundam o jornal *A Província de São Paulo* (04/01/1875); Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), que cria *A Gazeta de Campinas*; Júlio de Mesquita (1862-1927); proprietário de *O Estado de S. Paulo* (que antes da proclamação da República, tinha o nome de *A Província de São Paulo*) e da *Revista do Brasil*, periódico lançado para atender um público mais intelectualizado e ligado à literatura e às questões nacionais, como educação, por exemplo.

sua família, vivendo, muitas vezes, da ajuda financeira de amigos reconhecedores de sua capacidade intelectual, da inovação de sua proposta pedagógica, do seu investimento pessoal no magistério, nunca questionados por seus pesquisadores (FERREIRA, 2017; MORTATTI, 2000; PANIZZOLO, 2006; SANTOS, 2013).

Três meses após a leitura da tradução de *O corvo* no sarau paulistano, o texto foi publicado na *Revista do Brasil*, em dois números diferentes (v. 3, n. 1, 1916, p. 362-372; e v. 4, n. 1, 1917, p. 80-86). Na tradução impressa, João Köpke se esmera para mostrar-se um competente conhecedor da produção e da crítica literárias de seu tempo, da obra a ser traduzida e do seu autor, assim como de outras traduções e apresentações feitas para o poema *O corvo*, as quais ele vira ou de que já ouvira falar.

Orientado, talvez, pelos leitores previstos para esse periódico – apreciadores especializados, escritores e críticos de literatura –, Köpke, nessa tradução impressa, dedica-se a se apresentar à altura dos frequentadores legitimados desse ambiente. Opta, por exemplo, por colocar, lado a lado, o poema *The raven*, de Edgar Allan Poe (infelizmente, sem indicar a edição) e a sua tradução para ele. Uma opção que aponta, para o leitor, o modo operante da tradução empreendida por Köpke: suas escolhas, decisões, ajustes, dificuldades e impossibilidades. Uma opção que permite ao leitor não só comparar texto original e texto traduzido, como também sugere a intenção de demonstrar sua capacidade de traduzir o mais próximo possível da versão criada pelo autor original, uma “versão paraphrastica”, como ele mesmo a define (KÖPKE, 1916, p. XX).

Também esmerando-se em mostrar-se competentemente “autorizado” para fazer tal tradução, ele inclui muitas e longas notas explicativas ao leitor (no rodapé da página), diversas citações de críticos e literatos como, por exemplo, James H. Van Sickle¹⁹, ou diversos fragmentos comentados e retirados do artigo intitulado “Filosofia da composição”, escrito por Edgar Allan Poe.

O referido artigo de Poe é adotado por João Köpke como o “guia” que orienta o processo de composição do original e de seu texto. Citando as palavras de Sickle:

Na realidade, porém, “O Corvo” não tem *mysterio* nenhum. O próprio Poe, num artigo intitulado “a *Philosophia* da Composição” explicou como o compoz – cuidadosamente como se constroi uma casa, pondo pedra sobre pedra com o projecto à vista desde o

19. James H. Van Sickle (1852-1926) fez uma extensa biografia sobre Edgar Poe, no 8º volume da série *Riverside Readers*, na página 148.

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o tradutor

início. Parte delle é **comedia, e assim deve ser lido**. O todo é beleza. Nenhum conto que escreveu o autor tem um tecido mais logico. (KÖPKE, 1917, p. 369, grifo do autor).

Suas escolhas linguísticas são constantemente justificadas pelos seus comentários a respeito dos usos da linguagem (estribilho, metáforas, imagens poéticas, versificação etc.); da estrutura formal do texto (uma extensão breve, cerca de cem versos, estrutura lógica); da construção do enredo (local, personagens-amantes etc.); da prática de leitura indicada (para ser lido “de uma assentada” e ligada em parte ao gênero “comédia”). Uma tradução que, adotando o projeto previsto por Poe, não pode descuidar-se ainda do efeito desejado pelo poeta – emocionar o leitor, como ele exemplifica nos versos que concluem o poema, por exemplo: “tira o teu bico de meu coração e o teu vulto de sobre a minha porta. / Disse o corvo: ‘Nunca mais’” (KÖPKE, 1917, p. 368), em que:

No que ahi fica exposto, não é nosso empenho justificar qualquer pretensão que tenhamos a haver feito obra que não desmereça do original: sim, só, deixar explicitos os fundamentos, que nos levaram a dar à nossa translação a forma sob a qual aparece, e que, a nosso ver e sentir, é a mais apropriada a produzir a impressão com que foi escolpo do poeta emocionar o leitor.

Além de apresentar-se como um intelectual familiarizado com a arte, conhecedor da produção literária e crítica em torno dos textos que elege para traduzir, João Köpke comenta outras traduções nacionais para *The raven*, como, por exemplo, a que fizera Machado de Assis, a quem “sobrava competencia e autoridade para interpretação mais acomodada à verossimelhança” (KÖPKE, 1917, p. 82).

Dessa forma, a estratégia de erudição demonstrada por João Köpke vai compondo um sentido de legitimidade do próprio processo de construção de seu texto (totalmente conforme ao modo operante de Poe) e uma imagem de tradutor como grande conhecedor da língua e literatura inglesas; sensível a uma tradução além da “ideia contida em cada vocábulo” (KÖPKE, 1917, p. 82), para uma busca pela expressão dada pelo autor na apreensão de todo o verso e do contexto do poema.

No prefácio dessa tradução, Köpke vai compondo ainda a sua compreensão a respeito do que é arte, do que é literatura, destacando – com deferência – aspectos considerados próprios de uma obra-prima e que, como tradutor, ele deve conservar. Um aspecto, por exemplo, que é o de cuidar para que a apreciação universal reconheça

o tom da tristeza como o tom mais conveniente e mais legítimo da beleza que “[...] leva invariavelmente, no seu supremo desenvolvimento, a alma sensível às lágrimas, sendo em consequência, a ‘melancolia’ o mais legítimo de todos os tons poéticos” (KÖPKE, 1916, p. 363). Um segundo aspecto é o de associar o belo da poesia ao “dom de escolher os mais bellos sons e combinal-os em musica perfeita” (KÖPKE, 1916, p. 363). Por último, o terceiro aspecto está ligado não só “à habilidade de esgrimir com as palavras” (KÖPKE, 1916, p. 368), mas também ao modo de recitá-lo, de interpretá-lo oralmente, de acordo com o gênero (literatura) proposto pelo autor.

Assim, para Köpke, uma tradução que preserve a obra-prima original não parece ligada apenas às palavras do texto em si, em sua forma literal. O tradutor deve atentar-se para outros elementos envolvidos na produção da tradução: os efeitos que o poema deve provocar em seu leitor (levá-lo às lágrimas, a apreciar o Belo); os modos como o texto (em seus mais belos sons) chega aos seus leitores; a prática de leitura, que é a da declamação, citando Sickle: “Recitava o poeta [Poe] por vezes este estranho poema, e aquelles que o ouviram, falam de sua maneira cheio de entusiasmo [...]” (KÖPKE, 1916, p. 363).

Nesse caso, Köpke chama a atenção também para as práticas de leitura/audição, indissolavelmente ligadas ao poema e a serem consideradas pelo autor, pelo tradutor, pelo intérprete. Para quem traduz (em outra língua), para quem recita – em tom de conversa, encenando, declamando, lendo apoiado no texto escrito –, para quem aprecia o poema, a interpretação é imperfeita, porque não se restringe apenas ao entendimento do significado das palavras; é exigente, porque deve tocar o leitor-ouvinte “na inteligencia e no coração”; é “demonstração de praticabilidade do impossível”. (KÖPKE, 1916, p. 368). Daí seu esmero na tradução, a fim de lhe dar um estatuto à altura da qualidade da obra original, daí sua visão de composição do texto incorporar a literariedade; os efeitos a serem provocados no leitor; a musicalidade das palavras; a prática de declamação pelo próprio autor – modos de lidar com a produção de Köpke, conforme já vimos em Ferreira (2017).

FINALIZANDO: APROXIMAÇÕES

Considerando apenas esse *corpus* do nosso trabalho, algumas aproximações podem ser feitas em relação à atuação de João Köpke no campo da tradução. Aproximações que vão delineando uma coerência desse tradutor na escolha de

uma língua estrangeira, de autores e obras contemporâneas a sua época, de uma temática literária, entre outros.

Uma primeira aproximação, por exemplo, é considerar a primeira publicação das obras “inspiradoras” das traduções de Köpke. Todas elas, *A dama de Lyons* (de 1838); *The raven* (de 1845); *Evangeline, a tale of Acadie* (de 1847); *A bride’s tragedy* (de 1859) e *Doctor Marigold’s prescriptions* (de 1865) se referem a livros publicados inicialmente em meados do século XIX. Um conjunto de obras traduzidas (conjunto esse que pode ser ampliado com livros evocados por Köpke nos documentos analisados) – que indica a circulação de publicações, na língua inglesa, na época.

Na escolha dos autores, diferentemente da força da cultura francesa, no século XIX (ABREU, 2013, 2014; WYLER, 2003), Köpke optou por cinco que originalmente foram traduzidos do inglês. Dois são estadunidenses: Edgar Allan Poe (1809-1849) e Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882), e três são ingleses: Dinah Maria Mulock Craik (1826-1887), Edward L. Bulwer (1803-1873) e Charles Dickens (1812-1870). Uma outra aproximação: todos são autores de língua inglesa que viveram no século XIX, sendo que, com exceção de Poe, os demais ainda eram vivos quando Köpke nasceu. Uma opção vinculada a sua atividade como professor de inglês (embora o fosse também de francês e italiano), lembrado por alunos e ex-alunos.

Trata-se, enfim, de autores e obras que parecem ter conquistado os escritores, pois especialmente *Evangeline* e *O corvo* tiveram publicações com mais de um tradutor, e seus autores são recorrentemente citados em depoimentos de letrados. É possível pensar que a oferta de outras traduções – que não as de João Köpke – tenha ocupado a preferência dos leitores, ou que um público seletivo possa ter lido na língua original, considerando que Charles Dickens, Henry Longfellow, Allan Poe e Edward L. Bulwer são autores localizados em acervos de gabinetes de leitura, como mostram estudos de Schapochnick (1999) e Ramicelli (2016). Apenas Dinah Maria Mulock Craik parece fugir a esta regra, ao se apresentar desconhecida de João Köpke e dos leitores atentos ao folhetim publicado como de autoria de John Hallifax, ainda que ela seja atualmente reconhecida como escritora de *best sellers*, com edições de suas obras ainda disponíveis para o público leitor.

Também ele optou por traduzir apenas autores que foram reconhecidos pelos seus contemporâneos como ligados ao Romantismo, estética que se destacou em meados do século XIX no Brasil. Talvez pela sua sólida formação humanística (PANIZZOLO, 2006) ou porque era essa a tendência que se firmava nas obras que circulavam e eram compartilhadas com os seus colegas do Largo S. Francisco, engendradas no

sentimento de nação e de um projeto de fortalecimentos de certos ideais republicanos, que tanto conquistaram os corações e pensamentos desses intelectuais.

Uma reincidência na tradução de autores “românticos”, provavelmente, não só um gosto pessoal do tradutor, mas principalmente a aceitação do gênero pelos autores voltados a atender ao gosto dos leitores daquela época. Uma reincidência na temática romântica da dor causada pela separação dos amados.

Uma outra aproximação se faz pelo suporte de divulgação dessas traduções realizadas por João Köpke. Os periódicos impressos carregaram seus textos: *O corvo* na *Revista do Brasil*; *A tragédia de uma noiva* e *As receitas do doutor Marigold* no jornal *A Província de São Paulo*. Mas também suas traduções migraram para outras linguagens e suportes, ganhando encenação (*A morgadinha de Lyon*) ou sendo oralizada pelo próprio Köpke (*O corvo*). Suportes de textos à disposição de João Köpke, diretamente patrocinados pelo grupo de intelectuais com os quais ele se relacionou durante toda a vida.

Suas traduções nos mostram, em conjunto, um quadro um tanto diversificado quanto à dinamicidade da produção e da circulação de obras, em meados do século XIX: materializadas em jornal, livro, manuscrito, revista especializada, declamação oral; mobilizadas pelas práticas culturais da audição, leitura silenciosa, encenação; apreciadas em prosa e versos, de forma fragmentada, integral, na língua portuguesa ou em texto bilíngue; destinadas a leitores especializados, leitoras dos folhetins, frequentadores de espaços culturais, leitor-revisor do próprio texto – quer como atividade profissional, quer como atividade ligada ao cotidiano. Coerentemente, Köpke mostrou que as traduções, longe de serem textos abstratos, chegam a diferentes leitores, em suportes e práticas culturais diversos, em um século em que a leitura socializada é vista como aquela que ilustra a alma, forma mentes, torna os homens cidadãos. Mas também podem levar seus leitores às lágrimas, carregando-os pela musicalidade, pelo uso da palavra na medida e no lugar certos, mobilizadas pelas práticas de leitura.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. O gosto dos leitores – a recepção de romances como problema para a história literária. In: SALES, G. M. A. et al. *Interpretação do texto, leitura do contexto*. Rio de Janeiro: Letras; Capes, 2013. p. 167-187.
- ABREU, Márcia (Org.) *Romances em movimento*. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora Unicamp, 2016.
- ACÁDIA. In: *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. Cidade: Editora, 1987. v. 1, p. 34.

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do descriptor”: João Köpke, o tradutor

- A PROVINCIA DE SÃO PAULO. *Tragédia de uma noiva*, por Wilkie Collins, Trad. direto do inglês por João Köpke. 1ª parte. São Paulo, p. 1, 1º abr. 1875a.
 _____. *Rectificação*. São Paulo, 03 abr. 1875b.
- BOURDIEU, Pierre. Leitura: uma prática cultural - debate entre P. Bourdieu e R. Chartier. In: CHARTIER, R. *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996. p. 229-253.
- CAMPOS, Aline C. de A.; RAMOS, Ana Rosa N. Questões identitárias no Canadá francófono: o caso da Acádia. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*. Rio Grande, v. 9, n. 10, p. 153-164, 2009. Disponível em: <<http://www.revistabecan.com.br/arquivos/1259533771>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CRAIK, Dinah M. M. A bride's tragedy. In: _____. *Domestic stories*. Londres: Smith, Elder & Co., 1867, p. 303-333. Exemplar digitalizado por Google, original da Indiana University. Disponível em: <<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Craik%2C%20Dinah%20Maria%20Mulock%2C%201826-1887>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- DIÁRIO DE SÃO PAULO. Nota: “Fomos obsequiados com um exemplar da Morgadinha de Lyon...”. São Paulo, p. 3, 20 ago. 1874.
 _____. *Errata*. São Paulo, p. 2, 02 abr. 1875.
- DICKENS, Charles. *Doctor Marigold's prescriptions*. The extra Christmas number of all the year round. London: Chapman & Hall, Christmas, 1865. (cópia digitalizada por University of California Libraries). Disponível em: <<https://archive.org/stream/doctormarigoldspoodickrich#page/no/mode/2up>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- DÓRIA, Franklin. *Evangelina*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/19148-evangelina-h-w-longfellow-traduzida-do-original-ingles-por-franklin-doria.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- FERREIRA, Norma S. A. As cartilhas de João Köpke para o ensino da leitura. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Vitória-ES, v. 1, n. 1, p. 155-176, jan./jun. 2015.
 _____. *Um estudo sobre “Versos para os pequeninos”, manuscrito de João Köpke*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2017. Apoio FAPESP.
- GAZETA DE CAMPINAS. Drama. *A morgadinha de Lyon*. Campinas, ano VI, [s.p.], 08 nov. 1874.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- HILSDORF, Maria Lúcia. S. 1986. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1986.
- KÖPKE, João. *Método Rápido para aprender a ler*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874.
 _____. *Tragédia de uma noiva de Dinah Maria Mulock Craik - 1ª Parte*. Traduzido do inglês por J. Köpke. *A Província de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 01 abr. 1875a.
 _____. “As receitas do doutor Marigold”, de Charles Dickens. Traduzido do inglês por J. Köpke. *A Província de São Paulo*, São Paulo, abril/maio 1875b.

- _____. *Carta de João Köpke dirigida a José Maria Lisboa quando da sua vinda como promotor de justiça para Faxina*. 1875c. Disponível em: http://www.ihggi.org.br/conteudo/acervo/upload_documentoshistoricos/CartadeJoaoKopke_3.pdf Acesso em: 05 mar. 2011.
- _____. O corvo. *Revista do Brasil*: publicação mensal de Ciencia, Letras, Artes, História e Actualidades, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 362-385, set./dez. 1916.
- _____. O corvo. *Revista do Brasil*: publicação mensal de Ciencia, Letras, Artes, História e Actualidades. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 70-114, jan./abr. 1917.
- _____. Cartas de João Köpke à Radio Sociedade do Rio de Janeiro: 26 nov. 1924; 12 nov. 1924; 13 abr. 1924; 3 abr. 1926. Disponível em: <www.fiocruz.br/radiosociedade/med.A03/0874>. Acesso em: jan. 2013.
- _____. *Carta de João Köpke ao seu neto, Maurício Goulart*. Arquivo IEB USP, caixa 19 – CPJ mg 034. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- _____. [?]. *O casamento de Panurgo*. [s.n.t.], 27 p. Datilografado. Trabalho não publicado. (Acervo da família Köpke).
- _____. [?]. *O pássaro dourado: uma peça em seis atos*. [s.n.t.]. 49 p. Datilografado. Trabalho não publicado. (Acervo da família Köpke).
- _____. *Versos para os pequeninos*: pelo director do Instituto Henrique Köpke. [s.n.t.]. p. 54. Trabalho não publicado. (Acervo da família Köpke).
- KÖPKE, João; KÖPKE, Winckelmann. *Evangeline, um conto de amor*. Tradução de Henrique Wadsworth Longfellow. [s.n.t.]. 51 p. Datilografado. Trabalho não publicado. (Acervo da família Köpke).
- LYTTON, Edward Bulwer. *The lady of Lyons, or Love and pride*. [1938]. Projeto Gutenberg, 2008. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/2461?msg=welcome_stranger>. Acesso em: 16 maio. 2017.
- LOBO, Américo. *Evangeline*. Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger e Filhos, 1884.
- LONGFELLOW, Henry. *Evangeline*. New York: Imprint Boston, 1921. (1883, microfilme).
- MAZIERO, M. Dores S. *Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925): Histórias de ternura para mãos pequeninas*. 2015. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- MENESES, João G. de C. *Discurso de posse do acadêmico João Gualberto de Carvalho Meneses*. Academia Paulista de Educação, São Paulo, 21 out. 1980. Disponível em: <http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=129:discurso-de-saudacao-ao-academico-moacyr-expedito-marret-vaz-guimaraes&catid=10:discursos&Itemid=171>. Acesso em: 10 out. 2012.
- MODENEZ, Julio C. A circulação de traduções francesas no Rio de Janeiro (1860-1865). *Cultura & Tradução*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 223-232, 2014.
- MORTATI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.
- O ESTADO DE S. PAULO. *A leitura de "O Corvo", pelo João Köpke*. ARTES E ARTISTAS – Sociedade de Cultura, Artes e Letras. São Paulo, p. 2, 14 maio 1916.

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o tradutor

- PANIZZOLO, Cláudia. *João Köpke e a escola republicana: escritor de leitura, escritor da modernidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2006.
- RIO, João do. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Dep. Nacional do Livro, 1994.
- RAMICELLI, M. Eulália. Ficção britânica no extremo sul do Brasil: o acervo oitocentista da Biblioteca Rio-Grandense. In: ABREU, Márcia (Org.). *Romances em movimento*. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 93-119.
- SANTOS, Maria Lygia C. K. 2013. *Lendo com Hilda: João Köpke - 1902*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2013.
- SHAPOCHNIK, Nelson. 1999. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- VASCONCELOS, Sandra G. Circuitos e travessias: O caso de “A Família Elliot”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Romances em movimento*. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914). Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 135-157.
- WYLER, Lia C. A. 1995. *A tradução no Brasil: ofício invisível de incorporar o outro*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

SOBRE AS AUTORAS

Norma Sandra de Almeida Ferreira é Professora Livre Docente e coordenadora do grupo de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita-ALLE da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Atua na área “Conhecimento e linguagem”. É Pós-doutora (Universidade de Algarve – Portugal), Doutora e Mestre em Educação (Universidade Estadual de Campinas). Atualmente é Professora Associada/Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em: leitura, escrita, literatura infantil e alfabetização.

E-mail: normasandra@yahoo.com.br.

Maria das Dores Soares Maziero é graduada em Letras (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), tem Mestrado e Doutorado em Educação (Universidade Estadual de Campinas). Atualmente é professora da Faculdade de Paulínia e pesquisadora do Grupo de pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita - ALLE (Universidade Estadual de Campinas). Tem experiência na área de Educação,

com ênfase em leitura, escrita, literatura infantil e alfabetização, com pesquisa nos seguintes temas: história do livro infantil no Brasil e literatura infantil no final do século XIX e início do XX.

E-mail: s.maziero@uol.com.br.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

D'Os *mistérios de Paris* aos mistérios no Prata: tradução, imitação e invenção

From *The mysteries in Paris* to the mysteries in Prata: translation, imitation and invention

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p101-113>

NELSON SCHAPOCHNIK¹

RESUMO: Este trabalho, ensaístico, explora a recepção do romance *Os mistérios de Paris* entre os letrados austrais e discute como o estabelecimento de redes de distribuição de jornais, revistas e livros contribuiu para conferir uma centralidade cultural à França e enraizar a francofonia e o prestígio da literatura francesa entre os membros das elites latino-americanas. Nesse caso, a francofonia passou a ser mais um elemento de distinção social, agregando aos portadores desse saber um inequívoco poder simbólico. As listas de remessas de livros indicavam um processo de laicização da cultura, com a ascensão de um multifário conjunto de classes bibliográficas, incluindo aí as belas-letas, as ciências e a história. Assim discutimos como a tradução e a imitação contribuíram para forjar a inserção de candidatos à carreira de escritores.

PALAVRAS-CHAVE: *Os mistérios de Paris*; recepção; tradução; imitação.

ABSTRACT: This paper explores the reception of the novel *The mysteries of Paris* among the Austral scholars and discusses how the establishment of distribution networks of journals, magazines and books contributed to give a cultural centrality to France and to root Francophonie and the prestige of French literature among the members of the Latin American elites. In this case, Francophonie became another element of social distinction,

1. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

adding to the holders of this knowledge an unequivocal symbolic power. The lists of book remittances indicate a process of secularization of culture, with the rise of a multifarious set of bibliographical references, including fine-arts, science, and history. This article argues that translation and imitation have contributed to forging candidates for the career of writers.

KEYWORDS: *The mysteries of Paris*; reception; translation; imitation.

Um olhar mais apurado sobre o comércio transatlântico de impressos nas primeiras décadas do século XIX é capaz de revelar que, após o processo de emancipação política das antigas colônias da América hispânica, a presença de jornais, revistas e livros não só cresceu como também foi acompanhada pela transferência de mediadores responsáveis pela instalação de livrarias, de gabinetes de leitura, de tipografias e encadernadoras, além de representantes de editoras europeias na região do Rio da Prata (FURLONG CARDIFF, 1953; PARADA, 2007).

A produção de jornais, revistas e livros foi beneficiária das novas tecnologias introduzidas pela prensa a vapor, pela mecanização da produção do papel, repercutindo diretamente no barateamento do preço e no aumento do volume dessas mercadorias. Por sua vez, a distribuição foi favorecida pela expansão das linhas de veleiros e, posteriormente, das frotas de vapores que despendiam cerca de 30 a 40 dias para ligar os portos do Atlântico Norte com as capitais do Prata (BOSCQ, 2014).

Esse fluxo não só concorria para a ampliação do horizonte de expectativas dos letrados como também estreitava e permitia acompanhar com um pequeno intervalo a produção cultural europeia. Ao favorecer a leitura doméstica ou fomentar a emergência de novas bases institucionais de leitura sob a forma de clubes, gabinetes de leitura e círculos, a presença mais incisiva desse amplo espectro de artefatos textuais não só contribuiu para as novas experiências estéticas de seus leitores, como também reforçou ainda o projeto de uma prática sociocultural ancorada na escrita.

É possível inferir que até mesmo uma significativa massa de iletrados foi favorecida com a presença extensiva de impressos. Isso significa que, embora estivesse alijado de participar ativamente da operação da leitura, esse segmento partilhava do prazer do texto por meio da oitiva, durante as tertúlias (“veladas”) realizadas no espaço doméstico ou ainda por meio da leitura oralizada nas farmácias, nas barbearias, nas tabernas e em novos lugares de sociabilidade que emergiam nas duas margens do rio.

De particular interesse para os objetivos deste trabalho, importa considerar que o estabelecimento de redes de distribuição de jornais, revistas e livros contribuiu para conferir uma centralidade cultural à França e enraizar a francofonia e o prestígio da literatura francesa entre os membros das elites. Esse fenômeno reiterava e atualizava uma prática cultural designada por Ángel Rama de “diglosia”. De acordo com este crítico literário uruguaio, a priorização da escrita e da leitura na cidade letrada latino-americana, em oposição à tradição da oralidade oriunda das línguas indígenas e africanas empregadas pelo povo, conduziu ao processo de “utilização de dois códigos léxicos paralelos e distintos” por parte dos grupos dirigentes (RAMA, 1985, p. 61). Nesse caso, a francofonia passava a ser mais um elemento de distinção social, agregando aos portadores desse saber um inequívoco poder simbólico.

Esse processo de estreitamento e conexão entre os dois lados do Atlântico, que Serge Gruzinsky denominou de “mundialização da cultura”, pode ser apreendido também sob um conjunto de evidências colhidas nos anúncios publicitários inseridos nas páginas de jornal e dos almanaques. As listas de remessas de livros indicavam um processo de laicização da cultura, com forte declínio do número de obras identificadas com o campo da teologia. Da mesma maneira, essas fontes revelam a hegemonia das obras editadas no vernáculo, seguidas de obras publicadas em francês e inglês, com uma regressão dos índices de entrada de livros em latim.

A ascensão de um multifário conjunto de classes bibliográficas, incluindo aí as belas-lettras, as ciências e a história, parece denotar uma diversidade de usos dos impressos que poderiam ser reunidos sob a tríade informação, instrução e deleite.

Portanto, é a partir deste quadro mais amplo que pretendo explorar a recepção do romance *Os mistérios de Paris* nesta latitude e, posteriormente, a sua apropriação por letrados austrais.

RASTREANDO *OS MISTÉRIOS DE PARIS* NO PRATA

Se, como já foi exposto, o comércio transatlântico permitiu o estabelecimento de uma fina sintonia entre os produtos culturais produzidos na Europa e as práticas leitoras na região do Prata, resta examinar quais foram as formas de circulação e os modos de edição sob os quais o romance de Eugène Sue chegou às mãos dos leitores.

Uma primeira surpresa experimentada pelo pesquisador é que até o presente momento não foi possível encontrar edição alguma de *Os mistérios de Paris* nos rodapés dos jornais argentinos ou uruguaio. De certo, isso não anula a possibilidade

de alguns leitores terem mergulhado imaginariamente nos subterrâneos parisienses por meio da assinatura do *Journal des Débats*, periódico parisiense onde o romance foi originariamente publicado na forma de folhetim. Ao que tudo indica, um desses potenciais leitores foi Domingo Faustino Sarmiento, em que pese estar exilado em Santiago do Chile quando da publicação seriada do romance². Ademais, ainda parece plausível pensar que alguns leitores platenses também puderam acessar a narrativa de Eugène Sue por meio da imprensa periódica brasileira. Vale a pena recordar que *Os mistérios de Paris* foi traduzido para o português por Justiniano José da Rocha e publicado nas páginas do *Jornal do Commercio* (RJ), no período de 01 de setembro de 1844 a 20 de janeiro de 1845. Não parece possível descartar a hipótese de que esse jornal de grande circulação chegasse às cidades fronteiriças com a Argentina e Uruguai. Ademais, a navegação de cabotagem entre o porto brasileiro do Rio Grande, então capital da Província de São Pedro do Sul, e o estuário do Prata poderia ser eficaz para a disseminação dos exemplares do *Jornal do Commercio*, viabilizando assim o contato com o texto de Sue.³

Embora o acesso ao romance por meio do folhetim seja uma suposição plausível, talvez a forma livro possa ter recebido uma adesão maior entre os leitores das duas margens do Prata. No caso de Buenos Aires e de Montevideú, capitais que concentravam o grosso da população, verificava-se, já nos anos 20, a existência de uma rarefeita e, no entanto, diversa rede de estabelecimentos identificados com a difusão da cultura letrada, a saber: bibliotecas, livrarias e gabinetes de leitura.

Em que pese a existência de espaços formais identificados com o empréstimo, o comércio e o aluguel de impressos, seria um equívoco pensar nas livrarias como um espaço especializado na venda de livros. Não raro figuravam ao lado deles outras

2. Posteriormente, em correspondência dirigida a Antonio Aberastain, enviada de Paris e datada aos 4 de setembro de 1846, ele sublinhava as transformações na cidade e suas projeções da leitura do romance de Sue: "*Desde luego, si ve usted a mis amigas en Santiago, dígasles de mi parte que no está aquí en este momento Eugenio Sue; pero que me lo han mostrado al rengo Tortillard; ya está hombre, hecho y derecho, siempre cojo, y malo como siempre. Brazorojo se ha hecho honrado con su contacto con la policía, y la Rigoleta goza de una grande reputación en el baile Mabile. ¡Otras pérdidas mayores aún tenemos que deplorar! No hay ya ni aquellas pocilgas y vericuetos donde los Misterios comienzan. Se ha abierto por medio de la Cité, una magnífica calle que atraviesa desde el Palacio de Justicia hasta la plaza de Nuestra Señora, iluminada a gas, y bordada de estas tiendas de París, envueltas en cristales como gasas transparentes, graciosas y coquetas como una novia. En vano preguntará usted dónde fueron los primeros puñetazos del Churriador con Rodolfo, dónde vendía sus fritangas la Pegriote, estas pobres gentes, ¡oh del lor! no saben nada*". (SARMIENTO, 2004, p. 49-50).

3. Vale a pena recordar a existência de um gabinete de leitura na cidade do Rio Grande, cujo catálogo de 1854 registrava o tombamento de uma edição d'*Os mistérios de Paris* em cinco volumes, editada em português no Rio de Janeiro. (SCHAPOCHNIK, 2010, p. 610).

mercadorias de gênero variado: linhas para costura e tricô, tabaco e chá, artigos de papelaria etc. Da mesma forma, o comércio de livros também se fazia presente em lugares de venda ocasional como, por exemplo, armazéns, lojas, mercearias, litografias, tipografias e casas de leilão. Daí a necessidade de uma pesquisa minuciosa sobre os anúncios dessas casas comerciais, além das solicitações de leitores ávidos pelo romance, publicadas sob a forma de cartas e “à pedidos” nas seções dedicadas à publicidade inserida nas páginas dos periódicos.

Se no cenário urbano constatamos a presença de uma gama de intermediários que favoreciam o acesso aos livros, dentre eles *Os mistérios de Paris*, no vasto pampa a situação era bastante distinta. Marcado pelo isolamento e pela vida nas estâncias, o acesso às mercadorias dependia do deslocamento aos vilarejos nem sempre próximos, quando não da presença de mascates e vendedores ambulantes. Apesar de remeter a um fato ocorrido em 1908, o caso relatado pelo intelectual uruguaio Emilio Oribe sobre como se deu o seu contato com a obra de José Hernández, *Martín Fierro*, pode seguramente ser transplantado para um período anterior, sem risco de anacronismo. E assim explicar como alguns leitores das porções interiores do Uruguai e da Argentina puderam conhecer a narrativa do herói-providência Rodolfo, príncipe de Gerolstein. De acordo com suas reminiscências, enquanto descansava em um estabelecimento no semiagreste de Campo Largo:

Uma noite chegou ao galpão onde eu estava entre os peões, um turco vendendo mercadorias. Estes turcos eram comerciantes ambulantes que ofereciam tecidos, vestidos, bagatelas, sabonetes e perfumes. Mas vendiam alguns livros. Foi então que conheci o *Martín Fierro*, de Hernández. Comprei, por alguns centavos, os dois tomos; em uma edição com gravuras toscas, em papel ordinário, com capas azuis e formato grande, como de revista. (ORIBE, 1993, p. 21).⁴

Se até agora ofereci algumas inferências sobre a circulação do romance nessa região, resta-me apresentar alguns indícios mais concretos. Foi no acervo das atuais Bibliotecas Nacionais da Argentina e do Uruguai, originariamente bibliotecas públicas inauguradas, respectivamente, em 1812 e 1815, que consegui localizar alguns exemplares d’ *Os mistérios de Paris* potencialmente lidos pelos leitores oitocentistas. Convém sublinhar que essa modalidade de biblioteca se distinguiu tanto das

4. Para uma compreensão do papel deste mediador, veja: Mollier (2009).

bibliotecas conventuais, que, embora abertas ao público, prestavam-se ao decoro e à emulação da Igreja Católica, quanto das bibliotecas das instituições de ensino, que, tal qual o primeiro modelo de organização biblioteconômica, demonstrava pouco apreço pelo gênero romance e pela obra de Sue em particular. No entanto, os fundos dessas bibliotecas não foram formados apenas por aquisições oriundas de verbas públicas, mas também foram agraciados com doações de acervos privados e institucionais. Ambas as bibliotecas apresentam um repertório quase similar, constituído por três exemplares de *Os mistérios de Paris*, a saber: duas edições parisienses de Charles Gosselin (1843 e 1844) e uma edição proveniente de Bruxelas, da Société Belge de Librairie (1844). Trata-se de um repertório quantitativamente pequeno, mas que permite compreender um capítulo importante das batalhas do livro no século XIX: a pirataria editorial ou as práticas da contrafação que suscitaram aguerrida disputa pelos velhos e novos mercados.

Como é suficientemente conhecido, ainda durante a publicação do romance na forma de folhetim nas páginas do *Journal des Débats*, o editor francês Charles Gosselin, que já havia publicado diversos títulos de Sue, lançou sucessivas edições *para entrega* (“livraison”), revistas e corrigidas pelo autor. Diferentemente da edição francesa, que empregava formatos maiores (*in octavo*), a edição belga se adequava mais aos padrões de consumo dos novos leitores. De acordo com Jacques Hellemans, a situação era amplamente favorável aos editores belgas, que não se enxergavam como falsários, mas enquadravam o seu trabalho no “sistema de reimpressões”. “Eles apregoavam abertamente o seu furto, pois não buscavam imitar o formato, o papel ou os tipos da edição original” (HELLEMANS, 2011, p. 90).⁵ Esses artefatos produzidos pelos prelos belgas se caracterizavam pela ampliação da mancha tipográfica, com a diminuição do espaçamento e o emprego de tipos menores, compondo assim livros num só volume em formato pequeno, adequado, por exemplo, aos assinantes dos gabinetes de leitura. Essa engenhosa solução, aliada ao não reconhecimento do direito de propriedade, permitiu um incremento notável. A soma de todas essas variantes incidia diretamente no preço final do livro, cujo exemplar era vendido por três francos ou até menos, em vez do preço habitual do livro francês, que girava em torno de sete francos ou mais. Diante da ausência de qualquer forma de regulamentação da chamada “propriedade literária”, essa atividade não só prosperou como também contribuiu largamente para a difusão

5. Veja também: Lyons (1990).

da literatura francesa. Para o bem ou para o mal, *Os mistérios de Paris* também se enquadrou nessas disputas, e os acervos das bibliotecas bonaierense e montivediana espelham a atualização e a peleja travada pelos livreiros franceses e belgas pelos novos mercados.

De certo, a maior novidade para a história editorial d'*Os mistérios de Paris* foi a descoberta de uma edição uruguaia do romance depositada na Biblioteca Nacional da Argentina. Sem sombra de dúvidas, esse é um elemento distintivo que amplia nosso conhecimento sobre a edição em língua francesa produzida fora da França, como também a fortuna editorial do romance de Sue⁶. Convém agregar a informação de que a comunidade francesa radicada em Montevidéu no período de 1838–1852 era a mais numerosa na América do Sul, reunindo imigrantes do país Basco, de Béarn e de Bigorre, sendo estimada em cerca de dez mil imigrantes na capital e outros quatro mil estabelecidos no interior, no ano de 1842.

De acordo com as informações do catálogo, trata-se de uma edição datada de 1845, realizada em Montevidéu pelo *Patriote Français*, jornal “comercial, literário e político” publicado entre fevereiro de 1843 e dezembro de 1850 com periodicidade variada, oscilando entre as saídas diárias e as quinzenais. Esse jornal foi fundado por Auguste Dagrument e apoiou a Legião Francesa de Montevidéu, antes e durante o cerco da cidade ao longo da chamada Guerra Grande. Nesse sentido, a edição do romance de Sue no Uruguai seguia parâmetros semelhantes aos adotados pelos demais editores responsáveis pela publicação do romance em língua francesa fora da França. Tudo indica que a estratégia do *Patriote Français* foi tirar partido de um público cativo formado pela massa de imigrantes e, simultaneamente, proporcionar uma bonificação aos assinantes do jornal, estabelecendo uma espécie de fidelização como aquela empregada no Rio de Janeiro por Julius Villeneuve, editor do *Jornal do Commercio*.

APROPRIAÇÕES DO MODELO NARRATIVO

Para além das possibilidades de fruição e reflexão que o romance pode ter proporcionado para os leitores comuns da Europa e das Américas, a perquirição dos catálogos de bibliotecas permitiu vislumbrar modalidades mais complexas e

6. Ao longo desta investigação foram encontradas outras edições em francês do romance, porém editadas fora da França, como as produzidas em Bruxelas (Meline, Cans et Co./1842-44; Société Belge de Librairie/1843; Alphonse Lebègue et Sacré Fils/1843; Meline, Cans et Co./1845), Colônia (E.Welter/1843-44, 1850) e ainda em New York (Presse du New World/1844).

matizadas de recepção do romance de Eugène Sue. Naqueles casos onde a rigidez das rubricas empregadas para ordenar as classes do conhecimento deu lugar ao mero arrolamento das obras sob o padrão alfabético, vislumbrou-se a existência de vários romances que apelavam para a fórmula “Mistérios de ...”. Esta chave foi apropriada por alguns leitores que logo perceberam as potencialidades desse modelo narrativo para engendrar outros romances. Portanto, não parece equivocada afirmar que um efeito não previsto na leitura do romance de Sue foi despertar a inventividade de alguns homens e mulheres que se valeram desse modelo para testar a sua capacidade de se apresentarem como escritores. Mas não só. O vigor e o sucesso obtido com os *Mistérios* também foram perseguidos por outros tantos escritores já consagrados naquele momento na república das letras, tais como Alexandre Dumas, Xavier de Montépin, Camilo Castello Branco, Émile Zola, entre outros.

As razões para esses gestos que apelavam para a imitação e o empréstimo de modelos narrativos devem ter as mais diversas explicações, porém parecem reiterar a asserção fundamental de Felix Vodicka (1978, p. 299), a propósito da história da repercussão das obras literárias, quando afirmava que “a obra literária, depois de publicada ou divulgada, torna-se propriedade do público, que a lê com a sensibilidade artística da época”.

Curiosamente, a primeira experiência de apropriação do romance de Sue que faz menção ao Rio da Prata foi divulgada na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um breve romance intitulado *Mistérios del Plata. Romance histórico contemporâneo*, publicado na forma de folhetim, no período de 01/01 a 04/07/1852, no *Jornal das Senhoras*.⁷ A autora do romance, Juana Paula Manso de Noronha, era também a redatora desse periódico, impresso na Tipografia Parisiense. De acordo com o anúncio publicitário: “Publica-se todos Domingos; o primeiro número de cada mês vai acompanhada de um lindo figurino de mais bom tom em Paris, e os outros seguintes de um engraçado lundu ou terna modinha brasileira, romances franceses em música, moldes e riscos bordados”. O que importa ressaltar é que Juana Manso vivia no Rio de Janeiro na condição de exilada política, opositora do caudilho Juan Manuel de Rosas, que governava a Argentina, solidária ao programa republicano e unitário defendido por Domingo Sarmiento e outros intelectuais como Echeverría, Mármol e Alberdi. De acordo com Graciela Batticuore (2005, p. 135), “suas expectativas não

7. O periódico está acessível no site da Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700096&pasta=ano185&pesq=misterios del plata](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700096&pasta=ano185&pesq=misterios%20del%20plata)>.

se concentram tanto em se destacar como *literata* [...] senão preencher o lugar da *publicista americana*, cuja tarefa principal é fomentar a ilustração da mulher e seu papel social em uma jovem nação”.

Diferentemente daquilo que poderia ser suposto em função do título empregado, o romance de Juana Manso guarda uma afinidade seletiva com *Os mistérios de Paris*. Neste caso, a apropriação é por uma via negativa, que frustra qualquer remissão à obra de Sue, tal qual ela esclarece no prólogo que reproduzo parcialmente abaixo:

Não foi por imitação servil aos *Mistérios de Paris* e aos de Londres que chamei a este romance de *Mistérios del Plata*. Chamei-o assim porque considero que as atrocidades de Rosas e os sofrimentos de suas vítimas serão um mistério para as gerações vindouras, apesar de tudo quanto contra ele se tem escrito. Mais poderosos que seus inimigos, seus escritores assalariados contrabalançam o brado dos contrários do tirano; e, outras vezes, esses mesmos escritos comprados pelos seus agentes são aniquilados.

Esse mesmo risco corremos nós, porém, que fazer? É necessário resolvermo-nos a tudo, além do que, se a nascente literatura da nossa América foi sempre buscar seus tipos na velha Europa, nunca teremos literatura americana, nem literatura nacional. (*Jornal das Senhoras*, 01/01/1852, p. 1).

O sentido atribuído aos “mistérios” configura uma perspectiva totalmente distinta daquela empregada pelo escritor francês. No romance de Sue valorizam-se diferentes níveis de intriga, empregam-se cortes e efeitos de suspensão do enredo, e o significado do mistério é exatamente desvelar as sucessivas mudanças de identidade dos personagens, sequestros, vinganças, castigos exemplares, mortes aparentes, filhos bastardos, que remetem às misérias das classes populares. Já a narrativa de Manso é pautada por dois imperativos: por um lado, pela questão da literatura fundacional e, por outro lado, pelo uso político e partidário do enredo. A advertência inicial que remete à recusa à “imitação servil” está articulada à tentativa de instituir uma literatura simultaneamente americana e nacional, o que implicaria o descarte do emprego de modelos europeus. Por sua vez, o mistério a ser revelado por meio da literatura é a realidade de seu país, onde o regime de Rosas e a causa federalista são identificados com o atraso e a barbárie. Portanto, a denúncia aqui funciona como um elogio ao programa político unitário, propagador dos valores da civilização e do progresso (PIERINI, 2002, p. 457-488).

Mas, se no caso de *Os mistérios del Plata* há uma denegação de qualquer empréstimo para a composição da trama, seria importante agregar a informação de que Juana Manso também foi a responsável pela adaptação da obra de Sue para os palcos brasileiros, tendo escrito o libreto da opereta *A família Morel*.

Diferentemente de *Os mistérios del Plata*, nas duas obras, *Os mistérios de Buenos Aires* e *Os mistérios del Cordón*, verifica-se a apropriação do modelo melodramático de características semelhantes ao romance de Sue. A primeira delas foi publicada por um imigrante francês, de nome Felisberto Péliissot, que lecionou no Liceu de Tucumán (Argentina). De acordo com as informações agregadas na folha de rosto do livro, *Os mistérios de Buenos Aires*, a obra publicada em 1856 fora “escrita em francês e traduzida para o castelhano por um colaborador de *La Tribuna*”, periódico bonairense. A edição consultada se apresenta em dois volumes de formato *in 12º*, composto em duas colunas. Já a segunda delas foi publicada por um português denominado A. Dias de Carvalho, em Montevideú, pela Imprenta Luso-Americana em 1881, na forma de uma pequena brochura feita em papel ordinário.

Contudo, se *Os mistérios de Buenos Aires* também se integra naquele fenômeno que Lelia Area (2006, p. 217) denominou de “biblioteca facciosa da Nação”, isto é, do emprego da ficção para expor a estratégia dos unitários em sua organização do discurso pátrio, a publicação do folheto *Mistérios del Cordón* indicava outras intenções. O seu título menciona o nome de um bairro que naquele momento se situava nos limites da zona urbana e que passou a concentrar a nova onda de imigrantes a partir dos anos 1870. De acordo com Area, o texto era dedicado aos membros da colônia portuguesa e acrescentava-se que “o produto pecuniário desta obrinha será dedicado para publicar um periódico em português intitulado ‘O Portugal’, que será defensor dos interesses da colônia portuguesa no Rio da Prata”.

Como já foi adiantado, nas distintas narrativas encontramos a mesma matriz melodramática que se apoia em dois núcleos principais que frequentemente aparecem entrelaçados: reparação da injustiça e a busca da realização amorosa. Ao longo da trama, os personagens, construídos com base num exacerbado maniqueísmo, se batem até a suplantação dos infortúnios. Nesse sentido, o fio condutor da narrativa é a perseguição – móvel capaz de pôr em cena forças elementares como vingança, ambição, poder, amor e ódio. Entretanto, o alvo da perseguição é distinto. Os maus têm em mira a satisfação dos próprios desejos; os bons sublimam os impulsos, porque colocam interesses coletivos sobre aqueles particulares (HUPPES, 2000). Talvez, o emprego desse modelo também tivesse parecido positivo para os

escritores platenses, pois o restabelecimento do direito violado era acompanhado de uma mensagem moralizante.

Os mistérios de Buenos Aires narraram as desventuras de uma jovem viúva que deixou a Espanha na companhia de dois jovens filhos e da fortuna herdada com o suicídio do Duque Arturo de la Cruz del Monte-Valeriano, com a qual ela havia se casado. Ao desembarcar em Buenos Aires, sob o governo de Juan Manuel de Rosas, Helena é submetida a toda sorte de infortúnios, que incluem a separação de seus filhos. Os partidários de Rosas constituem os seres mais sanguinários e capazes de cometer as mais baixas vilanias. No final da trama, temos a redenção do Sr. Armando de Figueroa que, antes de suicidar-se, revela ser o pai de Helena, reintroduz os filhos apartados do convívio materno e restitui a verdadeira história de vida da personagem.

Não muito distinta é a trama de *Mistérios del Cordón*. O romance também tem como peça fundamental o tema da vingança e da restituição da verdade, apelando para cortes, avanços, retrocessos e peripécias rocambolescas. Mauricio Medicis é envolvido inocentemente em um assassinato cometido por um pistoleiro contratado por um fazendeiro, que o afastou do encontro com a sua amada. Depois de cumprir um longo período de prisão, ele consegue resgatar Elisa, enclausurada em um convento bonairense, e, após contrair matrimônio, passam a viver na propriedade familiar no Piemonte.

Independentemente do valor literário dessas obras, o que seguramente é difícil endossar, parece ser importante admitir que a estratégia de apropriação empregada por todos esses autores é uma resposta aos desafios de produzir romance em zonas não hegemônicas. Se, de acordo com Luckács (2000), a forma romance é a epopeia da burguesia, o que dizer dessas narrativas produzidas em meio a cenários urbanos tão distantes de um centro urbano como Paris?

Se, por um lado, a estratégia de apropriação foi um recurso empregado para legitimação de escritores que pretendiam alçar-se à condição de autores num sistema literário em formação, por outro lado, o uso que eles fizeram do romance de Sue não permite aceitar aquele traço identificado por Umberto Eco (1970) como “estrutura de consolação”. Nos três exemplos citados, a imitação revela um procedimento intertextual e, ao mesmo tempo, faz da literatura um discurso reflexivo para discutir os problemas enfrentados pelas jovens nações.

Particularmente em sistemas literários não hegemônicos, como é o caso da Argentina e do Uruguai na primeira década do século XIX, o emprego da estratégia de “apropriação” do modelo narrativo d’*Os mistérios de Paris* parece deslocar a

irreconciliável oposição entre o original e a escrita imitativa. Não se trata de postular que os romances sobre os mistérios no Prata sejam inferiores no seu aspecto formal, ou que atestem as incompletudes que justificariam a tese amplamente divulgada acerca das “ideias fora do lugar”. Pelo contrário, parece ser necessário sublinhar que as peculiaridades encontradas na série aqui destacada resultam também das próprias condições de possibilidade de sua escrita.

Conforme observou Elisa Martí-López (2002, p. 10-11), ao estudar a recepção *d'Os mistérios de Paris* na Espanha, o termo apropriação “reconhece os processos de empréstimos literários e analisa a ascendência cultural como uma influência profunda e produtiva capaz de gerar um desenvolvimento mais criativo do discurso do outro em um novo contexto e sob novas condições”. Nesse sentido, o seu argumento parece oferecer uma instigante chave para a compreensão do fenômeno “misterio-mania”. Se, por um lado, a ação de editores, livreiros e publicistas contribuiu para a promoção e a disseminação desse novo gênero que também se tornaria hegemônico na região do Prata, por outro lado, sua incidência e saturação determinaram os hábitos e as expectativas de seus leitores. Portanto, a tradução e a imitação integram positivamente essa nova experiência formativa que contribuiu para forjar a inserção de candidatos à carreira de escritores.

REFERÊNCIAS

- AREA, Lelia. *Una biblioteca para leer la Nación. Lecturas de la figura Juan Manuel de Rosas*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.
- BATTICUORE, Graciela. *La mujer romántica. Lectoras, autoras y escritores en la Argentina: 1830-1870*. Buenos Aires: Edhasa, 2005.
- BOSCQ, Marie-Claire. La France et les échanges transatlantiques au XIXe siècle. In: ABREU, Márcia; DEACTO, Marisa M. *La circulation transnationale des imprimés – Connexions*. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Secteur des Publications, 2014. p. 43-54.
- ECO, Umberto. Retórica e ideologia em *Os Mistérios de Paris* de Eugène Sue. In: *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Historia y bibliografía de las primeras imprentas rioplatenses, 1700-1850*. Buenos Aires: Guarania, 1953.
- HELLEMANS, Jacques. O comércio internacional da livraria belga no século XIX. O caso das reimpressões (1815-1854). *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (NELE)*, Cotia, n. 1, p. 90, 2011.
- HUPPES, Ivete. *Melodrama: o gênero e sua permanência*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1852, p. 1.

- LUKACS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LYONS, Martyn. Le contrefaçons belges. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française*. Paris: Fayard/Cercle de la Librairie, 1990. v.3., p. 321-322.
- MARTÍ-LÓPEZ, Elisa. *Borrowed words. Translation, imitation, and the making of the Nineteenth-Century novel in Spain*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2002.
- MOLLIER, Jean-Yves. *O camelo. Figura emblemática na comunicação entre os homens*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- ORIBE, Emilio. *Rapsodia bárbara*. Montevideo, Intendencia Municipal de Cerro Largo/ Banda Oriental, 1993, p. 21. (Edición crítica, advertencia y cronología de Pablo Rocca). [primeira edição: Montevideo, 1953].
- PARADA, Alejandro. Lugares y horizontes del libro y de la lectura en el Buenos Aires de 1820 a 1829. In: *Cuando los lectores nos sussuran*. Buenos Aires: INIBI/Universidad de Buenos Aires, 2007. p. 85-112.
- PIERINI, Margarita. Historia, folletín e ideología en *Los misterios del Plata* de Juana Manso. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, v. 50, n. 2, p. 457-488, jul.-dic. 2002.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viaje a Francia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2004.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les Mystères de Paris* no Brasil oitocentista. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.610, 2010.
- VODICKA, Felix. A história da repercussão das obras literárias. In: TOLEDO, Dionísio (Org.). *Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.

SOBRE O AUTOR

Nelson Schapochnik é graduado em História (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), com Mestrado e Doutorado em História Social (Universidade de São Paulo). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já lecionou na Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual Paulista, foi professor visitante na Universidade de Lisboa (Portugal) e na Universidad de la Republica (Uruguai). É pesquisador da história do livro, da leitura, da edição e das bibliotecas. É professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo desde 2001.

E-mail: nschapo@uol.com.br.

Escravos: escrita, leitura e liberdade

Slaves: writing, reading and freedom

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p115-136>

ATILIO BERGAMINI¹

RESUMO: Centenas de anúncios publicados em jornais no Brasil do século XIX apresentam pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever. Nosso intuito é identificar elementos recorrentes nesses anúncios e delinear perfis e trajetórias de escravos que sabiam ler e escrever.
PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; cultura letrada; escravos letrados.

ABSTRACT: Hundreds of advertisements published in newspapers in nineteenth-century in Brazil present enslaved people who could read and write. Our intention is to identify recurring elements in these ads and to outline profiles and trajectories of slaves who could read and write.

KEYWORDS: Slavery; literate culture; literate slaves.

1. JOAQUIM, O MÚSICO

Joaquim, também conhecido como Músico, tinha mais ou menos 24 anos em 8 de fevereiro de 1858, quando fugiu da fazenda Bomsucesso em Pirahy, no Rio de Janeiro. Escravo, ao fugir estava em ferros. Enquanto fugia, de acordo com o anúncio

1. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

publicado nos maiores jornais da Corte por seu senhor (JC, 13-2-1858, p. 4)², um dos últimos contrabandistas de escravos do mundo e barão do café, José de Sousa Breves, “talvez apresent[asse] cicatriz de açoites e sinaes dos ferros que carregava”.

Joaquim tinha um apelido apropriado: sabia tocar todos os instrumentos de sopro, e o seu forte era a clarineta, instrumento erudito e popular, no qual, talvez, tangesse sonatas e polcas. De acordo com o anúncio, além de ser bom músico, entendia do ofício de alfaiate e sabia ler e escrever. Se alguém o flagrasse andando livre por aí, devia levá-lo para outra propriedade de Breves, a fazenda do Pinheiro, na freguesia do Arrozal, onde – mas isso o anúncio não diz – Sousa Breves tinha relações no campo jurídico, por ter sido juiz de paz. A pessoa que entregasse Músico receberia 200 mil réis. Ótimo valor, pois, quando Machado de Assis ficcionalizou a prática de caçar escravos, em “Pai contra mãe” (2008a), conto publicado em 1906, colocou seu narrador e também seu protagonista surpresos com um anúncio que “subia”, por volta de 1850, a 100 mil réis.

Dissemos que Joaquim trazia cicatrizes. De açoites. É que, afirma Breves, cometeu grave crime (certamente não tão grave quanto ser contrabandista de escravos). O júri de Pirahy absolveu Músico “por falta de provas, mas que seu senhor entendeu dever corrigi-lo”. Sabemos que o anúncio “talvez” mostre Joaquim com cicatrizes de açoites e sinais de ferro “que carregava” “por causa de grave crime que cometeu”. Sabemos também que utilizou um “mas” para conjugar as informações de que um júri absolvera o escravo por falta de provas e de que o seu senhor o prendera em ferros. Portanto, sugere um senhor de escravos, entre os mais poderosos do País, procurando justificar atitudes.

É verdade que uma lei de 1835 disciplinava o uso de chibatadas e ferros e que – de acordo com ela – Breves teria cometido mais uma ilegalidade. É verdade que a lei não foi cumprida. Breves, então, chicoteou e pôs em ferros e esperava contar com o apoio dos leitores do jornal.

É só isso que sabemos de Joaquim, por enquanto. É um homem escravizado, vinte e poucos anos, alfaiate, sabe ler e escrever, é um bom músico. E fugiu. Livrou-se.

Haveria muita coisa que discutir a partir dessa figura. Ela condensa inúmeros processos históricos: o colapso mundial do tráfico de escravos e da segunda escravidão; a perda de legitimidade da propriedade escravista; a formação do direito

2. Utilizamos a seguinte convenção: JC, para *Jornal do Comércio*, seguido da data de publicação e da página. Portanto, em JC, 13-2-1858, p. 4, lê-se *Jornal do Comércio*, 13 de fevereiro de 1858, página 4.

moderno no Brasil. Porém, chama a atenção um fato que, por assim dizer, não deveria estar ali: Joaquim sabe ler e escrever. Será uma exceção? Ou haveria outros escravos que, como ele, sabiam ler e escrever? Como aprendiam essa técnica tão importante? Como a utilizavam? Que sentidos davam à prática da leitura e da escrita?

2. RAYMUNDO, O PROFESSOR

Para discutir as perguntas acima, podemos partir de anúncios parecidos com aquele no qual conhecemos um pouco sobre Joaquim, isto é, anúncios de pessoas escravizadas em fuga, publicados no *Jornal do Comércio* (daqui por diante JC). Entre esses anúncios veiculados de 1830 a 1888, encontramos³ 239 em que apareciam pessoas escravizadas retratadas pelos senhores como pessoas que “sabiam ler e escrever”. Descartamos os anúncios repetidos; portanto, aqueles 239 se referem a diferentes pessoas escravizadas. Somados os anúncios de pessoas escravizadas em fuga, que sabiam ler e escrever, com aqueles de pessoas escravizadas à venda, para aluguel ou em situações complexas de tutela e concessão, também anunciadas como habilitadas a ler e escrever, chegamos, apenas no que se refere ao JC, a cerca de 300 anúncios, 300 pessoas.

Escolhemos o JC porque foi um dos mais longevos periódicos do século XIX. Publicado durante todo o período que nos interessa, já que iniciou suas atividades em 1827, circula ininterruptamente até hoje. Por ser o único caso de jornal da Corte com essas características, pesquisar seus anúncios permitiu que obtivéssemos uma série de mais de seis décadas. Para os efeitos deste texto consideraremos, contudo, os anos de 1830 a 1888. O *Diário do Rio de Janeiro* tem igualmente uma série de décadas de publicação, mas interrompeu sua circulação por alguns anos no final da década de 1850. Como

3. Utilizo, ao longo deste texto, a primeira pessoa do plural para indicar que a pesquisa da qual este texto resulta advém de um longo trabalho coletivo que remete, talvez, a mais de uma década de encontros e diálogos. No que se refere particularmente a este artigo, cabe referir os três bolsistas de iniciação científica da Universidade Federal do Ceará, Agno Monte, Elano Lima e Rinaldo Vianna Pessoa Filho, que ajudaram a coletar os dados e organizar hipóteses. O texto também deve muito à leitura seguida de sugestões que Suene Honorato (Universidade Federal do Ceará) fez de uma versão preliminar, e a contribuições de Janaína Tatim (Unicamp) e de Márcia Abreu (Unicamp). Ao longo de 2014, contei com a interlocução de participantes do projeto de cooperação internacional “Circulação Transatlântica dos Impressos”, na Unicamp, principalmente no que se refere a questões concernentes ao tratamento metodológico de anúncios de jornal do século XIX. Tenho, é evidente, total responsabilidade pelas escolhas feitas aqui.

uma parte dos anúncios publicados nesse periódico repete os anúncios publicados no JC, este último pareceu ser mais representativo para o início da pesquisa.

A análise dos cerca de 300 anúncios publicados no JC entre 1830 e 1888 evidenciou crescente presença de pessoas escravizadas “naturais” ou “vindas” do “Norte”, o que abarca, aproximadamente, o que hoje chamamos Norte e Nordeste. As províncias da Bahia, do Ceará e de Pernambuco foram as três mais referidas, tendo o Pará e o Piauí presença menor. Somente parte dos anúncios informa o local de origem das pessoas escravizadas, mas, considerando 48 anúncios (entre 239 exclusivamente de pessoas escravizadas em fuga) que traziam pessoas com origem no “Norte”, coube-nos perguntar: certo número delas aprendia a ler e escrever nas províncias? Em quais províncias?

Pesquisamos de maneira panorâmica jornais das províncias e encontramos pessoas escravizadas letradas em diversas delas. Nosso interesse, todavia, tinha foco especialmente nas três províncias de origem de pessoas escravizadas na Corte mais citadas nos anúncios do JC: Bahia, Ceará e Pernambuco, isto é, o “Norte”. Os jornais da Bahia e do Ceará trazem informações menos numerosas a respeito de nosso tema, não chegando a uma dezena de anúncios.

Ou seja, a Corte traria mais possibilidades para escravos aprenderem a ler e escrever. Todavia, no *Diário de Pernambuco* (de agora em diante DP), encontramos, entre 1825 e 1888, aproximadamente cem anúncios que apresentavam pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever. Com isso, pudemos concluir que havia pelo menos dois polos de alfabetização de escravos no Brasil: o Rio de Janeiro e Pernambuco ou, mais provavelmente, a Corte e Recife.

Em resumo, obtivemos, no JC, 239 anúncios com presença de escravos em fuga que sabiam ler e escrever, mais aproximadamente 65 de escravos para aluguel, à venda ou ainda em outras condições. Também obtivemos, no DP, 87 anúncios de fuga entre 1830 e 1888 e 21 anúncios de escravos em condições diversas. Embora as hipóteses que formularemos a seguir digam respeito ao fichamento, à catalogação e à análise comparativa de todos esses anúncios, trabalharemos apenas com o conjunto dos 239 anúncios de pessoas escravizadas fugidas e que sabiam ler e escrever, publicados no JC entre 1830 e 1888, a partir do qual pudemos refinar mais nossas análises e discussões. Não temos convicção de que encontramos todos os anúncios com essas características, mas podemos afirmar que lemos e analisamos boa parte deles, no JC e no DP. Não temos qualquer pretensão de esgotar a fonte. Nossa ideia

é, pelo contrário, apresentá-la e defender o interesse que ela pode ter no campo das discussões sobre cultura letrada no século XIX.

Antes de avançar, pode ser útil expor hipóteses construídas a partir da análise de evidências colhidas em outros jornais, além do JC e do DP. Seria uma pena não relatar-mos ao menos aquela que consideramos a mais relevante: a de que a leitura talvez fosse mais disseminada do que a escrita no século XIX brasileiro. Uma das evidências que poderia se somar a outras para atestar essa possibilidade está presente em um anúncio publicado no jornal *O Cearense* em 30/01/1874, no qual conhecemos Raymundo, pessoa escravizada que “sabe ler e escrever, é muito prosista e com predileção a ensinar a ler onde chega”. Raymundo tem predileção por ensinar a “ler” e não a “ler e escrever”. Não temos elementos para maiores discussões, mas é certo que Raymundo ensinava a ler onde chegava. Era um professor fugindo da escravidão.

3. ELITES LETRADAS E POVO ILETRADO?

É um lugar comum sobre o século XIX brasileiro afirmar-se que somente as elites liam, ainda que pouco e mal. O povo, os trabalhadores, os pobres, os escravos não liam, não escreviam, não pensavam, eram, na expressão utilizada por Perdigão Malheiro, seguindo a tradição aristotélica, “instrumento vivo de trabalho”; ou ainda, na opinião de Caio Prado Jr. (2000, p. 280), animalidade, irracionalidade e barbárie feitas carne corruptora da cultura mais alta e dominante. Nesse caso, Joaquim e Raymundo seriam exceções. Pode ser. Mas é preciso, antes de concluir, fazer algumas reflexões.

Se aceitarmos que as elites econômicas (proprietários de terras, de escravos e de outros bens de produção), as elites políticas e as elites culturais (jornalistas, escritores, advogados, professores) formavam um conjunto restrito da população – embora não haja estudos medindo qual seria o tamanho dessa população – e se, ao mesmo tempo, aceitarmos a especulação, presente nos jornais dos anos 1860 e 1870, logo, anterior ao censo de 1872, de que havia $\frac{1}{8}$ ou talvez $\frac{1}{10}$ da população que sabia ler e escrever, então é preciso aceitar que boa parte dos leitores não pertencia àquelas elites – afinal, elas estavam bem longe de ser 10% da população. De acordo com estimativas do IBGE, havia aproximadamente 5,3 milhões de habitantes no

Brasil em 1830, 8 milhões em 1850 e 9,8 milhões em 1870⁴. Se pudermos levar adiante esse exercício de produção de questões, podemos dizer que em 1870 algo próximo de 900 mil pessoas sabia ler e escrever no Brasil. Seria então possível trabalhar com a hipótese de que, no Brasil do século XIX, havia poucas pessoas alfabetizadas, mas, entre elas, poucas pertenciam à elite econômica e política?

Nossa pesquisa trabalha nas fronteiras da hipótese que afirma que somente a elite lia e escrevia, ou seja, estamos mais inclinados a pensar justamente o contrário, isto é, que a maior parte dos alfabetizados no século XIX brasileiro pertencia aos setores populares. Essa hipótese – sustentada atualmente por um denso campo de estudos⁵ – pode ser explorada e, até certo ponto, sustentada a partir de uma variedade grande de indícios, entre os quais estão os anúncios em que figuram pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever. Além desses indícios, já por si numerosos, a hipótese é corroborada pela quantidade de anúncios em que, por exemplo, caixeiros e feitores se oferecem para trabalhar, asseverando que sabem ler, escrever e contar. Se passássemos a calcular e analisar esses anúncios, não faríamos outra coisa, pois são várias centenas e, bem provavelmente, milhares. São igualmente numerosos anúncios em que administradores, barbeiros, comerciantes, guarda-livros, negociantes, sangradores, tropeiros, entre muitas outras profissões, aparecem ligados à prática da escrita e da leitura. Outras pesquisas têm trazido diferentes indícios das práticas de leitura e escrita por setores populares do século XIX (ver adiante principalmente seções 3.1, 3.2 e 3.3).

A série de quase seis décadas de anúncios em que aparecem pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever deixou claro que, pouco a pouco, a sociedade brasileira passou a valorizar a escrita e a leitura. Não somente os anúncios contam essa história. A famigerada Lei Saraiva, de 1881, excluía da possibilidade de votar,

4. Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm> e em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1872_1920.shtm>. Links acessados em: 15 ago. 2017.

5. Ao longo deste artigo, dialogamos principalmente com alguns pesquisadores que se dedicam à questão das práticas de escrita e leitura feitas por escravos. As pesquisas aqui referidas e discutidas formam apenas uma fração do campo de estudos que tem aprofundado o conhecimento disponível sobre práticas de escrita e leitura de setores populares. Pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Circulação Transatlântica dos Impressos”, coordenado por Márcia Abreu e Jean-Yves Mollier, mapearam apropriações de obras literárias por diversos estratos das populações brasileira, francesa e inglesa do século XIX, a partir de estudos de caso e de tratamentos estatísticos. Há centros, grupos ou esforços diversos de pesquisa sobre assuntos correlatos ao menos na Universidade Federal do Pará, na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal de Alagoas.

entre outros, indivíduos que não soubessem ler e escrever. Tudo indica que a lei foi somente um aspecto da constelação de forças que ia inserindo o saber ler e escrever entre as habilidades fundamentais para formar o “cidadão brasileiro”.

Profissões como a de carteiro, a partir dos anos 1850, exigiam, como é óbvio, saber ler e escrever. Outras funções, principalmente aquelas “de ofício”, como alfaiataria, carpintaria, cozinha e marcenaria, pareciam ser especialmente indutoras de letramento, fosse entre homens livres, fosse entre escravos. De fato, encontramos, nos anúncios, escravos que sabiam ler e escrever e eram advogados, alfaiates, barbeiros, boleiros e cocheiros, caldeiros, calafates, carregadores de café, carpinteiros, chapeiros, charuteiros, copeiros, cozinheiros, empalhadores, ferradores, ferreiros, lustradores, maquinistas, marceneiros, mucamas, músicos, oficiais de propiagem, ourives, pajens, padeiros, pedreiros, pintores, sapateiros, tipógrafos.

3.1. OFICINAS

Embora o “ofício” tenha sido proibido já pela Constituição de 1824⁶, as oficinas que ensinavam alfaiataria, cozinha, marcenaria, calafataria e carpintaria, entre outras atividades, continuaram ativas. No precioso livrinho que escreveu para a Campanha de Educação de Adultos, em 1949, outro Raymundo, o escritor Raymundo de Souza Dantas, relatou o processo de sua alfabetização, para o que colaboraram e prejudicaram, ao longo de muitos anos, a escola, a família, amigos próximos e os trabalhos em ofícios de ferreiro, marceneiro e, principalmente tipógrafo. “Primeiro aprendi os ofícios, muitos depois o alfabeto”, escreveu Dantas (1949, p. 5).

As atividades de oficinas deixaram rastros – em parte dos anúncios analisados – da existência de pessoas escravizadas “oficiais” ou “aprendizes”. Entre os 239 anúncios que estamos considerando, 31 apresentam a palavra “oficial” ou então “aprendiz” antes da profissão da pessoa escravizada (por exemplo, “oficial de alfaiate”, “oficial de carpintaria”, “aprendiz de pedreiro”). Em diversos anúncios, a palavra “oficial” parece estar em elipse, portanto o conjunto de oficiais presentes nos anúncios deve ser bastante maior. De toda maneira, basta para nossos propósitos a possibilidade de que algo em torno de 13% – e provavelmente muito mais do que isso – de pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever presentes nos anúncios tenham aprendido suas profissões em oficinas.

6. *Constituição política do Império do Brasil*, art. 179, inciso XXV.

Dizíamos que o movimento – efetivado na Constituição de 1824 – de inscrever a escravidão no direito moderno e na economia moderna proibiu os ofícios (MARTINS, [2008?], p. 161 e ss.). Pretendia-se assim, a um só tempo, tirar o Brasil da “Idade Média” e colonial suposta pela relação hierárquica e desigual entre mestre-oficial-aprendiz nas oficinas, para inscrevê-lo na “Idade Moderna” da produção em grande escala.

Embora proibidas, as oficinas continuaram acontecendo. Vimos anteriormente que, em meados do século XX, elas foram responsáveis por colaborar no processo de alfabetização de um futuro escritor. No século XIX, Jean-Baptiste Debret, que esteve no Brasil entre 1826 e 1831, pintou diversas gravuras retratando trabalhos em oficinas de sapataria e carpintaria. Além disso, é evidente a presença do “ofício” como um resto linguístico, isto é, muitos profissionais continuaram “oficiais de”, o que está abundantemente documentado nos jornais. A partir de 1830, associações de auxílio mútuo continuaram disseminando a relação de aprendizagem de um ofício. Esses espaços formaram “oficiais” por décadas. Até o final do período que pesquisamos, é possível encontrar anúncios como este: “Precisa-se de oficial de carpinteiro na rua do Catete, n 157, loja” (JC, 1-1-1887, p. 8).

De acordo com Gladys Sabina Ribeiro (2002), nas corporações de ofício brasileiras havia “muitos escravos”. Logo iniciou-se uma concorrência deles com imigrantes, principalmente portugueses (ALENCASTRO, 1988; RIBEIRO, 2002). Sociedades e irmandades surgidas nessa época procuravam apoiar seus associados nessa concorrência, ensinando-os a ler e escrever, bem como oferecendo estipêndios e ajudas quando adoeciam ou não podiam mais trabalhar.

Em Pernambuco, foi fundada, em 1841, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (SAMLPL), formada por mestres e aprendizes de artes mecânicas, como carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros (LUZ, 2007, p. 314). Lembremos de que Pernambuco, não por coincidência, foi uma das províncias em que mais encontramos, em nossa fonte, pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever. Luz (2007, p. 316 e ss.) verificou que, dos 155 sócios registrados na SAMLPL, 143 eram pretos, mulatos e pardos, sendo estes últimos a maioria. Também nesse caso há correlação com os dados que encontramos, já que, como veremos, a maior parte das pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever era classificada como pardas por seus senhores (ver, a respeito, a seção 5, adiante).

Martins ([2008?]) e Antonio Santonio Rugiu (1998) ressaltaram o caráter oral da transmissão nas corporações de ofício, mas suas pesquisas enfatizam o período

colonial. Luz (2007, p. 318), por exemplo, verificou que os associados da SAMLP perceberam, logo após a fundação da sociedade, em 1841, a necessidade de promover o ensino da leitura e da escrita, sem o que os conhecimentos técnicos e profissionais ficariam comprometidos. O método de ensino então adotado para as aulas técnicas foi sistematizado no livro *Curso normal de geometria e mecânica aplicada às artes*, do Barão Dupin, disponibilizado nas livrarias de Olinda.

3.2. TIPOGRAFIAS

Havia algumas profissões, entre aquelas de ofício, como a de tipógrafo, em que saber ler e escrever poderia significar passar de um trabalho mais árduo para um trabalho mais reconhecido. Em *O capital*, Marx descreve a atividade de tipógrafo em Londres em meados do século XIX como uma das mais insalubres e sujeitas à má alimentação, além de ser, depois da mecanização, uma das mais difíceis para o aprendizado das habilidades necessárias para “ascender” na profissão. “Matadouros” – era esse o apelido que os trabalhadores davam para as gráficas (MARX, 2013, p. 534, p. 555, p. 621-622, p. 753). Entre os 239 anúncios de pessoas escravizadas em fuga recolhidos do JC, encontramos dois tipógrafos que sabiam ler e escrever. Faz sentido. O escritor, jornalista e político muito atuante nos anos 1840, Justiniano José da Rocha, em artigo de 10 de dezembro de 1844 no jornal conservador *O Brasil*, escreveu, ao criticar uma lei que taxava tipografias: “a tipografia é uma escola, onde uma multidão de meninos vai aprender esse ofício”.

A palavra “multidão” provavelmente entra na conta de um exagero retórico, muito típico de Justiniano, mas acrescenta uma evidência para o argumento de que talvez fosse bem maior do que temos pensado a quantidade de pessoas pobres e trabalhadoras que podia aprender – em outros espaços que não fossem a escola pública – a ler e a escrever durante o século XIX. Também a palavra “escola” foi utilizada por Justiniano em sentido lato. Todavia, por isso mesmo, o trecho é interessante: fala, no final das contas, de uma multidão em escolas. “Mas” é uma multidão de trabalhadores. E as escolas são diferentes daquelas que, em geral, procuramos. Uma multidão que não é ninguém, aprendendo algo que muitos não consideram aprendizado, em escolas que não são escolas: trabalhadores que leem e escrevem. Nada mais estranho aos princípios de divisão que organizam narrativas sobre a formação do Brasil.

Uma pesquisa recente a respeito da vida de Francisco de Paula Brito, um dos primeiros editores do Brasil, negro ele mesmo, revelou o papel de escravos na produção de livros: “escravos foram largamente empregados nas tipografias da Corte” (GODOI, 2016, p. 148). É preciso antecipar que nas tipografias havia funções, como as exercidas por impressores e batedores, que não exigiam saber ler e escrever. É provável que muitos escravos fossem ali explorados nessas funções. A descrição que Marx faz do trabalho nessas oficinas mostra que uma tipografia estava longe de ser uma escola (ou talvez seja bem parecida com muitas escolas no Brasil contemporâneo...). Porém, as duas pessoas escravizadas que trabalhavam em tipografias constantes nos anúncios que nos serviram de fonte sabiam ler e escrever. É o caso também de alguns dos escravos tipógrafos contratados por Paula Brito (GODOI, 2016, p. 148 e ss.).

A partir de 1831, o tráfico de escravos foi proibido (já tinha sido, em 1826, e viria a ser novamente, em 1850), o que resultou numa série de apreensões de tumbeiros. As pessoas encontradas nos porões desses navios eram “concedidas” aos cuidados de brasileiros, até que voltassem à África, embora, muitas vezes, não tenham tido essa possibilidade. Paula Brito foi concessionário de sete dessas pessoas, em geral, tratadas como escravos (GODOI, 2016, p. 157). Nessas condições brutais, alguns desses africanos aprendiam a ler e escrever em português.

Paula Brito foi o patrão do primeiro emprego de Machado de Assis. No conto “Pai contra mãe”, que citamos anteriormente, o caipora protagonista chamado Candido teve entre suas primeiras profissões a de tipógrafo, trabalho considerado pesado. Depois de atuar como entalhador, viraria caçador de escravos fugidos. Em todos esses trabalhos, tipógrafo, entalhador e caçador de escravos fugidos, está explícito que a personagem, que sabe ler e escrever, lê e usa a cultura letrada. No que tange às biografias de escritores, é preciso referir Lima Barreto, cujo pai foi escravo e tipógrafo, e cuja mãe, filha de escravos, tornou-se professora (STOLZE LIMA, 2014, p. 243).

Portanto, diversas pesquisas às quais a nossa agora procura se somar verificam a hipótese de que as oficinas – apesar de “matadouros” – teriam sido um lugar de disseminação da leitura e da escrita entre pessoas escravizadas, ex-escravos e homens livres pobres. Ainda que alguns estudos demonstrem a prevalência nesses ambientes de uma transmissão oral e gestual (MARTINS, [2008?], p. 88; RUGIU, 1998, p. 34), as corporações, não raro, possuíam “autos” escritos, assim como “recomendações”. De acordo com os mesmos autores, era comum a relação mestre-aprendiz ser mediada por contratos escritos e assinados. Algumas corporações passaram a trabalhar com manuais, como dissemos anteriormente (LUZ, 2007). É também possível – mas

precisa ser comprovado por pesquisas ulteriores – que alguns manuais, como parece ser o caso do famoso *O Vinhola Brasileiro: novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*, escrito por César de Rainville (1880) e publicado por uma das principais editoras do Brasil da década de 1880, a Laemmert, circulassem em obras e oficinas diversas nas quais pessoas escravizadas trabalhavam.

Nos anúncios que pesquisamos, durante as décadas de 1830 e 1840 os escravos letrados se concentravam em poucas profissões (alfaiates, marceneiros, carpinteiros, cozinheiros e calafates, ou seja, justamente as profissões de “oficiais”). A partir dos anos 1850 até a abolição, escravos que sabiam ler e escrever atuavam desde carregando café até engomando roupas, em aproximadamente 29 profissões diferentes (é uma simplificação falar em “profissões”, já que muitos dos anúncios apresentam escravos que fazem um pouco de tudo. Um anúncio [JC, 16-7-1881, p. 4] apresenta um escravo hábil em “todos os ofícios”). Assim mesmo, há maior quantidade de alfaiates e cozinheiros também nesse período. Na Tabela 1 é possível visualizar algumas dessas profissões e a quantidade de anúncios em que aparecem em cada década.

Profissão	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80-89	Total
Alfaiates	1	6	6	3	1	-	17
Cozinheiros	-	-	2	4	3	8	17
Carpinteiros	2	2	5	1	2	3	15
Pedreiros	-	2	1	3	1	-	7
Sapateiros	1	-	2	3	-	-	6
Marceneiros	-	1	2	1	1	-	5
Marceneiro e carpinteiro	2	-	1	-	-	-	3

Tabela 1: Quantidade de Anúncios de Profissões por Década

Fonte: Banco de Dados do Pesquisador

Não é certo e é até mesmo improvável que as tendências presentes nos anúncios “reflitam” tendências gerais da sociedade brasileira da época, mas os indícios levantados, caso sejam corroborados por outros tipos de fonte, podem apontar a variedade das profissões praticadas por pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever – entre elas, especialmente, aquelas aprendidas em “oficinas”. Assim, é possível pensar que o aprendizado talvez se desse em oficinas, muitas vezes pouco a pouco,

muitas vezes ficando em níveis de letramento que consideraríamos precários, mas que, para a época, eram, talvez, úteis e adequados para algumas atividades e, sobretudo, para a construção da liberdade possível naquele mundo. Falaremos a respeito a seguir. De qualquer maneira, entre as tendências apontadas, há a sugestão de uma consistente expansão, ao longo do tempo, do número de profissões em que havia trabalhadores que sabiam ler e escrever.

3.3. POR ONDE RAYMUNDO CHEGASSE

Em livros que tomam o anúncio de jornal como seu tema principal, caso de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Gilberto Freyre (2010), e *Retrato em branco e negro*, de L. M. Schwarcz (1987), ocorrem menções a pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever mas sem que a análise recaia sobre essas práticas. Se o Brasil era marcado naquele período, como afirma outro estudo, “pela oralidade e pelo analfabetismo”, então os escravos deveriam ser os mais atingidos por esse nosso mal de origem (GALVÃO et al., 2007, p. 11 e ss.).

De fato, há muitos argumentos para afirmar que não havia – ou havia poucas – pessoas escravizadas e/ou pobres que sabiam ler e escrever: em 1872, a escola elementar tinha 139.321 matrículas no Brasil (numa população de quase 10 milhões de habitantes); a tipografia chegou com a Coroa Portuguesa, em 1808; não havia faculdades ou universidades até o século XIX; praticamente não conhecemos material escrito por pessoas pobres ou trabalhadores antes do século XX; uma lei de 1854 proibiu a presença de escravos em escolas etc.

Todavia, as deduções feitas a partir desses fatos são, em geral, desamparadas de pesquisa e, muitas vezes, naturalizam a perspectiva das próprias elites sobre aprendizado e letramento. Por exemplo, o fato de menos de 140 mil estudantes estarem matriculados na escola elementar por volta de 1870 prova, sem dúvida, que, com o perdão da *lapalissade*, havia poucos matriculados na escola elementar, mas isso não permite concluirmos que as pessoas não aprendiam a ler e a escrever de outras maneiras. Em uma perspectiva dialética, digamos que a falta de escolas dificulta a expansão da alfabetização, mas provoca aqueles que precisam ou querem aprender a ler e escrever a fazê-lo de outras maneiras. O mesmo raciocínio serve para a lei de 1854 que proibia a presença de escravos em escolas. É certo que a lei proibiu. Mas será assim tão certo que foi efetiva? E, sendo efetiva, será assim tão certo que pessoas escravizadas não tenham tentado outros caminhos, apesar de toda a dificuldade?

Pode ser que a geografia do aprendizado que encontramos, ao estudar as pesquisas citadas até aqui e também ao analisar as nossas fontes, traga elementos a esse respeito. Por geografia do aprendizado queremos nos referir aos lugares nos quais, tudo indica, pessoas escravizadas cavavam um jeito de aprender a ler e escrever. Colônias de órfãos, igrejas, oficinas, casas-grandes, aonde quer que Raymundo chegasse e... até mesmo em colégios!, principalmente no Rio de Janeiro e em Pernambuco, mas também na Bahia e no Ceará, eram lugares onde pessoas escravizadas aprendiam a ler e escrever. Seguem aqui e nas próximas seções algumas evidências a esse respeito.

Adriana Maria P. da Silva (2000) pesquisou uma escola para meninos pretos e pardos, alguns deles filhos de escravos. A fonte de referência utilizada por ela foi um requerimento, em 1856, de um professor negro, Pretextato, para o chefe da instrução pública no Brasil, Eusébio de Queiróz. A conclusão de Silva, aprofundada e em parte discutida em artigo de 2007, assemelha-se com nossos resultados. No caso de Silva, a questão da cor da pele e do ensino “público” são o foco, enquanto, no nosso estudo, a posição de escravo e qualquer tipo de indício do uso (ou da representação do uso), por ele, da leitura e da escrita são o foco. Exceto por essa diferença, os dados levantados por ambos os nossos estudos indicam que, nas palavras de Silva, “o acesso às aulas públicas nas quais acontecia [o ensino de primeiras letras] não esteve restrito às elites brancas e ricas (sob qualquer ponto de vista)” (SILVA, 2007, p. 271).

Maria Cristina Cortez Wissenbach (2002) percebeu uma relação entre pessoas escravizadas que sabiam ler e sua atuação em “situações singulares do trabalho urbano” ou ainda “atividades autônomas”. Não teremos espaço para desenvolver aqui uma questão importante a respeito das determinações da Igreja no processo de aprendizado da leitura e da escrita por pessoas escravizadas. Salientamos este ponto porque Wissenbach (2002, p. 110) encontrou, assim como temos encontrado, “a presença de hábitos de escrita e de leitura difundidos principalmente entre plantéis pertencentes às ordens religiosas e ao clero”.

Adlene Silva Arantes (2005) narra, no final da escravidão, em diversas províncias, entre elas Pernambuco e Ceará, a criação de “colônias orfanológicas”, nas quais estudaram filhos de escravos, ex-escravos e índios.

Os anúncios analisados por nós confirmam os resultados obtidos por Arantes (2005), Luz (2007), Silva (2000), Wissenbach (2002) e outros, na medida em que demonstram a necessidade de pensar a disseminação da cultura letrada no século XIX para além da “instrução pública” e muito além das “elites letradas”. Encontramos nas nossas fontes, a propósito, escravos educados em “colégios” privados; e, na década de

1880, uma discussão na Assembleia Legislativa Provincial, no Rio de Janeiro, aponta para a existência de uma escola para 40 filhos de escravos no Vale do Paraíba. Vamos ocupar alguns parágrafos para contar essa história, porque ela evidencia o costume talvez recorrente de ensinar a ler e escrever a partir de pequenas escolas privadas e porque ela nos permite reencontrar, indiretamente embora, Joaquim, o Músico.

3.4. JOAQUIM, O FILHO

Lendo o JC de março de 1877, em busca de informações sobre a “instrução pública”, nos reencontramos com o sobrenome Breves. Joaquim Breves Filho (na verdade Joaquim José de Sousa Breves Filho) – que, como se vê, recebeu o mesmo nome de um dos escravos mais perseguidos e maltratados pelo seu pai, Joaquim, o Músico – era, agora, como costumava acontecer, deputado. O JC transcreve um discurso dele na tribuna da Assembleia.

Breves, “o rei do Café”, é contra uma reforma que, segundo ele, estava pondo em dificuldades o “ensino livre”, isto é, a possibilidade de “qualquer pessoa chamar para sua casa meia dúzia de meninos para dar-lhes essa instrução rudimental”. Tudo o que segue foi retirado de JC (21-3-1877, p. 1). Aqui estão os pontos levantados por Breves Filho que interessam para a nossa discussão.

- a. Breves fala de uma espécie de costume do “interior”: “pobres que podem cotizar-se entre si e ensinar aos filhos ler e escrever”;
- b. Breves, quase chorando: “Meu pai tem em sua fazenda, desde muitos anos, uma escola onde ensina a ler, escrever e contar todas as suas crias, de sorte que a última geração de seus escravos sabe ler e escrever”;
- c. Breves comenta sobre dificuldade de os mais pobres arranjamem roupas para ir para as aulas;
- d. Breves argumenta que, em vilas e cidades, é mais fácil aprender a ler e escrever, em razão do contato diuturno com advogados, professores, médicos e padres, enquanto nas zonas rurais somente as pequenas escolas fazem esse papel.

Em resumo, o discurso deste descendente de um dos mais violentos e, por isso mesmo, um dos mais civilizados escravistas brasileiros, comenta que mesmo famílias sem condições de dar vestimentas para os filhos tentavam, em algum momento, enviá-los para escolas. Dá conta também da existência de uma escola para escravos

no vale do Paraíba. Sugere a existência de uma “escravaria” inteiramente letrada. Por fim, salienta que o trânsito de pessoas não alfabetizadas entre pessoas alfabetizadas poderia favorecer a alfabetização⁷. Não que devamos tomar as palavras de Breves, o filho, como verdadeiras. Há muito de exagero com fins retóricos e muito de demagogia em cada argumento. Porém, retórica e demagogia são, a seu modo, indícios de um assunto suficientemente importante para ser defendido na Assembleia. Mais do que descrever escravos que aprenderam a ler e escrever, o discurso de Breves representa como um proprietário de escravos gostaria de ser entendido: um sujeito que promove a civilização, inclusive ensinando a ler e escrever.

Machado de Assis, menos de uma semana depois da abolição, publicou uma crônica na *Gazeta de Notícias*. A crônica, escrita do ponto de vista de Breves, ou melhor, de algum senhor de escravos, encerra da seguinte maneira:

O meu plano está feito: quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo, tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição), é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu. (MACHADO DE ASSIS, 2008, p. 812).

É de se ver que a história do outro Joaquim, o Músico, se entrelaça com outras histórias de pessoas escravizadas que sabiam ler e escrever e aprendiam a fazê-lo de diversas maneiras. Porém, precisamos, para contá-la, lidar crítica e dialeticamente com a perspectiva dos senhores, a partir da qual, no fim das contas, estamos colhendo nossos indícios.

4. JUAN FRANCISCO MANZANO

Em *A autobiografia do poeta escravo*, Juan Francisco Manzano (2015), escravizado em Cuba, apresenta cenas que podem ajudar a pensar a relação entre pessoas

7. Na autobiografia que escreveu, Luiz Gama comenta que aprendeu a ler e escrever com a ajuda de um estudante de Direito.

escravizadas e a cultura letrada. Manzano escreveu por volta de 1835. Ele se mostra um atento observador dos movimentos de pessoas que escrevem e desenham ao seu redor. Assim, logo se transforma em exímio retratista, além de ser muito bom em fazer versos de improviso (no que se assemelha a Balthazar, pessoa escravizada que encontramos em sucessivos anúncios [JC, 23-9-1878, p. 5, replicado pelo menos oito vezes até janeiro de 1879] como um sujeito “dado a dizer versos”).

Embora as atividades observadas por Manzano não se relacionem diretamente com a escrita, indiretamente elas indicam um aprendizado precoce e autodidata da coordenação motora fina exigida pelo uso de canetas de penas, grafites e pincéis. Além disso, em alguns momentos de sua narrativa, Manzano observa sua “dona” escrevendo. Essas duas experiências eram comuns também entre pessoas escravizadas no Brasil. Alguns ofícios exigiam a prática de desenho; gravuras de Rugendas e de Debret retratam sinhás ou sinhazinhas estudando, rodeadas por escravos.

Em peças do teatro realista brasileiro, que procurava “imitar” os costumes locais, encontramos duas passagens que dramatizam o que estamos discutindo. O drama *História de uma moça rica*, de Pinheiro Guimarães (1861), traz uma cena em que uma mucama discute com um escravo. Ele diz que a senhora dela foi muito boa, ao ensiná-la a ler e escrever, e que até emprestou romances para que ela lesse. Meses antes, Machado de Assis publicara um pequeno ato cômico, *Hoje avental, amanhã luva*, no qual um escravo boleiro lê o JC e é repreendido pelo senhor. O escravo retruca: “Eu estava embebido com a interessante leitura do Jornal do Comércio: ei-lo. Muito mudadas estão estas coisas por aqui! Não faz uma idéia! E a política? Esperam-se coisas terríveis do parlamento”. O senhor xinga o escravo, que responde: “Sim, senhor; mas admira-me que V. S. não preste atenção ao estado das coisas”. O senhor volta a xingá-lo: “Pedaço de asno! Sempre a ler jornais” (2008b, p. 863-874).

Wissenbach (2002) revela que a posse de papel e caneta de pena assumiu grande importância entre escravos e libertos, pois a “carta” de alforria transformava a liberdade desejada na liberdade obtida (ou quase), constituindo-se, de fato, no único documento capaz de distinguir os forros dos escravos. Entre os anúncios pesquisados, encontramos variações da seguinte expressão: “Julga-se que vai se inculcar forro” (JC, 3-3-1836, p. 3-4). A relação lógica entre saber ler e escrever e “se inculcar forro” aparece explicitamente em pelo menos 35 dos anúncios em tela, como nestes casos:

- “Inculca-se forro o que é um tanto mais fácil quanto o mesmo sabe ler, escrever e contar, além de ser perito alfaiate” (JC, 11-3-45, p. 4);

- “Julga-se que ele sabe ler e escrever e por isso intitula-se forro” (JC, 9-1-1851, p. 3, republicado em pelo menos outras seis ocasiões). - “Sabe ler e escrever e deve mostrar papéis falsos em como é forro” (JC, 16-1-1861, p. 3). - “Desconfia-se que anda com documento falso, pois sabe ler e escrever alguma coisa” (JC, 13-7-1884, p. 7).

Do ponto de vista dos anunciantes, essas pessoas escravizadas podiam representar a si mesmas como livres, “pois” sabiam ler e escrever. Ao forjar documentos, os libertos por si próprios podiam mudar nome e sobrenome, o que também está fartamente apresentado nos anúncios. Assim, encontram seus limites as maneiras como o deputado Breves e o futuro deputado personagem da crônica de Machado de Assis representam a escrita e a leitura de escravos.

4.1. DIZEM QUE ...

Se menos – ou por volta de – 10% da população sabia ler e escrever durante os anos 1850, 60 e 70, então essa característica era excelente para que os senhores pudessem identificar pessoas escravizadas fugidas. Talvez seja essa a razão para que alguns anúncios tragam as seguintes expressões:

- “Dizem que sabe ler e escrever” (JC, 18-12-1832, p. 4);
- “Adverte-se que sabe ler e escrever” (Jornal deteriorado, sem data clara);
- “Julga-se que ele sabe ler e escrever e por isso intitula-se forro” (JC, 9-1-1851, p. 3-4);
- “Conquanto negue sabe ler e escrever” (JC, 22-6-1852, p. 4);
- “Consta que sabe ler e escrever” (JC, 8-1-1867, p. 3);
- “Supõe-se que sabe ler e escrever” (JC, 12-6-1867, p. 3);
- “Julga-se que sabe ler e escrever” (JC, 10-8-1868, p. 3);
- “Sabe ler e escrever mas não o diz” (JC, 4-10-1874, p. 7);
- “Desconfia-se que sabe ler e escrever” (JC, 30-6-1881, p. 6).

A desconfiança desses senhores evidencia que, para parte dos escravos, não era prudente dar a ver seus conhecimentos de escrita e leitura. Esse perfil, nos anúncios, é um mais presente do que o perfil de pessoas escravizadas que foram educadas com “incentivo” do senhor, como aquelas que sabem ler e escrever em francês e português

(JC, 27-9-1855, p. 4). Ou seja, alguns senhores encaminhavam a alfabetização de alguns escravos, enquanto outros, aparentemente a grande maioria, dificultavam esse processo. É, portanto, como uma habilidade ao mesmo tempo incentivada por alguns senhores e dificultada por muitos deles, que os anúncios nos convidam a pensar a escrita e a leitura desde a perspectiva da relação entre senhores e escravos.

Evidencia-se – nos momentos em que os senhores tanto apontam que seus escravos se inculcam forros, quanto desconfiam que seus escravos sabem ler e escrever, mas não o dizem – que, do ponto de vista dos senhores, a escrita está ligada com a possibilidade de o escravo representar sua própria liberdade em documentos, papéis, passaportes e projetos de vida. Um desses senhores chegou a se expressar assim a respeito de seu escravo: “Consta que anda munido de um escripto” (JC, 13-7-1855, p. 4).

Seria preciso discutir, a partir da interpretação que fazemos da fonte de nossa pesquisa, as maneiras como uma tradição de pensamento sobre o Brasil, de Joaquim Nabuco até Caio Prado Jr. e deste até Fernando Henrique Cardoso, naturalizou a ideia de que o escravo não tinha como representar a si mesmo, por isso precisava “ser representado”. Deixaremos isso para outra oportunidade, pois o escopo do presente texto é apresentar e discutir os anúncios e suas regularidades.

5. PARDOS E SOLDADOS

Os anúncios indicam uma curiosa tendência na perspectiva senhorial a respeito da cor da pele (ou deveríamos dizer do *status* e da posição social?) de seus escravos fugidos. A classificação “pardo” e suas variantes “pardo claro”, “pardo escuro”, “pardo baio”, “pardo acabouclado”, “pardinho”, é a mais recorrente, aparecendo em 74 (75, caso computemos a referência a um escravo descrito pelo seu senhor como “claro”) dos 239 anúncios analisados; já a classificação “preto” e suas variantes “preto retinto”, “preto carapina”, “preto mina” apareceram 20 vezes e, se somarmos as vezes em que a palavra “preto” está em elipse, como em “retinto”, “fula” e “carapina”, chegaremos a 36 ocorrências.

Entre os anúncios que recolhemos pode haver uma correlação entre o fato de senhores classificarem escravos como pardos e o fato de essas pessoas escravizadas saberem ler e escrever. Ou seja, para os senhores, se leitor, então tende a pardo. A correlação que estamos propondo exige cuidadosas ponderações, que já não cabem agora, com exceção da seguinte: Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 345-355) narra a “invenção do mulato” no Brasil a partir do processo de longa duração no qual

africanos escravizados e, em seguida, imigrantes europeus abasteceram a mão de obra nacional, até que, por volta de 1930, passou a ser necessário, por assim dizer, reproduzir mão de obra internamente. Com isso, em uma perspectiva de longa duração teria ocorrido um “favorecimento dos mulatos” (p. 346).

Muitos processos, portanto, determinam a utilização do termo “pardo” nos anúncios (a palavra “mulato” foi utilizada somente uma vez em JC (2-7-1830, p. 4): “mulato muito escuro”). A “miscigenação”: alguns pardos talvez fossem filhos de senhores brancos, o que, às vezes, poderia favorecer o acesso a bens, serviços e posições. A condição de liberdade instável de qualquer pessoa escravizada em fuga, que poderia ser minorada pela cor “branca”: há anúncios em que o senhor descreve a pessoa escravizada como “pardo, contudo tem a cor muito clara e pode passar por branco”⁸, “pardo claro bem alvo” (JC, 23-9-1853, p. 3), “bastante claro” (JC, 6-2-1864, p. 3), “pardo claro, quase branco” (JC, 13-5-1874, p. 5, este anúncio foi replicado pelo menos outras seis vezes). Essas duas questões levam a outra: a possibilidade dialética de que, ao representar a si mesmo como livre, a pessoa escravizada precisava fazê-lo a partir de uma prática tida como “branca”, num complexo processo de afirmar-se e sofrer o empuxo da aculturação.

CONCLUSÃO COM PERGUNTAS

A maior parte das pessoas escravizadas que sabia ler e escrever, de acordo com os anúncios (e é preciso salientar uma vez mais que isso não significa a “realidade”), estava na Corte ou tinha vindo da Bahia, do Ceará ou de Pernambuco; era, do ponto de vista dos senhores, parda; e tinha uma profissão de ofício. Os espaços em que aprendiam a ler e escrever eram os mais variados: oficinas, igrejas, colônias orfanológicas, colégios, casas-grandes e, por suposto, onde quer que Raymundo chegasse. Essas pessoas muitas vezes utilizavam a escrita e a leitura para “se inculcar forras”, representando, inclusive em termos “legais”, a própria liberdade. Esta é a figura da pessoa escravizada que sabe ler e escrever, tal como os anúncios analisados permitem vislumbrar⁹.

8. Não foi possível ter certeza sobre a data de publicação, pois o jornal está muito deteriorado e ainda não era publicado diariamente. Neste caso, optamos por referir com o *link* disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4518>.
9. Uma característica, entre outras tantas, cuja análise terá que ficar para outra oportunidade, é a presença crescente, a partir do período da Guerra do Paraguai, de pessoas escravizadas que decidiram assentar praça.

Ao defender a hipótese de que havia entre as pessoas escravizadas um número maior do que o que estamos acostumados a admitir de pessoas que sabiam ler e escrever, esperamos que não nos leiam como insinuidores de um escravismo bom, cheio de oportunidades etc. Tratou-se de um genocídio (NASCIMENTO, 2016). É preciso começar daí.

Isso posto, setores da população escreviam e liam, escreveram e leram, sem que seus tipos de leitura e escrita apareçam nas teorizações, sobretudo aquelas que circulam no campo de estudos no qual nos incluímos, isto é, o da teoria da literatura. Ao invés de manter dualidades classificatórias – como intelectuais *versus* massa ou elites letradas *versus* povo iletrado ou, ainda, elite pensante *versus* trabalhadores braçais em que, no primeiro momento, temos literatura, arte, civilização, sofisticação, ironia, refinamento, inteligência e, no segundo momento, analfabetismo, alienação, grosseria, humor baixo, força física – e de, a partir dessas dualidades, organizar os discursos sobre a cultura letrada, vale verificar qual é o princípio de classificação que constitui a “realidade”. Por fim, mas não menos importante, note-se que parte substancial do cânone da literatura brasileira do século XIX foi produzido também por mãos e mentes de pessoas escravizadas nas tipografias espalhadas pelo Brasil¹⁰. Por enquanto, foi possível levantar evidências que mostram pessoas escravizadas utilizando a escrita e a leitura para, “literalmente”, escrever sua liberdade.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletário e escravos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.

_____. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARANTES, Adlene Silva. 2005. *O papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco (1874-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil*. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2014.

10. Sobre a atividade intelectual presente nas fases de edição e montagem de um livro, ver Roger Chartier (2014), *A mão do autor e a mente do editor*.

- DANTAS, Raymundo de Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1949.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global, 2010.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. *História da cultura escrita, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no Império*: Francisco de Paula Brito. São Paulo: Edusp, 2016.
- GUIMARÃES, Pinheiro. *História de uma moça rica*. Rio de Janeiro: Typ do Diário do Rio de Janeiro, 1861.
- LUZ, Itacir Marques da. Negros com passos letrados: a ação educativa da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. *História da cultura escrita, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 9-37.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Pai contra mãe. In: _____. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008a. v. 2.
- _____. Hoje avental, amanhã luva. In: _____. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008b. v. 3.
- MARTINS, Monica de Sousa. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, s.d.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- RAINVILLE, César de. *O Vinhola Brasileiro - novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1880.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ROCHA, Justiniano José da. *O Brasil*, 10 de dezembro de 1844, p. 1.
- RUGIU, Antonio Santonio. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em preto e branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVA, Adriana Maria P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos na corte*. Brasília: Plano, 2000.
- _____. "Os meninos das aulas públicas de primeiras letras: Pernambuco, primeira metade do século XIX". In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. *História da cultura escrita, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 271-305.
- STOLZE LIMA, Ivana (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: NAU, 2014.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 4, p. 103-122, jul.-dez. 2002.

SOBRE O AUTOR

Atilio Bergamini é graduado em Letras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), tem Mestrado e Doutorado em Literatura Brasileira (Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, com estágio sanduíche na Yale University) e Pós-Doutorado em Teoria da Literatura (Universidade Estadual de Campinas). É professor da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de literatura, imprensa, escravidão e educação, com pesquisa nos seguintes temas: imprensa do século XIX, literatura, escravidão.

E-mail: atiliobegamini@gmail.com.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880

From academies to small grocery stores: the circulation of novels in Colégio Pedro II and in the Portuguese Subscription Library between 1850 and 1880

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p137-161>

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO¹

ANDRÉ LUIZ PAULILO²

RESUMO: Este artigo discute a circulação do romance a partir dos catálogos de livros do Colégio Pedro II e do Gabinete Português de Leitura, entre 1850 e 1880, no Rio de Janeiro. Destaca dois lugares opostos da difusão da literatura no Império brasileiro, com os seguintes propósitos: primeiro, apresentar a forma como o romance foi incluído no ensino secundário e as condições da sua apropriação; segundo, analisar a cultura do romance no Gabinete Português de Leitura como um espaço de formação de públicos leitores e orientado também para fins educacionais. Por fim, as conclusões sugerem as diferenças entre esses dois lugares de leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Gabinete Português de Leitura; Colégio Pedro II; livro.

ABSTRACT: This article discusses the circulation of novels from the study of the book catalogs of Colégio Pedro II and the Portuguese Subscription Library between 1850 and 1880 in Rio de Janeiro. Two opposing places of the diffusion of literature in the Brazilian Empire are highlighted here, with the following purposes: first, to present the way the novel was included in secondary education and the conditions of its appropriation; second, to analyze the culture of the novel in the Portuguese Subscription Library as a space for

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

2. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

the preparation of public readers and oriented also for educational purposes. Finally, the conclusions suggest the differences between these two places of reading.

KEYWORDS: Portuguese Subscription Library; Colégio Pedro II; book.

O ponto de partida aqui envolve um problema específico em forma de pergunta: quais as condições de circulação do romance no Brasil no século XIX? Essa questão implica pelo menos dois outros assuntos entrelaçados: a tese da “penúria cultural”, consagrada pela pena de Antonio Candido (1918-2017), também conhecida como “atraso nacional”, sinônimo de inúmeras ausências no âmbito da cultura letrada brasileira oitocentista³; e a proposição de que as condições de possibilidade do livro de literatura (e conseqüentemente da sua leitura) dependeram sempre do suporte das elites letradas frequentadoras das nossas “arcadas”, como o Colégio Pedro II, símbolo cultural e educacional do Segundo Reinado. A contrapelo desses dois temas, o silêncio em torno das iniciativas educativas do Império reduziu a análise das condições de circulação do livro de literatura na escola secundária e nos Liceus provinciais à ideia do enciclopedismo bacharelesco, ao saber inócuo das elites letradas. A representação que a República fez do Império imputou ao período a falta de iniciativas na educação pública. Mesmo no caso do ensino secundário, as interpretações de Mariotto Haidar (1972, p. 67) não veem mais que meio século de experiências malogradas. Isso significa que mesmo as elites dominantes conheceram vazios significativos, quando o assunto é educação, pois pouco se sabe como a escola foi democratizando o acesso de determinados conteúdos culturais, como os livros de literatura, verso e prosa.

Partindo de alguns estudos consagrados sobre o livro e a leitura no século XIX brasileiro, pretendemos recuperar análises que ampliam o escopo de discussão sobre a difusão literária no Brasil Imperial, ao mesmo tempo em que complicam os esquemas explicativos do atraso cultural ou da iniquidade do ensino escolar do Brasil durante esse período. Para isso, tomamos a circulação do romance em dois espaços de difusão literária opostos, do ponto de vista de sua constituição e de seus públicos frequentadores. Por um lado, o Colégio Pedro II e, por outro,

3. Este assunto foi exposto por Paixão pela primeira vez no seminário “Atualidade da periferia” (IFCH-UNICAMP/2015). O resultado sairá num capítulo de livro intitulado “Sobre a ‘penúria cultural’ e outros elementos constitutivos da cultura literária transatlântica no Brasil oitocentista”, a ser publicado pela Editora Alameda – São Paulo. A partir dessa e de outras experiências de pesquisa (ver PAIXÃO, 2017a), surgiram algumas sínteses que, uma vez orientadas, resultaram neste artigo.

o Gabinete Português de Leitura⁴ – concomitante a um dos seus ramos, o Liceu Literário Português –, serviram-nos ao propósito de discutir diferentes aspectos da circulação do romance no Brasil oitocentista. A despeito de todas as diferenças que guardam entre si, são parte das condições de realização do romance entre nós. As histórias que reúnem atualmente permitem ver, no alcance social e político do gosto literário do século XIX, mais que silêncios e ausências. Por isso, vamos voltar ao passado para repertoriar uma história das elites e uma história dos debaixo, não para compará-las, mas para arrolar suas experiências peculiares inscritas numa mesma realidade social.⁵

Espaço de formação de nossas elites letradas, o Colégio Pedro II é conhecido tanto pela criação de um programa cultural e educacional quanto pela burocratização do ensino no Brasil, fornecendo a base curricular e variados sistemas de exames no Oitocentos.⁶ É nessa instituição escolar que os filhos da corte e os herdeiros das grandes heranças do Rio de Janeiro e de demais regiões do País encontraram, entre outras coisas, elementos de uma formação humanística, graças à presença de algumas disciplinas e também de fontes clássicas de literatura, conforme vemos refratadas nos catálogos de livros que iremos apresentar.

Já o Gabinete Português de Leitura estava separado da corte carioca e era um espaço de sociabilidade e literatura dos estratos médios em formação naquela sociedade. A maior parte dos seus frequentadores eram emigrantes portugueses, donos dos pequenos comércios localizados na rua do Ouvidor: lojas de borracha, papel, café e também de secos e molhados. Tais realizações econômicas fazem parte da história da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro batizada de “classe caixeiral” (PAIXÃO, 2017a). “Classe” é usado aqui não no sentido de lutas de classe, mas para caracterizar o perfil socioprofissional de um grupo social específico, que se organizou a partir do comércio local e orientou parte dos seus recursos financeiros para gestar um gabinete de leitura. Não se trata de qualquer gabinete de leitura, mas de um símbolo cultural dessa comunidade, orientado para formação de leitores,

4. Adotamos o nome Gabinete Português de Leitura e não “Real” Gabinete Português de Leitura, porque o título “Real” foi conferido apenas no início do século XX, ultrapassando o recorte estudado.
5. Guardadas as proporções, ver sobre história dos debaixo ou dos vencidos, bem como a discussão de “experiência”, em Thompson (2010) e Williams (2013; 2014).
6. A criação de um programa cultural e educacional para as elites oitocentistas inseridas em outro contexto foi assunto em Ringer (2000, p. 47-52). Sobre o que há de mais coetâneo acerca do “cotidiano escolar” do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro oitocentista, ver Souza (2015).

construção de um gosto literário específico e educação profissional, ideal que iria se realizar com o Liceu Literário Português, visto como um “ramo” do Gabinete.

O Gabinete Português de Leitura formava uma espécie de “apêndice” da sociedade da corte, mas sem se fundir com ela.⁷ Seus frequentadores não representavam o povo e nem eram os donos do poder, por isso não chegavam a formar uma unidade social, à época, como a corte. Essa era constituída pelo Imperador e seus círculos dirigentes, pela classe de proprietários, pelos filhos das grandes heranças, pelas classes médias de negociantes abastados e variados quadros administrativos, formando aquilo que ficou conhecido como o “estamento político e econômico do Brasil Imperial” (FAORO, 2001, p. 227, p. 307-308 e p. 327). Do outro lado, por parte da “classe caixeiral”, frequentadora do Gabinete e de suas ramificações – Sociedade Beneficência Portuguesa, Caixa de Socorros Pedro V, Liceu Literário Português, entre outras agremiações –, os anseios eram tentar se juntar a essa “aristocracia imperial” ou, pelo menos, vê-la frequentando o espaço do Gabinete, ainda que apenas nas ocasiões festivas; o que de fato ocorreu, mas somente uma vez durante o fim do Império, nas celebrações do terceiro centenário da morte de Camões, em 1880. Mas isso é outro assunto.

Trata-se de uma história dos debaixo, dos homens livres trabalhadores; porque os escravizados são assunto para outro momento. Tais homens – quase nada se sabe das mulheres – tiveram uma origem bastante humilde em Portugal, emigrando a maioria deles do norte da Península, especialmente da cidade de Viana do Castelo. Ao chegarem ao Rio de Janeiro, primeiro, tornavam-se aprendizes de caixeiro, depois vendedores-caixeiros e, por fim, proprietários-caixeiros no comércio urbano. Alguns ascenderam a posições intermediárias, na condição de diretores de bancos ou negociantes no comércio agrícola. Esses homens foram agraciados com comendas e insígnias de mando, conforme o Império entrava em crise e lutava para manter alguma fisionomia de realeza: nesse momento, alguns representantes dos estratos médios menos abastados foram agraciados com símbolos de poder e distinção, tornando-se comendadores e barões, mas somente nas tintas e nos papéis, não na vida real. A coisa mais concreta que possuíam era a propriedade do comércio de secos e molhados e uma grande biblioteca na década de 1860, com mais de 33 mil volumes.

7. O Liceu Literário Português, visto como um “ramo” do Gabinete Português de Leitura, e esse último compreendido como “apêndice” da sociedade de corte carioca, foram assuntos discutidos de forma ampliada antes em Paixão (2017b). É necessário dizer também que a armação desse problema do “apêndice” se deve, guardadas as devidas proporções, à leitura de Auerbach (2007, p. 239-240).

É sobre esses livros, sobretudo dos romances de um autor específico (Alexandre Dumas), que queremos tratar aqui, logo após discutirmos a presença do romance no ensino secundário do Colégio Pedro II.

O ROMANCE, A CULTURA HUMANÍSTICA E A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

Os compêndios adotados pelos professores do Colégio Pedro II entre 1862 e 1882 dão boas pistas da ascensão do romance a objeto de estudo escolar. A lista é conhecida: Valeria Augusti (2006), ao tratar do romance nas formas editoriais escolares, identificou dois conjuntos de livros. O primeiro, constituído por obras de história da literatura, reúne dois manuais:

- a. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*, 1862.
- b. WOLF, Ferdinand. *Brasil literário: história da literatura brasileira*, 1862 [1879].

O segundo conjunto é formado por manuais de retórica e composto por outras três obras:

- a. CARVALHO, Francisco Freire. *Lições elementares de eloquência nacional*, 4.^a edição, 1850 [1865]
- b. HONORATO, Manoel da Costa. *Compêndio de rhetorica e poética*, 4.^a edição, 1879 [1879]
- c. VELHO DA SILVA, José Maria. *Lições de retórica*, [1882]

O terceiro conjunto, composto por antologias destinadas ao ensino da língua portuguesa, reúne ainda dois títulos no mesmo período:

- a. AULETTE, Francisco Julio Caldas. *Seleta nacional: curso prático de literatura portuguesa*, 1876 [1877]
- b. MELLO MORAES FILHO, Alexandre José de. *Curso de literatura ou escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais e modernos*, 1876 [1881].

Conforme Valéria Augusti (2006, p. 38 e p. 41) explica, a história que esses manuais contam mantém relação com as sucessivas mudanças dos regulamentos e dos programas de ensino do Colégio Pedro II. Também essa história é bem conhecida. Ao estudo pioneiro de Mariotto Haidar, de 1972, juntaram-se mais recentemente Razzini (2000) e Bittencourt (2008), que tratam dessa relação de modo a mostrar as implicações entre a reorganização dos programas de ensino do Colégio e os compêndios adotados por seus professores. Seus estudos, sobretudo, indicam que, entre 1862 e 1882, o decreto 4.468, de 1870, reformou os estudos no Colégio Pedro II, ressaltando a sua missão formativa; o decreto 6.884, de 1878, alterou profundamente o regulamento que estruturava o colégio; e o decreto 8.051, de 1881, intensificou o ensino do vernáculo.

Ainda que não escape a ninguém que tenha estudado o ensino secundário no Império brasileiro o papel modelar do Colégio Pedro II e a sua importância na organização desse nível de ensino no País, as análises de Mariotto Haidar (1972, p. 135) advertem que, a rigor, o sistema de exames parcelados fazia-lhe perder o caráter de Liceu modelo. Citando o Inspetor Geral Antonio Herculano de Souza, Mariotto Haidar informa que, em 1884, formaram-se no Imperial Colégio Pedro II apenas quatro bacharéis em Letras, o que significava terem frequentado todos os sete anos do seu curso. Efetivamente, não se tratava de um espaço de difusão ampla do romance. Antes, funcionaria como espaço da sua ascensão e da formação do cânone literário.

No Colégio Pedro II o romance e seus autores ascendem como expressão da cultura e da nacionalidade, mas não sem antes sofrer a regulamentação e o controle do Estado. Conforme deixam ver os estudos de Razzini e de Bittencourt, os programas de ensino diminuíram a relativa autonomia dos professores no exercício da docência. De fato, de acordo com Gasparello (2004, p. 66), “a partir da elaboração e uso dos Programas, que eram aprovados pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, houve um fortalecimento da centralização no ensino nos moldes da reforma Couto Ferraz (1854)”. A supervisão direta da Corte e as normas que o regulamento de 1854 impôs à liberdade de ensino resultaram no decreto de 24 de janeiro de 1856, que fixava os programas e indicava os compêndios a serem adotados. Nesse quadro é que se deu a construção do que Valéria Augusti (2006, p. 85) definiu como “*corpus* canônico ficcional brasileiro”.

Entre o aparecimento da “Literatura Nacional” como disciplina no programa do Colégio Pedro II, em 1860, e a incorporação da literatura nacional no ensino do vernáculo no fim da década seguinte, consolidaram-se as presenças de Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa. Entre os autores que se

tinham consagrado entre o público e a crítica, José de Alencar logo foi integrado aos textos que principalmente as Antologias para ensino da Língua Portuguesa reuniam. Autores que, atualmente, são conhecidos foram integrados mais tardiamente. Quando, a partir de 1876, a publicação do *Curso de Literatura ou escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais, antigos e modernos*, de Alexandre José de Mello Moraes Filho, passou a privilegiar o excerto e estabeleceu uma nova forma de ler o romance na escola, apareceram trechos e menções a Franklin Távora, Bernardo Guimarães e Manoel Antônio de Almeida. Nomes até hoje desconsiderados pela tradição também foram reunidos: Celso de Magalhães, Salvador de Mendonça, Joaquim Felício dos Santos e José Maria Velho.⁸

A ascensão do romance às formas editoriais escolares iniciou um processo de conversão do seu *status* social que não tardaria a formar uma tradição. Como bem notaram aqueles que se dedicaram a estudar a história do romance, tratava-se de um gênero sem prestígio, condenado pela crítica, ausente da formação.⁹ Boa parte das censuras dava-se por conta de servirem a um público considerado indolente e incapaz de fazer uso de uma literatura mais conveniente à formação da conduta.¹⁰ Ocorre que, no fim do Império, o romance não só era digno de servir ao ensino da língua, como era condição de modelo do vernáculo, conforme explica Valéria Augusti (2008, p. 408-409). Também era reconhecido como elemento da espécie de enfrentamento da ascendência portuguesa na identidade brasileira que as elites políticas procuravam ainda superar, segundo parece indicar a progressiva inserção do romance nacional nos programas da escola secundária, conduzida pela monarquia a partir da reforma Couto Ferraz.

O cânone que então se constituiu no momento de ascensão do romance às formas de edição escolares, entre 1862 e 1881, não parece dar espaço para uma história de “interdependência cultural” ou de “reciprocidade de influências”, do mesmo modo que os estudos acerca da presença do romance francês no Gabinete Português de Leitura

8. A tese de Valéria Augusti (2006) se ocupa do processo de consagração do romance no Brasil ao longo do século XIX, e entre os discursos críticos sobre o gênero que analisa estão aqueles destinados ao sistema escolar. É da sua análise que se beneficia o levantamento aqui publicado.
9. A historiografia do romance que se constituiu a partir de trabalhos como os de Marcia Abreu (2008), Valéria Augusti (2006; 2011) ou Márcia Razzini (2000) mostra, principalmente, que a aceitação do romance enquanto gênero literário foi um longo processo de construção histórica. A propósito, ver também Williams (1969).
10. Especialmente Williams (1969, p. 316) lembra que só depois que “os maus romances saíram de circulação, enquanto os bons se encontram entre os nossos clássicos, damos-nos conta de que o romance propriamente, conquanto certamente um fenômeno de época, não pode ser desdenhado como vulgar”.

permitem analisar. Sobretudo, as análises a respeito dos manuais escolares adotados no Colégio Pedro II sugerem outra cadeia de correlações. Da perspectiva dos instrumentos pedagógicos e dos vínculos entre a escola e os livros didáticos, a presença do romance no ensino foi parte indissociável dos esforços de construção de uma ideia de nação. De materiais marginais do ensino da língua portuguesa e da sua gramática e funcionamento no início do Segundo Reinado, como sugerem os compêndios que definiram o *corpus* canônico ficcional brasileiro, nos estertores da monarquia, os romances chegaram à discussão das propriedades da língua portuguesa.

Nesse percurso de duas décadas, o romance chegou à escola como um dos seus temas. Mas os livros de romance, propriamente, chegam também? As indicações que Gloria Vianna oferece do *Catálogo das Literaturas no Acervo Antigo da Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II* revelam a presença de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães.¹¹ De José de Alencar encontram-se:

1. *Asas de um anjo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [s/d]
2. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. De Leuzinger e filhos, 1893.
3. *Diva*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
4. *O guarany*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
5. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
6. *Iracema*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]
7. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]

De Joaquim Manuel de Macedo:

1. *Memória do sobrinho do meu tio*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1867.
2. *Um noivo a duas noivas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.
3. *Os quatro pontos cardeais misteriosos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [s/d]
4. *O rio do quarto*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880.

De Bernardo Guimarães há apenas *Lendas e romances* (Rio de Janeiro: Garnier, [s/d]). O *Catálogo*, contudo, precisa ser relativizado, como reconhece Glória Viana (2016, p. 10), pois, ao contrário do Cálogo de Livros do Gabinete de Leitura

11. Catálogo compilado por Glória Vianna (2016) no texto "Leitores e livros no Imperial Colégio Pedro II" Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em: 27 maio 2016.

Português que iremos estudar, o Catálogo do Colégio Pedro II não é original, tendo sido produzido entre 1988 e 1991. Além disso, conforme esclareceu Fátima Proa de Melo, bibliotecária responsável pelo acervo antigo, “foi feita opção de se incorporar a essa coleção doações de obras de reconhecido valor e importância, mesmo correndo o risco de descaracterizar o seu fundo documental” (MELO apud VIANA, 2016, p. 11). Viana (2016, p. 10) aponta, com base nas memórias de Escragnole Dória, que a Biblioteca contava em 1917 com nove mil livros e que a prática da doação de livros ao Colégio era comum. De uma vez, o Dr. Joaquim Vicente Torres Homem doou 34 volumes de Walter Scott traduzidos do alemão. No Catálogo da Biblioteca de Livros Raros e Especiais constam apenas 104 obras e do Catálogo de Literaturas outros 562.

Ainda que, nesses termos, o Catálogo de Literaturas indique a presença de romances na Biblioteca do Colégio Pedro II e sugira pistas de como ela se organizava, a recorrência dos livros editados pela Garnier – que publicou romances de José de Alencar, Aluizio Azevedo, Casimiro de Abreu, Alvares de Azevedo e Joaquim Manuel de Macedo – permite supor que não apenas as formas editoriais escolares promoveram a ascensão do romance no espaço do Colégio. Nessa mesma direção, entre os docentes do Pedro II, Joaquim Manuel de Macedo escrevia romances, contava com o reconhecimento da crítica e do público; e de Franklin Távora ganhou a alcunha de fundador do romance nacional. Por fim, as duas décadas que levaram à ascensão do romance às formas editoriais escolares foram também de consolidação da geração romântica de escritores brasileiros e do seu gosto. Entre 1862 e 1881, o Colégio Pedro II contribuiu ao menos de três modos para a circulação do romance no Brasil oitocentista: com o estabelecimento do cânone, com a presença de um romancista nos seus quadros do magistério e, ainda, com uma biblioteca em que a literatura romântica teve uma presença notável, por meio das obras de Goethe, Victor Hugo, Lord Byron, Camilo Castelo Branco e do próprio José de Alencar.

Entre os livros arrolados no Catálogo de Literaturas do Colégio Pedro II, destacam-se as obras de José de Alencar. Autor de sete títulos, o escritor brasileiro não se compara aos escritores franceses de sucesso, autores de inúmeros títulos e com uma ampla circulação internacional, conforme têm nos mostrado as pesquisas da circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no XIX (ABREU, 2011; 2017). Em compensação, em termos de produção do livro de prosa ficcional, o escritor brasileiro já nos ajuda adentrar à teia do comércio do livro intercontinental do século XIX, na medida em que suas edições percorrem o eixo Rio-Paris. De todos os títulos arrolados no Catálogo, seis foram publicados pela editora de Baptiste-Louis

Garnier, o total das suas obras editadas até o fim do Império. Desses títulos, Lúcia Granja (2013, p. 88) mostra que *O Guarani* teve sua segunda edição publicada em 1864, conforme uma lógica de mercado muito semelhante à europeia. Segundo afirma, “O Guarani ganhou, materialmente, o espírito das edições preparadas àquela época por Michel Lévy na França [...]. Além de imitar o formato da edição de Levy, Garnier valeu-se da *Bibliographie de la France, journal general de l'imprimerie et de la librairie* para informar a publicação da segunda edição in-8 e, simultaneamente, de uma terceira edição in-18, adotando uma estratégia de comercialização que aproveitava a mesma composição tipográfica para públicos diferentes, mas com vistas à importante comunidade lusófona estabelecida em Paris. Ainda conforme Lúcia Granja, essa literatura que se apresentava como brasileira tinha presença na França, porque lá era publicada e também vendida.¹²

Joaquim Manoel de Macedo lecionou Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II entre 1849 e 1879. Seu romance de estreia foi *A Moreninha*, publicado em 1844. Já em 1862, apareceu no *Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, compêndio que seria adotado em 1879 para a disciplina de Retórica, Poética e Literatura Nacional. Junto com Teixeira e Souza, fazia parte das poucas menções que os compêndios adotados no Colégio Pedro II traziam da literatura brasileira. Dos 18 romances que Joaquim Manoel de Macedo publicou, 15 foram editados no período em que exerceu o magistério no Colégio. Não parece sem propósito apontar que a reputação de professor no curso secundário oficial legitimava o romance como expressão da cultura humanística, tanto quanto seu estudo escolar. Também do corpo discente vieram exemplos. Escragnolle Dória (1997, p. 150) lembra, na sua *Memória Histórica*, escrita em 1937 sobre o Colégio, que Alfredo d' Escragnolle Taunay dedicou a Macedo seu romance de estreia, *A mocidade de Trajano*. No mesmo livro, Dória (1997, p. 166) ainda menciona o professor José Maria Velho da Silva e o aluno Galdino Fernandes Pinheiro como autores de romance. Além disso, entre os trabalhos literários lidos nas sessões do Instituto dos Bacharéis em Letras do Colégio Pedro II, menciona a *Análise de três romances de Alencar: Iracema, O Garatuja e O Ermitão da Glória*, de Anastácio Luiz do Bomsucesso (DÓRIA, 1997, p. 276).

Por fim, o *Catálogo de Literaturas* do Colégio Pedro II sugere a predominância dos autores românticos nas formas institucionais de circulação bibliográfica. Na

12. Acerca das atividades da Editora Garnier, ver ainda o trabalho de Eliana de Freitas Dutra (2010), intitulado *Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil*.

lista, Goethe conta 13 volumes e Schiller, outros 13. Vinte e um títulos são de Victor Hugo. Byron somava 3 títulos e não ultrapassava Dickens, Disraeli, George Eliot, John Milton ou Oliver Goldsmith. Entre os autores portugueses, os 12 títulos de Camilo Castelo Branco garantiam-lhe a maior presença. O tempo que afirma José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo no *corpus* canônico ficcional brasileiro é o da ascensão do romance nas formas editoriais escolares e o das tendências românticas do gosto literário nacional. Embora mera pista, os títulos acenam para um ponto das transferências culturais. O romantismo foi ideário que forneceu argumento cosmopolita para se reagir à influência portuguesa e, nas formas do nacionalismo indianista, serviu para afirmar contra ela a particularidade literária do Brasil.

Abaixo listamos as obras de alguns dos expoentes da literatura europeia, presentes no catálogo:

Goethe

1. *Le faust*. Paris: Charpentier, 1869.
2. *Fausto*. Leipzig: Philipp Reclam, [s/d]
3. *Goethe's werk*. Berlin: G. Grote'sche 1873.
4. *Gotz von Berlinchingen*. Leipzig: Phillipp Reclam, [s/d]
5. *Hermann und Dorothea*. Leipzig: Phillipp Reclam, [s/d]
6. *Iphigénie en Tauride*. Paris: L. Hachette, 1866.
7. *Iphigénie en Tauride*. Paris: L. Hachette, 1875
8. *Le Tasse*. Paris: Hachette, 1875. 10 volumes
9. *Torquato Tasso*. Stuttgart: Gottta'scher, 1855.
10. *Torquato Tasso*. Stuttgart: Gottta'scher, 1857.
11. *Théâtre de ...*. Paris: Charpentier, 1863.
12. *Werke*. Stuttgart: G. F. Cotta, 1868. 18 volumes
13. *West ostlicher divan*. Leipzig: Iminsel, [s/d]

Schiller

- a. *Die jungfran von Orleans*. Stuttgart: Gotta'scher, 1856.
- b. *Die sauber*. Leipzig: P. Reclam, [s/d]
- c. *Don Karlos infant von Spanien*. Leipzig: P. Reclam, [s/d]
- d. *Gedichte*. Halle: Otto Hendel, [s/d]

- e. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1876.
- f. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1881
- g. *Guillaume Tell*. Paris: Hachette, 1876 (texto em alemão)
- h. *Kabale und liebe*. Leipzig: P. Reclan, [s/d]
- i. *Marie Stuart*. Munchen: Gotta'schen, 1840.
- j. *Marie Stuart*. Paris: L. Hachette, 1853.
- k. *Marie Stuart*. Paris: L. Hachette, 1877.13 exemplares
- l. *Obras completas*. Stuttgart: F.C. Cotta, 1847. 5 volumes
- m. *Wallenstein*. Leipzig: P. Reclan, [s/d]

Lord Byron

- a. *Manfred*. Leipzig: P. Reclan, [s/d].
- b. *Obras poéticas* (sic). London: F.W. and Co., [s/d].
- c. *Works of*. New York: Oliver S. Felt, [s/d].

Victor Hugo:

- a. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1841-1848. v. 1
- b. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1849-1851. v. 2
- c. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1853-1861. v. 3
- d. *Actes e paroles*. Paris: J. Hetzel, 1862-1870. v. 4
- e. *Angelo*. Paris: J. Hetzel, 1882.
- f. *L'anée terrible*. Paris: J. Hetzel, 1872.
- g. *Les chansons des rue et des ...* Paris: J. Hetzel, 1865.
- h. *Les chatiments*. Paris: J. Hetzel, 1882.
- i. *Les contemplations*. Paris: J. Hetzel, 1856.
- j. *Cromwell*. Paris: J. Hetzel, 1881.
- k. [...] *D'Antonie*. Paris: J. Hetzel, 1888.
- l. *Hernani / Marion de Lorme*. Paris: Nelson, 1873.
- m. *Histoire d'un crime*. Paris: Nelson, 1877.
- n. *Marie Tudor*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- o. *Les misérables*. Paris: Nelson, 1862.
- p. *Odes et ballades*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- q. *Les orientales*. Paris: Carpentier, 1845.

- r. *Paris*. Paris: J. Hetzel, 1867.
- s. *Religions et religion*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- t. *Ruy Blas*. Paris: J. Hetzel, 1880.
- u. *William Shakespeare*. Paris: J. Hetzel, 1865.

Camilo Castelo Branco:

- a. *Ao anoitecer da vida*. Lisboa/Porto: Imprensa Litteraria-Comercial, 1874.
- b. *A brasileira de Prazins*. Porto: Chardron, 1898.
- c. *Cancioneiro*. Porto: Chardron, 1887.
- d. *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros*. Porto: Chardron, 1887.
- e. *Carlota Ângelo*. Porto: A. R. da Cruz, 1874.
- f. *Delictos de mocidade*. Porto: Civilização, 1899.
- g. *Dois epochas na vida*. Porto: Typ. de A. de S. Santos, 1854.
- h. *A filha do regicida*. Lisboa: Mattos Moreira, 1875.
- i. *Um livro*. Porto: [s/n], 1858.
- j. *Memórias de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Manoel Antonio de Campos, 1863.
- k. *Nostalgias*. Porto: Typ. de Manuel Luiz de Souza Ferreira, 1888.
- l. *Scenas innocentes de comédia humana*. Lisboa: A. M. Pereira, 1873.

Além da circulação transatlântica de livros que a presença de expoentes da literatura alemã, francesa, inglesa e portuguesa entre os títulos do *Catálogo Literário* do Colégio Pedro II indica, há de se ter em conta o próprio papel do Colégio na formação de um público leitor de romances. Mais que a alfabetização e o seu papel no crescimento do público leitor, foi a escolarização secundária que promoveu a conversão do *status* do romance em literatura digna de atenção e estudo em elemento principal de difusão desse tipo de leitura no Brasil. Não escapa às análises acerca do ensino secundário o caráter conservador ao qual se prestava. Não só o Colégio Pedro II, como mostram Mariotto Haidar (1972) e Gasparello (2004), mas também os Liceus provinciais, como indicam, por exemplo, Cristiano Ferronato (2014) e Sara Dick (2001), cumpriam um papel propedêutico que era também de preservação da cultura humanística e de identificação da elite com essa cultura. Arno Mayer, em *A força da tradição*, ou André Chervel, quando discute o ensino das humanidades, por exemplo, lembram que também na Europa era assim naquele momento. Tanto lá como aqui a escola era uma instituição não só voltada para “a

reprodução da concepção de mundo e erudição dos antigos notáveis” (MAYER, 1987, p. 247), mas, principalmente, avessa às “inelutáveis modernizações, comprometendo seriamente o porvir” (CHERVEL; COMPÈRE, 1999, p. 161).

O Colégio Pedro II fazia parte do aparato por meio do qual os valores culturais dos grupos de elite tinham expressão. Nesse outro horizonte social, a presença de romances publicados nos dois lados do Atlântico e de autores desse gênero literário no quadro docente e entre os discentes acena para os efeitos do ensino e da crítica literária em torno do *corpus* canônico ficcional afinal estabelecido nos compêndios utilizados no Colégio Pedro II. A formação do acervo da Biblioteca do Colégio e as práticas do Instituto dos Bacharéis que envolveram a leitura de romances resultam da mesma atenção à literatura e à cultura do livro. Assim, tanto quanto as formas editoriais escolares, o romance ascende aos espaços de sociabilidade dos filhos das classes letradas, inclusive, tornando-se objeto de suas práticas de uso e leitura.

A CULTURA DO ROMANCE E OS SEUS ESPAÇOS DE REALIZAÇÃO

Escassez cultural vai se combinar com a história dos debaixo para contar, aqui, em que condições o livro foi produzido e circulou no Brasil oitocentista em outros estratos sociais. Estudos de referência sobre as bibliotecas e os gabinetes de leitura oitocentistas, como os de Nelson Schapochnik (*Os jardins das delícias*, 1999) e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (*Palácios de destinos cruzados*, 1999), têm nos apresentados inúmeros elementos constitutivos para outra história cultural do livro, uma história que cria um universo de sentido diferente daquele que emerge da assertiva de que faltavam meios de comunicação e difusão literários no Brasil do passado. Em suas pesquisas sobre as bibliotecas e os gabinetes de leitura no Rio de Janeiro do século XIX, vemos que o livro circulou sobre diferentes espaços dentro e fora da corte carioca.

Pensando nisso, compreendemos que discutir as condições de possibilidade do livro no Brasil oitocentista é aprofundar as pesquisas já iniciadas por Schapochnik e Bessone, entre outros, de modo a oferecer mais evidências sobre as condições de possibilidade do livro no passado.

Tais livros (pensamos, sobretudo, naqueles que são romances) são, em sua maioria, franceses. Eles contribuem para construção de uma cultura do romance no Brasil e a formação de uma memória da leitura a partir de pequenos espaços,

como o Gabinete Português de Leitura, objeto de estudo pioneiro de Schapochnik, que tomaremos aqui como parâmetro, mas buscando abarcar outros elementos.

Nesta parte do texto nos concentraremos no caso particular de um escritor de prosa ficcional francesa presente de forma expressiva no Gabinete Português de Leitura na década de 1860. Ele nos ajudará a construir uma memória sobre a produção e a circulação dos livros no Brasil oitocentista.

Entre 1858 e 1868, o Gabinete Português de Leitura publicou dois catálogos de livros, sendo o segundo um catálogo suplementar. Entre os variados livros arrolados nos catálogos, destacam-se, na seção “Novelas e Romances”, as obras de Alexandre Dumas, bastante representativas em termos numéricos (PAIXÃO, 2017a).

O primeiro *Catálogo de livros do Gabinete Português de Leitura* é datado de 1858 e possui diferentes divisões, que vão de “Administração” à “Zoologia”, passando por “Mineração”, “Direito” e “Novellas e Romances”, sendo essa última a que nos interessa aqui.

A divisão “Novellas e Romances” apresenta todo tipo de prosa ficcional, mas iremos nos concentrar nos romances de Alexandre Dumas, porque são bastante representativos em termos numéricos: nesse catálogo, Dumas é autor de 47 títulos no vernáculo (traduções) e 59 títulos originais, 157 exemplares e 294 volumes. Comparando esse catálogo com o *Catálogo Suplementar*, datado de 1868, pouca diferença se observa, inclusive em termos de representatividade: Dumas se mantém no topo da lista dos autores mais significativos em termos numéricos nos catálogos, seguido de Eugène Sue e Camilo Castelo Branco. Vale destacar também que Dumas, com base no estudo comparativo dos *Catálogos* (1858-1868), mais os dados extraídos do “Banco de Dados do Projeto Circulação Transatlântica dos Impressos”,¹³ é autor de pelo menos 207 títulos de romances. Contudo, listaremos aqui apenas 194 obras, porque nos *Catálogos* aparecem algumas peças teatrais (como *Kean, ou a desordem e o gênio*¹⁴ e *Une fille du régente*¹⁵) com a denominação de romances, ao invés de teatro. Além disso, algumas obras de Alexandre Dumas Filho são atribuídas a Alexandre Dumas, o pai; logo, extraímos tais obras e chegamos a essa contagem de títulos do autor.

13. Fontes: *Catálogos de Livros do Gabinete Português de Leitura* (1858-1868) e “Registros” do Banco de dados do Projeto Temático *A circulação transatlântica dos impressos* – IEL/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>; acesso: maio/2017.

14. Trata-se de uma comédia em cinco atos, entremeada de cantos.

15. Originalmente, essa obra é um drama em quatro atos, precedido de um prólogo.

Como não há espaço para listar dezenas de obras aqui, optamos por selecionar apenas dois títulos de romances de Dumas de uma constelação toda e investigá-los com base nas seguintes variáveis: *título/local/ano da edição em português – local da edição original/editor e ano da edição*. O objetivo, aqui, é perceber uma dinâmica de produção dos romances e a circulação transatlântica dos impressos desse escritor francês em dois espaços nacionais – Rio de Janeiro e Paris. A hipótese é que, quando o assunto é o romance-folhetim de um escritor de sucesso, como Alexandre Dumas, Paris não apresenta vantagens editoriais em relação ao Rio de Janeiro, de onde advém duas obras de Dumas presentes nos *Catálogos* do Gabinete. Mas em que condições se constrói essa situação de simultaneidade editorial?¹⁶

Para começar a responder a essa questão, vejamos quais títulos foram selecionados (em ordem alfabética):

- a. *O Pagem do Duque de Sabóia*, Rio de Janeiro, 1855 – França (Paris), Alexandre Cadot, 1855.
- b. *O Salteador*, Rio de Janeiro, 1854 – França (Paris), Alexandre Cadot, 1854.

Ambos os títulos de romances foram considerados significativos na medida em que favorecem a análise e a interpretação das variáveis indicadas para o estudo. Nesses termos, destacamos os romances *Le Page du Duc Savoie* e *El Salteador* para discutirmos a questão da simultaneidade das edições entre Paris e Rio de Janeiro.

Observa-se que o romance *Le Page du Duc de Savoie* (*O Pagem do Duque de Sabóia*) foi editado, originalmente, em 1855 em Paris, e traduzido e editado no mesmo ano no Rio de Janeiro. Na edição original, foi Alexandre Cadot que editou os oito volumes in-8.º da edição francesa, tendo sido registrados os dois primeiros volumes na *Bibliographie de la France*, em 16 de dezembro de 1854, enquanto os volumes de 3 a 8 foram incluídos em 16 de junho de 1855.¹⁷ Sobre a edição brasileira, após consultar *in loco* o acervo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, não tivemos acesso ao livro arrolado no catálogo do Gabinete, onde consta um

16. Maria Lúcia Dias Mendes (2013) tem um estudo pioneiro e original sobre a simultaneidade de edições de Alexandre Dumas entre Brasil e Europa. Seu trabalho é uma referência para este artigo, todavia nos servimos do debate para tentar abarcar outros elementos e entrelaçá-lo com a discussão da chamada “penúria cultural” brasileira no século XIX, um assunto que interessa à história e à sociologia da literatura. Esse assunto foi tema antes no seminário “Atualidade da periferia” (IFCH-UNICAMP/2015), tendo sido ampliado para ser publicado num capítulo de um livro que sairá como resultado do seminário.

17. Dados sobre a edição original e os registros extraídos de Schopp (2010, p. 435).

exemplar contendo três volumes in-4.º. Existe na Fundação Biblioteca Nacional uma tradução desse romance editada por J. Villeneuve e Comp., datada de 1854 e 1855, mas não está disponível para consulta.¹⁸

Em relação aos editores supracitados, começando por Alexandre Cadot, ele foi um dos principais editores de Alexandre Dumas, tendo editado 54 títulos dos mais de 200 de prosa ficcional (referimo-nos aos romances, em sua maioria, mas há peças de teatro, contos e narrativas de viagens também); ao todo Cadot publicou 322 volumes de Alexandre Dumas (SCHOPP, 2010, p. 80). O local das edições é Paris, mais especificamente a Rue de La Harpe, região boêmia conhecida como Quartier Latin, bastante frequentada, conta-nos Claude Schopp, por artistas, intelectuais e estudantes no século XIX. No caso do Brasil, o emigrante francês Junius Villeneuve, dono do *Jornal do Comércio*, é um exemplo de livreiro e editor que merece ser lembrado quando o assunto é Alexandre Dumas. Além de ter herdado de Pierre Plancher um dos principais jornais hebdomadários e de grande circulação no Império, o *Jornal do Commercio*, Villeneuve, ao lado de Baptiste Garnier e Paula Brito, foi um dos principais livreiros-editores na capital do Segundo Reinado: ofereceu pré-publicações dos romances-folhetins, primeiro, no rodapé do seu jornal, depois edições em livro, com destaque para determinados romances de Alexandre Dumas, como *O Conde de Monte Cristo* (PAIXÃO, 2017a).

E, por falar na “personalidade singular” de Dumas,¹⁹ outro exemplo de romance editado simultaneamente em Paris e no Rio de Janeiro foi *El Salteador*, em 1854. Os três volumes in-8.º da edição parisiense foram, mais uma vez, editados por Alexandre Cadot. No Rio de Janeiro, esse romance-folhetim teve presença pela primeira vez no rodapé do jornal *Correio Mercantil*, entre 01 de julho e 28 de agosto de 1854, enquanto a versão editada para livro, datada de 1854, sem menção ao tradutor e ao editor, aparece no *Catálogo de Livros do Gabinete Português de Leitura*, de 1858.

Dada a simultaneidade das datas, essa informação comporta nuances de desdobramento para indicarmos a questão do “atraso” brasileiro em relação à civilização europeia, especialmente quando o assunto é o desenvolvimento dos meios técnicos, como a imprensa e as editoras. Nessa chave, existe uma extensa bibliografia, procedente do campo da sociologia e da crítica e da história literárias, que tem aprofundado

18. Ver Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <acervo.bn.br/Sophia_webqindex.html> Acesso em: 20 maio 2017. Conferir também PAIXÃO, 2017a.

19. Georg Simmel (2006, p. 118) define o termo “personalidade singular” da seguinte maneira: “uma personalidade é o ponto de cruzamento de diferentes círculos sociais”.

e aperfeiçoado o debate da debilidade cultural brasileira no século XIX, devido a problemas estruturais, como o analfabetismo e a escravidão. E, porque não é possível mobilizar aqui tamanha fortuna crítica, citamos somente um dos principais esquemas analíticos, dentro do âmbito da cultura, que tem norteado o debate. Referimo-nos a uma das teses de Antonio Candido sobre o Brasil oitocentista estar mergulhado numa “penúria cultural” porque “faltam meios de comunicação e difusão literários”. Consequentemente, a “fraqueza de públicos disponíveis” é uma realidade marcante do século XIX brasileiro (CANDIDO, 2003, p. 143-162). Como a tese da fraqueza de públicos disponíveis serviu de alavancagem para desenvolver outro trabalho, que chegou a conclusões diferentes de Candido – sobre a existência de forte presença de um público literário nos pequenos e nos médios estratos sociais (PAIXÃO, 2017a), e não apenas nas elites letradas –, vamos continuar nos detendo no problema da falta de meios de comunicação e difusão literários no Brasil no século XIX.

Para continuar debatendo essa questão, que está relacionada à tese da “penúria cultural”, poderíamos seguir recuperando, por exemplo, os inúmeros dados de livreiros e editores, e uma variedade de redações de jornais que se instalaram no Rio de Janeiro, capital do Império, ao longo do século XIX – e logo de saída deixar evidente que essa tese da falta de meios de comunicação e difusão literários não se aplica, pelo menos quando o assunto é o Rio de Janeiro, capital do Brasil no Império (ABREU, 2011, p. 115-130). Contudo, no lugar de repetir matéria de estudos já realizados, vamos tomar, de toda uma constelação, esses dois exemplos apontados sobre edições de romances de Alexandre Dumas para dialogar com essa perspectiva que, diga-se de passagem, hoje se apresenta como uma espécie “visão de mundo” (LÖWY ; SAYRE, 1995, p. 18-19), no sentido de uma visada teórica que toma o conjunto da paisagem cultural brasileira, percebendo que sua realidade múltipla está condicionada a uma questão decisiva, relativa à debilidade cultural brasileira. Formou-se, portanto, no Brasil, uma unidade de pensamento e exposição em torno dessa tese, saturando a reflexão sobre o ambiente cultural brasileiro, posto como atrasado em relação aos países civilizados europeus – leia-se “Paris do século XIX” –, em razão de graves problemas estruturais, como a escravidão e o analfabetismo, que se desdobravam em mando, favor, lei do mais forte, nascimento, herança, prestígio etc.

Da nossa parte, concordamos que esses problemas criaram obstáculos quase intransponíveis para a nação brasileira, impedindo, por exemplo, que a educação primária e a secundária fossem abrangentes e que a escravidão fosse superada pela divisão do trabalho, “fonte da civilização” (DURKHEIM, 1973, p. 23). Mas há outros

elementos culturais constitutivos da sociedade brasileira oitocentista que atravessam essas condições estruturais negativas e compõem condições de possibilidade do livro de literatura.

Fazemos essa afirmação porque identificamos, naquela situação de simultaneidade editorial dos romances de Dumas, um indício de que as edições deste escritor estavam no mesmo estágio de desenvolvimento em Paris e no Rio de Janeiro, atestando que não faltavam aqui meios técnicos de comunicação. Quanto à questão da ausência de difusão, os *Catálogos* do Gabinete evidenciam tanto um processo de circulação do impresso entre a Europa e o Brasil na virada do meio século XIX quanto novas condições sociais para a transmissão da literatura em diferentes espaços, nacionais e internacionais. Referimo-nos a uma nova situação de estratificação social em andamento, localizada nos estratos médios e pequenos do Rio de Janeiro, que favorecia a difusão de uma cultura literária num país caracterizado como atrasado por conta de fatores como a inexistência de um público para além dos círculos dirigentes.

No Gabinete Português de Leitura havia um estrato social que representava a si mesmo, e não as altas camadas sociais. Trata-se, reiteramos, da “classe caixeiral”, que combinava o ofício de comerciante e o princípio não econômico de cultivar a literatura e a educação básica, através de um liceu que fundaram para resolver o problema do analfabetismo dentro da comunidade portuguesa. Nessa atmosfera social sustentada por um grupo social específico, livros editados simultaneamente em Paris e no Rio de Janeiro são difundidos e gestados dentro de uma biblioteca particular dirigida por um grupo de leitores advindo dos estratos médios, e não da elite letrada.²⁰ Centrada na profissão de comerciante-caixeiro e no alto grau de acesso à cultura literária, determinada camada social colaborou para que se desenvolvesse um ambiente cultural peculiar, em que se formou um público literário (portador e suporte) de romances, como os de Alexandre Dumas. É, portanto, pelo “gosto literário” e pela “fisionomia de grupo” que se reconhece um “público de literatura” (PAIXÃO, 2017a).

Quanto à questão do ensino, nesse apêndice da sociedade de corte formou-se um Liceu Literário Português, em 10 de setembro 1868, na Rua da Carioca, n.º 41. Depois se mudou para a Rua da Saúde (hoje Rua Sacadura Cabral), entre o n.º 1 e o n.º 3. Aproximadamente, durante as duas primeiras décadas de existência (de 1868 a 1880), o Liceu formou mais de cinco mil estudantes, entre brasileiros, portugueses e outros estrangeiros, o que caracteriza um acontecimento pedagógico e um

20. Sobre as camadas médias não econômicas, a referência é Ringer (2000, p. 22-31) e Elias (1997, p. 301).

fenômeno sociológico para a época (PAIXÃO, 2017b). Diferenciava-se, inclusive, do Lycêo de Artes e Ofícios, que tinha em comum as aulas noturnas gratuitas, mas estava voltado ao ensino de Belas Artes, enquanto o Liceu dos portugueses se dedicava à alfabetização de jovens e adultos, ensino secundário e profissional.

O Liceu também atendia às ideias gestadas pelos estratos médios, localizados no Gabinete. Seu idealizador, o comerciante Reinaldo Montóro, dizia que a escola poderia não somente ensinar um ofício aos portugueses, mas habilitar o povo a ler e a escrever, para poder frequentar a biblioteca do Gabinete de Leitura e sua própria biblioteca, que, em meados de 1880, possuía um acervo de 14.000 volumes, distribuídos em três seções: Literatura, Ciências e Artes; Pedagogia; e Ensino intuitivo.²¹

O currículo da escola, segundo temos notícia, foi elaborado em um plano de estudos concluído em 1884, no mesmo ano da inauguração do prédio em que a escola passaria a funcionar e onde permanece até nossos dias. Para fins de nossas análises, destacaremos do plano apenas os estudos da língua vernácula, visando estabelecer correlações com o que apresentamos sobre o Colégio Pedro II.

Os estudos da língua vernácula constituíam toda a primeira parte do programa, que se dividia em quatro seções. As aulas de português eram diárias e obrigatórias, e o tempo de duração de cada lição era de duas horas. Na primeira seção, nas aulas de leitura, por exemplo, discutia-se o chamado “Abcdario e syllabario”. Depois havia lições de escrita, focando em “traços calligraphicos, letras maiúsculas e minúsculas, syllabas”. Leitura, “desde a reunião das syllabas até a leitura corrente, tanto da letra d’imprensa como da calligraphica, valor pratico da pontuação”, e a escrita de “Palavras” era o que se ensinava na segunda seção. Na terceira, as aulas de leitura focavam em “prosa e verso com a respectiva pontuação” e as de escrita, em “orações”. Nessa seção também havia aulas de gramática, sobretudo, “análises etimológicas”. A quarta seção é a que mais nos chama atenção, pois as aulas de leitura focam em trechos em prosa e verso de livros clássicos da literatura traduzidos para o vernáculo, com o objetivo de discutir a “synonimia e analyse de sentido”. Nas aulas de escrita, na quarta seção, havia “dictados e descrições sobre diversos assumptos”, enquanto as aulas de gramática ofereciam o que eles intitulavam como “analyse logica”.

Somado às aulas de línguas estrangeiras, francês, inglês, alemão e italiano, tomamos conhecimento de parte do conteúdo cultural e educacional que fornecia a

21. Acerca do método de ensino intuitivo, ver Saviani (2008, p. 139).

“base cognitiva e ideológica” dessa nova camada social.²² Investia-se, profundamente, na alfabetização da língua portuguesa e no cultivo da leitura de literatura, verso e prosa. Aliada às outras matérias do plano de estudos – matemática, astronomia, desenho, contabilidade etc. –, a orientação dos estudos estava voltada para a formação de quadro de trabalhadores instruídos para atender à própria comunidade portuguesa, mas também à sociedade de corte: a despeito das conhecidas crises do fim do Império, não faltaram investimentos, no período, para a construção de uma indústria naval e a expansão do comércio urbano.

O quadro docente reunia 58 professores, voluntários e advindos também da classe caixeiral, para atender a essa variedade de conteúdos apresentados no plano de estudos, com destaque para o curso de português. Por conta disso, esse curso tinha um professor para cada tipo de seção, orientado para o ensino da língua vernácula (gramática), leitura e escrita, e literatura. Na verdade, se estabelecermos uma comparação com o que vimos sobre o ensino das letras no Colégio Pedro II, concordaremos que o ensino da língua portuguesa e da literatura não era patrimônio “das arcadas”, mas também dos “secos e molhados”.

Para terminar esta breve análise sobre o ensino da língua vernácula, com destaque para a difusão literária, recuperamos um excerto intitulado “A imprensa no Lycêo” (O LYCÊU LITTERARIO PORUGUEZ, 1884, p. 194), que matiza esse ponto para nós:

[...] animar a literatura portuguesa pelos meios ao seu alcance, como sejam: dar publicidade as obras inéditas por merecimento que forem offertadas á sociedade; fazer reimprimir a dos classicos portuguezes ou estrangeiros, e finalmente efectuar a compra, e ser editora de qualquer obra de merecido reconhecimento, sempre que lhe convier, e os recursos da sociedade o permittirem.

Como vemos, fortalecer a recepção e o ensino de obras literárias no seio da comunidade portuguesa fazia parte de um programa cultural e educacional em desenvolvimento nos estratos médios da sociedade carioca. Surgia assim, paralelamente à sociedade tradicional, uma escola vinculada a um apêndice social – Gabinete Português de Leitura - focado tanto nos livros de prosa ficcional (romances) quanto na profissão e na instrução dos extratos populares da sociedade carioca.

22. Guardadas as proporções, continuamos lendo Ringer (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da brevidade da nossa análise e dos poucos exemplos apresentados, esperamos ter apresentado as condições de possibilidade de produção e circulação do livro no século XIX.

Foi pensando nos diferentes espaços formados pelo Gabinete Português de Leitura, mais o Liceu Literário Português, e o Colégio Pedro II, constitutivos da sociedade carioca, que nos perguntamos primeiro sobre um lugar das elites e de seus livros, depois sobre a história cultural e educacional dos debaixo e a circulação dos romances, sendo ambos espaços da memória da educação e da cultura brasileira no Oitocentos. E, de fato, em torno do livro, os propósitos foram muitos, os lugares de circulação diversos e o público variado social e culturalmente. Especialmente quando comparadas em espaços de realização diferentes ao longo do século XIX, as condições de produção, as apropriações e as trajetórias do livro mostram que teses como a da “penúria cultural” dão conta de um raciocínio crítico, e não do gosto literário ou das fisionomias do público de literatura e suas novas estratificações sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia (Org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- _____. A circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX. *Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição* – Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/ensaio.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- _____. (Org.). *The transatlantic circulation of novels between Europe and Brazil, 1789-1914*. London: Palgrave-Macmillan, 2017.
- AUERBACH, Erich. La cour et la ville. In: _____. *Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica*. Organização de Davi Arrigucci Jr. e Samuel Titan Jr. Tradução de Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.
- AUGUSTI, Valéria. *Trajatórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. 2006. 156 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)– Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- _____. Do gosto inculto à apreciação douta: a consagração do Romance no Brasil do Oitocentos. In.: ABREU, Márcia (Org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 393-414.
- _____. Escrever e ler romance na escola. *Floema*, ano VII, n. 9, p. 361-381, jan./jun. 2011.

- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.
- COOPER-RICHET, Diana. Introduction. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves; SILEM, Ahmed. *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIXe et XXe siècle)*. Villeurbanne Cedex: Presses de l'enssib, 2005.
- DIAS MENDES, Maria Lúcia. Trajetórias e tempos das traduções de Alexandre Dumas em Portugal e no Brasil. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria*, n. 47, dez. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11759/7188>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial 1860-1890*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- DOPP, Herman. *La contrefaçon des livres français en Belgique, 1815-1852*. Louvain: Librairie Universitaire, 1932.
- DÓRIA, Escragnonle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. Brasília: INEP, 1997.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010. p. 67-88.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o folclore brasileiro. In: _____. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial*. Aracaju: EDISE; Universidade Tiradentes, 2014.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GRANJA, Lúcia. Rio-Paris: primórdios da publicação da literatura brasileira chez Garnier. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 81-95, jul./dez. 2013.
- LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. Tradução de Nair Fonseca. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MARIOTTO HAIDAR, Maria de Lourdes. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- MOLLIER, Jean-Yves. Tradução e globalização da ficção: o exemplo de Alexandre Dumas Pai na América do Sul. *Revista da Anpoll*, v. 1., n. 38, 2015. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/862>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas-SP: Mercado de Letras; FAPESP, 2017a.
- _____. A educação popular no Rio de Janeiro oitocentista: o caso do Liceu Literário Português (1860-1880). In: VENANCIO, Giselle Martins; FERRERA, Maria Verónica Secreto de; RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro (Org.). *Cartografias da cidade (in)visível: cultura escrita, educação e leitura de populares no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017b.
- RAZZINI, Márcia. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*. 2000. 247f. Tese (Doutorado em Teoria Literária)– Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, Unicamp, Campinas, 2000.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, Bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*. 1999. 285 f. Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SCHOPP, Claude (Org.). *Dictionnaire Dumas*. Paris: CNRS Editions, 2010.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no Segundo Reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o Culto à Ciência)*. 2015. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeus. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VIANA, Glória. *Leitores e livros no Imperial Colégio Pedro II*. Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc>. Acesso em: 20 maio 2016.
- WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: _____. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. Tradução de Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- _____. *Cultura e sociedade*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- _____. *A política e as letras*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FONTES

- Catálogo das Literaturas no Acervo Antigo da Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II*
Catálogo de Livros do Gabinete Português de Leitura (1858)
Catálogo de Livros Suplementar do Gabinete Português de Leitura (1868)

Banco de dados do Projeto Temático A circulação transatlântica dos impressos – IEL/UNICAMP.

Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>.

Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <acervo.bn.br/Sophia_webqindex.html>.

O Lycêo Litterario Portuguez (1868-1884). Rio de Janeiro, 1884.

SOBRE OS AUTORES

Alexandro Henrique Paixão é graduado em Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”), tem Mestrado e Doutorado em Sociologia (Universidade Estadual de São Paulo) e Pós-Doutorado em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Campinas). É professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Pensamento Social, Literatura e Educação, estudando métodos de ensino de literatura e crítica sociológica para os setores populares no Brasil e na Inglaterra, entre 1860 e 1960. Desenvolve, com auxílio FAPESP, o projeto de pesquisa “Raymond Williams: crítica e crise como elementos constitutivos de cultura e educação no pós-guerra (1946-1961)”. É autor do livro *Leitores de Tinta e Papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

E-mail: ahpaixao@unicamp.br.

André Luiz Paulilo é graduado em História e tem mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. É professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do seu Centro de Memória da Educação onde coordena o programa de estudos e pesquisas em História da Educação. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em História da Educação, estudando a história das políticas públicas de educação, a cultura escolar contemporânea e o patrimônio educativo. Desenvolve, com auxílio FAPESP, o projeto de pesquisa “A ampliação das tarefas escolares: reforma educacional e renovação escolar no ensino público dos anos 1920-1930” e é autor do livro *Políticas Públicas de Educação - a estratégia como invenção: Rio de Janeiro, 1922-1935*.

E-mail: paulilo@unicamp.br.

Recebido em 31 de março de 2017 e aprovado em 26 de abril de 2017.

PARECERISTAS AD HOC DA LTP EM 2017

A todos o nosso agradecimento pelo importante trabalho voluntário realizado.

Adriana Varani, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Alda Regina Tognini Romaguera, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, Brasil

Alexandra Santos Pinheiro, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

Alik Wunder, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Ana Lúcia Horta Nogueira, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Ana Maria Hoepers Preve, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Dagoberto Buim Arena, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil

Daniervelin Renata Marques Pereira, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Darcília Marindir Pinto Simões, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Davina Marques, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Hortolândia, SP, Brasil

Diane Valdez, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Edilaine Buin, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

Elenise Cristina Pires de Andrade, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

Érica Speglich, Pesquisadora Independente

Ezequiel Theodoro da Silva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Filomena Elaine Paica Assolini, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil

Francisca Izabel Pereira Maciel, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Gabriela Fiorin Rigotti, Faculdades Maria Imaculada, Mogi Guaçu, SP, Brasil

Giovana Scarelli, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil

Heloísa Helena Pimenta Rocha, Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil

João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Juliana Aparecida Jonson Gonçalves, Pesquisadora Independente

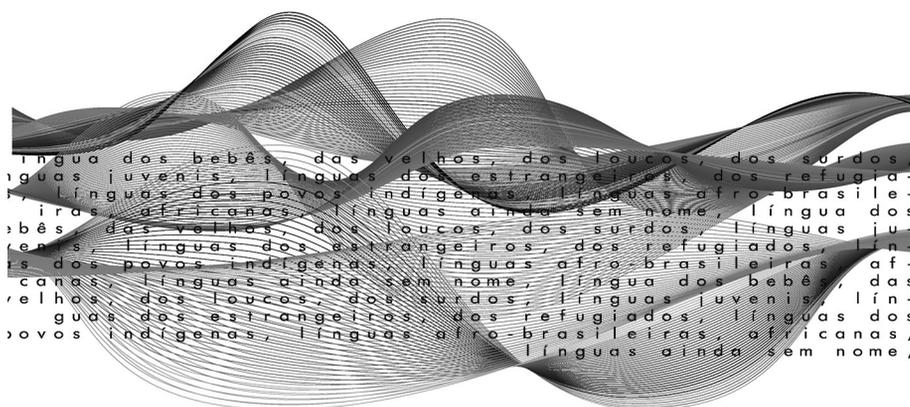
Juvenal Zanchetta Jr., Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil

Lilian Lopes Martin da Silva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Lívia Suassuna, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
Ludmila Thomé de Andrade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Marcus Pereira Novaes, Colégio EDUCAP, Campinas, SP, Brasil
Maria Betanea Platzter, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil
Maria do Rosário Longo Mortatti, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil
Maria Helena Cruz Pistori, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Norma Sandra de Almeida Ferreira, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Núbio Delanne Ferraz Mafra, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil
Olga Donata Guerizoli Kempinska, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Paula Martins de Souza, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Pedro da Cunha Pinto Neto, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Raquel Salek Fiad, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Regina Zilberman, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Roberto Goto, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Rosa Maria Hessel Silveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Roxane Helena Rodrigues Rojo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Sérgio Vale da Paixão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Jacarezinho, PR, Brasil
Sonia Aparecida Bortolotto Torezan, Prefeitura Municipal de Americana, Americana, SP, Brasil
Sueli Francisco Moreira de Souza, Pesquisadora Independente
Wenceslao Machado de Oliveira Junior, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

21º COLE

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL

LEITURAS DISSONANTES



O 21º COLE convida a pensar com as línguas dissonantes que fertilizam a vida comum com sabores, saberes e tempos outros: com a língua dos bebês, das velhas, dos loucos, dos surdos, línguas juvenis, línguas dos estrangeiros, dos refugiados, línguas dos povos indígenas, línguas afro-brasileiras, africanas, línguas ainda sem nome... Línguas que convidam a leituras e escritas outras, que fazem as palavras ressoarem na diferença, no hiato entre som e sentido. Atentamos para as línguas dos pássaros, das pedras, dos rios que fissuram e rompem barreiras. Seria possível a leitura de vozes, sons e sentidos em estado de nascença? Como escutar línguas outras onde se pressente que algo brota? Fazemos o convite a um modo de resistir às pulsões homogeneizadoras e autoritárias do mundo com a afirmação das forças germinais ainda sem forma, da vontade de nascer, em nós e no mundo.

10 - 13
j u l h o
2018

alb.org.br

ASSOCIE-SE À ALB

Os associados asseguram o fortalecimento de uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo maior é organizar-se como um espaço privilegiado de análise e crítica das condições de leitura no país e promover ações direta e indiretamente ligadas à temática da leitura e da educação. A associação de novos membros ajuda a expandir nossas publicações e sua divulgação. Queremos continuar ampliando o número de associados da Associação de Leitura do Brasil. Junte-se a nós!

Vantagens para os associados

1. Recebem gratuitamente, em casa, os números da revista *Leitura: Teoria e Prática* publicados do início ao final do período de sua associação.
2. Têm acesso gratuito à versão digital dos livros da Coleção *Hilário Fracalanza* e das demais publicações editadas ou coeditadas pela ALB.
3. Têm descontos em todos os produtos da Livraria da ALB, pela *Internet* ou presencialmente.
4. Podem participar *gratuitamente*, como *ouvintes*, dos eventos e congressos organizados pela ALB e têm taxa de inscrição reduzida para apresentação de trabalhos.

Para associar-se à ALB

Basta fazer o cadastro no *site* da entidade (<<http://alb.org.br>>), clicando em “seja um associado - cadastro” e efetuar o pagamento da taxa.

Valores

Pessoa física ou jurídica:

Associação anual com valor único de R\$ 280,00.

Formas de pagamento

- Pelo *site*: cartão de crédito (parcelamento possível) ou boleto bancário no Pagueseguro;
- Na sede da ALB;
- Por depósito bancário, enviando comprovante via fax ou por *e-mail*.

Dados Bancários: Banco do Brasil – Ag. 2447-3; C/C 12659-4 – CNPJ: 51.916.153/0001-14

Em caso de dúvida, entre em contato conosco: secretaria@alb.com.br

Fone +55 xx 19 3521-7960

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA

NORMAS EDITORIAIS – ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

A revista *Leitura: Teoria & Prática*, da Associação de Leitura do Brasil, é um periódico impresso quadrimestral publicado ininterruptamente desde novembro de 1982. Única publicação brasileira específica da área da leitura, tem como objetivo principal, além de divulgar produções acadêmicas acerca da leitura no contexto escolar, contribuir para o desenvolvimento da educação e da cultura, promovendo discussões mais amplas sobre seus contextos atuais e de outros tempos e lugares. Compõe-se de textos inéditos, em português ou espanhol, escritos por pesquisadores, professores de diferentes universidades brasileiras e estrangeiras, e profissionais da educação básica. Artigos em inglês também são aceitos. Apresenta qualidade acadêmica relevante, estando classificada no Qualis Periódicos (CAPES) como A2 em Letras/Linguística, A2 em História, A2 em Interdisciplinar e B1 em Educação; integra o processo de formação inicial e continuada de professores; e tem subsidiado a produção de políticas públicas ligadas ao livro e à leitura.

A revista é distribuída gratuitamente aos associados da ALB e está disponível para leitura e *download on-line*, em <<http://ltp.emnuvens.com.br/>>.

Submissão de originais

§ A submissão de textos (artigos, ensaios, resenhas...) para a revista *Leitura: Teoria & Prática* deve ser feita *on-line*. Os **originais** devem ser encaminhados segundo as orientações disponíveis em: <<http://ltp.emnuvens.com.br/>>.

§ A revista *Leitura: Teoria & Prática* também aceita a submissão de **dossiês**, que devem ter um caráter interinstitucional e abordar temáticas de relevância para a área de Educação e Leitura, de forma a ampliar o debate acadêmico, fomentar intercâmbios de pesquisa e/ou adensar as experiências que atravessam o trabalho de profissionais da escola básica e de outras instâncias educativas formais e não-formais, perpassadas, por exemplo, pela parceria com a universidade, pelo trabalho coletivo, pela invenção e criação cotidianas que desafiam a educação.

Devem ser compostos de uma apresentação e de três a cinco artigos, reunindo autores filiados a, no mínimo, três instituições e contando, preferencialmente, com a participação de, pelo menos, um pesquisador filiado a instituição estrangeira. Só será publicado como dossiê um conjunto mínimo de três artigos aprovados pelos pareceristas. Em caso de aprovação de apenas um ou dois textos, esses poderão ser publicados isoladamente.

Normas editoriais

§ Todo o texto deve ser digitado em fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5, margem superior de 2,5 cm, inferior de 2,5 cm, esquerda 2,5 cm e direita de 2,5 cm e salvo em *Word*.

§ Cada texto deve conter, no máximo, 34.500 caracteres (com espaço), exceção às resenhas, que devem conter no máximo 8.000 caracteres (com espaço).

- § O título do trabalho deve ser traduzido para língua estrangeira (inglês, espanhol ou francês).
- § Com exceção do material enviado para seções *texto literário*, *entrevista*, *ensaio*, *resenha* e *imagens*, cada texto deve trazer um resumo indicativo e informativo, em português, com o limite máximo de 150 palavras, acompanhado de sua respectiva tradução para língua estrangeira.
- § Devem ser indicadas ainda, depois do resumo em português e em língua estrangeira, três palavras-chave para o artigo.
- § Os títulos e subtítulos devem ser destacados em negrito.
- § As citações com mais de três linhas devem aparecer em parágrafo distinto, iniciando-se a 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, espaçamento simples entre as linhas e sem as aspas.
- § As notas, quando necessárias, devem ser numeradas sequencialmente e digitadas ao longo do artigo, como notas de rodapé.
- § No caso de citações, as referências aos autores, no decorrer do texto, devem obedecer ao modelo “Sobrenome do autor, data, página” (SILVA, 2001, p. 55); diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser indicados com o acréscimo de uma letra depois da data (ex: SILVA, 2001a; 2001b...).
- § As referências bibliográficas devem ser digitadas ao final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (NBR-6023/2000). Alguns exemplos:

Obra completa (recomendamos a inserção de tradutores de autores estrangeiros):

AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Tradução de Antônio Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

Capítulo de livro:

MARQUES, D.; MARQUES, I. Da imaginação ou uma borboleta saindo do bolso da paisagem. In: NOGUEIRA, A. L. H. (Org.). *Ler e escrever na infância: imaginação, linguagem e práticas culturais*. Campinas/SP: Editora Crítica/ALB, 2013. p. 21-35.

Artigo publicado em periódico:

MARQUES, D. ‘Nelisita’, uma máquina de guerra de Ruy Duarte de Carvalho. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas/SP, v. 30, n. 58 (suplemento), p. 1517-1524, 2012.

Artigo publicado em meio eletrônico:

ROMAGUERA, A.; MARQUES, D. Escritas ao Vento. *Revista Linha Mestra*, ano VII, n. 23, ALB, Campinas/SP, ago.-dez. 2013. Disponível em: <http://linhamestra23.files.wordpress.com/2013/12/02_poesias_imagens_e_africanidades_escritas_ao_vento_romaguera_marques.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

Teses e Dissertações:

MARQUES, D. *Entre literatura, cinema e filosofia: Miguilim nas telas*. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Lembramos que a exatidão das referências na listagem e a correta citação no texto são de responsabilidade dos autores dos textos.

- § Tabelas, quadros ou outras ilustrações devem fazer parte do corpo do texto. Colocar os quadros, gráficos, mapas, entre outros, numerados, titulados corretamente e com indicação das respectivas fontes. Além disso, esses arquivos devem ter a resolução de 300 dpi.

Importante: As imagens utilizadas nas obras deverão respeitar a legislação vigente de direitos autorais.

Em caso de dúvidas, consulte as regras da ABNT.

- § Todas as indicações de autoria devem ser apagadas dos originais. Durante a submissão, apenas no cadastro, os autores devem indicar afiliação institucional e contato (nome completo de cada autor, instituição, cidade, estado, país; endereço de *e-mail* que possa ser publicado no artigo).
- § Todo o processo de submissão deverá ser feito no *site* da revista: <<http://ltp.emnuvens.com.br/ltp>>.

Importante:

- § Os textos encaminhados fora das normas técnicas não serão acolhidos e submetidos à apreciação do Conselho Editorial. Os autores serão comunicados dessa decisão podendo submetê-los novamente.
- § Os artigos cuja autoria é identificada representam a expressão do ponto de vista de seus autores e não a posição oficial da Revista *Leitura: Teoria & Prática*.

Processo de Avaliação

- § Após validação preliminar, a Editoria da Revista encaminhará o texto para julgamento autônomo de dois consultores de área afim (processo de *peer review*).
- § Havendo divergência entre os pareceres, os textos serão encaminhados a um terceiro parecerista.
- § Serão publicados apenas os textos que receberem dois pareceres favoráveis.
- § Os textos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: atualidade, originalidade, relevância e abrangência do tema; clareza do texto e correção da linguagem; pertinência e atualidade da bibliografia referenciada.
- § Caso o texto seja aceito para publicação, nenhuma modificação de estrutura, conteúdo ou estilo será feita sem consentimento dos autores.
- § Os autores receberão 01 exemplar da revista em que seu texto foi publicado.
- § Os autores com textos aprovados e publicados estarão concordando com a sua publicação integral na revista *Leitura: Teoria & Prática*, abrindo mão dos direitos autorais para a publicação impressa, *on-line* e eventuais novas edições da revista.
Caso os textos venham a ser utilizados na forma de livros ou coletâneas, a ALB solicitará autorização dos autores para essa finalidade.

EDITORIAL

Um dossiê para a Leitura: Teoria & Prática

DOSSIÊ

Apresentação – A longa história do livro

Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e apagamento

Lendo milhares de páginas em um dia: uma análise digital de textos críticos produzidos entre os séculos XVIII e XIX

Livro de combate: O caso Em câmara lenta e sua repercussão pública no contexto da ditadura civil-militar

“Que ninguém supporá que eu ignore o nome do escriptor”: João Köpke, o tradutor

D’Os mistérios de Paris aos mistérios no Prata: tradução, imitação e invenção

Escravos: escrita, leitura e liberdade

Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880

